**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

O COURO E O AÇO

**Sob a Mira do Moderno: a “aventura” dos animais pelos
“jardins” da Paulicéia
final do século XIX / início do XX**

NELSON APROBATO FILHO

**Tese de doutoramento apresentada no
Programa de Pós-graduação em História
Social, do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.**

Orientador: Prof.º Dr. NICOLAU SEVCENKO

São Paulo, dezembro de 2006.

Sumário

AGRADECIMENTOS ARQUIVOS CONSULTADOS

CONSTRUINDO UMA TEIA...	001
SENSIBILIDADES, INSPIRAÇÕES...	002
TRAMAS E URDIDURAS	017
ENTRE CONSISTÊNCIAS E MALEABILIDADES	039
CAPÍTULO I – PELOS “JARDINS” DA PAULICÉIA...	105
1.1 – SOB A MIRA <i>DIFUSA</i> DA LEI	106
1.2 – A LEI E O “VAGABUNDO”	123
1.3 – A GUERRA DOS PAULISTAS	176
CAPÍTULO II – FUNDIÇÕES DE AÇO EM CADINHOS DE COURO	204
2.1 – NA TRILHA DAS MULAS...	
OS (DES)CAMINHOS DA MODERNIDADE PAULISTA	205
2.2 - (A)TRAÇÃO ANIMAL	229
CAPÍTULO III – (DES)VELANDO MISTÉRIOS DA VIDA	287
3.1 – ENTRE MOLEQUES E PICAPAUTS	289
3.2 – “ <i>DE GUSTIBUS NON DISPUTANDUM</i> ”, OS DEVERES DO OFÍCIO	301
SENSIBILIDADES	342
FONTES	346
BIBLIOGRAFIA	372
ANEXO	397

AGRADECIMENTOS

Ao professor Nicolau Sevcenko, em primeiro lugar, por suas inúmeras contribuições, diretas e indiretas, para a realização desta pesquisa. Acompanhou, desde as primeiras idéias, com profundo interesse e rara sensibilidade, a história de um tema que compreende como poucos. Sua postura sempre foi marcada por fluidez e provocações; acatamento e receptividade; amizade e compreensão. Pela orientação, amizade e afeto, constantes e envolventes, minha mais duradoura gratidão.

Ao professor Elias Thomé Saliba meus agradecimentos vão além de suas inúmeras participações profissionais em minha formação acadêmica – de sua arguição em meu exame de qualificação à empréstimos de livros e indicações bibliográficas – estendendo-se por uma amizade generosa e cheia de humor, meu muito obrigado.

À professora Maria Cristina Cortez Wissenbach sou profundamente grato por sua atenta, gentil e empolgante participação, como precisa arguidora, em meu exame de qualificação.

À professoras Maria Inez Machado Borges Pinto os meus mais sinceros agradecimentos. Em todo esse longo período da pós-graduação tive o privilégio de poder acompanhar seus cursos, assistir suas palestras e outros eventos acadêmicos, todos de importância fundamental para minha formação acadêmica.

Ao professor José Geraldo Vince de Moraes por seu acolhimento sempre gentil e sincero e por nossas discussões nos campos das sonoridades paulistanas, meu muito obrigado.

Ao professor Augustin Wernet (in memoriam) por despertar em mim, durante suas aulas no tempo da graduação, meu fascínio por filosofia. A ele sou grato.

Gostaria também de deixar registrado meu agradecimento ao professor José Moura Gonçalves Filho por suas empolgantes aulas nos campos da Psilogogia Social.

Aos professores Carlos Roberto Ferreira Brandão, Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa e Janes Jorge pelo interesse que demonstraram em querer conhecer mais profundamente minhas pesquisas. A eles sou imensamente grato.

Poucas pessoas compreenderam os limites, as profundidades e os encantos dessa pesquisa como Elena Pájaro Peres. Esteve, do início aos últimos segundos, totalmente mergulhada nesse universo fascinante que mesclava, poética e contingencialmente, os animais por mim estudados e os “viradores” que a inebriavam. Não há palavras para expressar minhas sensações. A ela dedico o que mais de sensível puder ser encontrado nesse trabalho.

Muitos amigos foram decisivos em várias etapas da pesquisa.

André Luis Rodrigues, escritor e crítico literário, acompanhou de perto as várias etapas desse trabalho. Suas contribuições espraíam-se por inusitadas áreas do conhecimento, por diversos campos movediços da arte. Com ele e com Elena Pajaro Peres tive a oportunidade de participar de um grupo de pesquisas, o “Deviração”, que considero uma das atividades, que realizei na pós-graduação, das mais envolventes e empolgantes. A ele meu muito obrigado. Por seu intermédio tive a oportunidade de conviver com Mitiko e Ligia. Juntos, proporcionam momentos de afeto e alegria, sempre impagáveis. Humberto Lima Pimentel e Jane acompanharam esse trabalho de várias maneiras, muitas delas bastante divertidas, impagáveis. Meu agradecimento. Ao Humberto, em particular, minha gratidão se estende para duas de suas inúmeras habilidades: suas percepções do olhar e de seus conhecimentos de informática. Ismara e Marcelo, também dois velhos amigos, sempre estiveram por perto. A convivência e afeto são tão extensos que é difícil agradecer. A João Luiz Máximo e Tânia minhas dívidas profissionais e afetivas são grandes e a cada dia aumentam mais. A Paulo Koguruma, amigo desde o mestrado, sempre tive a oportunidade de compartilhar idéias e discutir questões. A Antonio Maria pela presença sempre bem humorada por e por irradiar seu gosto por literatura. A todos minha gratidão.

Cristina Carletti contribuiu com esse trabalho de diversas maneiras e nas mais variadas direções. Sempre esteve por perto e, com sua gentileza e absoluta compreensão, valorizou cada etapa do trabalho. Como poucos, ela compreende a

experiência dos animais em cidades como São Paulo. A ela sou profundamente grato.

Meus familiares sempre estiveram por perto indagando, interessados, pelos caminhos da minha formação, pelas minhas atividades, a eles meus agradecimentos por tudo. A Nelson e Salete, meus pais, á Patrícia, minha irmã, a Gilberto, Fabiane e Beatriz, todos Aprobato, meu muito obrigado.

Nesses anos de pesquisa contei com o apoio de muitos funcionários ligados às várias bilbliotecas da USP, principalmente da FFLCH, às secretarias de pós-graduação, ao Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da FFLCH-USP, ao Instituto de Estudos Brasileiros, à Biblioteca Mário de Andrade, ao Arquivo Histórico Municipal e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Instituto Moreira Salles e inúmeros outros. A todos sou grato. Gostaria de deixar um agradecimento especial tanto para o secretário de pós-graduação Oswaldo como ao pessoal do xerox: Luis, André, Márcia e Zezinho.

Para finalizar gostaria de agradecer o imprescindível apoio financeiro fornecido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo desde 2003.

ARQUIVOS E ACERVOS CONSULTADOS

- BIBLIOTECA “FLORESTAN FERNANDES” DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- SETOR DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA “FLORESTAN FERNANDES” DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- BIBLIOTECA DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- MUSEU DE ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- ARQUIVO HISTÓRICO WASHINGTON LUIZ (ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL)
- ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
- INSTITUTO MOREIRA SALLES
- BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP
- BIBLIOTECA CENTRAL DA UNESP DE ASSIS
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DA UNESP DE ASSIS (CEDAP)
- CENTRO DE APOIO À PESQUISA HISTÓRIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa foi estudar a história dos animais na cidade de São Paulo no contexto das transformações urbanas, científicas, tecnológicas e socioculturais do final do século XIX às primeiras décadas do XX. Tendo como eixo central da investigação a questão da Modernidade e da Revolução Científico-Tecnológica, procurou-se compreender as singularidades e os impactos desses eventos sobre diversas espécies de animais que existiam na capital paulista; de que maneiras elas foram usadas para o processo de “modernização” da cidade; e quais as múltiplas relações estabelecidas entre elas e o homem.

Através de fontes diversas (registros literários e iconográficos, leis municipais, relatórios de prefeitos, periódicos, etc.) essa história foi reconstruída em cinco dimensões interpretativas: os animais e o poder público municipal; os animais e instituições de pesquisas científicas; os animais e as modernas tecnologias; os animais e o cotidiano da cidade; os animais e as práticas humanas de sensibilidade, respeito e convivência.

Os estudos e reflexões de Walter Benjamin sobre a Modernidade e a metrópole moderna assim como os pressupostos da hermenêutica desenvolvidos por Hans-George Gadamer; as teorias do cotidiano e do informal de Michel Maffesoli e de Michel de Certeau; a fenomenologia da percepção de Maurice Merleau-Ponty e as múltiplas temporalidades de Reinhart Koselleck; a estocástica de Ilya Prigogine, o neo-darwinismo e a paleontologia de Stephen Jay Gould foram fontes de inspiração e pontes de compreensão para o desenvolvimento desta pesquisa.

Palavras chave: História de São Paulo, História dos animais, História da Cultura, Ciência, Tecnologia, Modernidade.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to discuss the history of animals in the city of São Paulo in the context of urban, scientific, technological and sociocultural changes occurred from the late 19th century to the first decades of the 20th century. The central point for this investigation is the issue of Modernity and the Scientific and Technological Revolution and how the particularities and impacts of such events affected the various animal species existing in the São Paulo capital; how these animals were used in the process of “modernization” of the city, and the multiple relationships established between them and man.

Through inputs from several sources (literary and iconographic records, municipal laws, Mayors’ reports, newspapers, etc.), this history was recovered according to five interpretative dimensions: the animals and the local government; the animals and the scientific research institutions; the animals and the modern technologies; the animals and the city daily life; the animals and the human practices of sensitiveness, respect and tolerance.

For the development of this research, sources of inspiration and bridges to understanding were Walter Benjamin’s studies and reflections on modernity and the modern metropolis, hermeneutic assumptions developed by Hans-George Gadamer; theories on daily life and informality by Michel Maffesoli and Michel de Certeau; Maurice Merleau-Ponty’s phenomenology of perception and Reinhart Koselleck’s multiple temporalities; Ilya Prigogine’s stochastics, and Stephen Jay Gould’s neo-Darwinism and paleontology.

Key words: São Paulo History, Animal History, Culture History, Science, Technology, Modernity.

CONSTRUINDO UMA TEIA...

SENSIBILIDADES, INSPIRAÇÕES...

No asco por animais a sensação dominante é o medo de, no contato, ser reconhecido por eles. O que se assusta profundamente no homem é a consciência obscura de que, nele, permanece em vida algo tão pouco alheio ao animal provocador de asco, que possa ser reconhecido por este.

[Walter Benjamin. *Rua de Mão Única*, p. 16.]

“É no indivíduo que se assombra que o interesse desperta; só nele se encontra o interesse em sua forma originária.” Esta proposição, escrita por Walter Benjamin em 1931, parte do texto “Que é o teatro épico? Um estudo sobre Brecht”, pode, sem sombra de dúvida, epigrafar o conjunto de sua obra.¹ Pois é exatamente esta a sensação do leitor ao entrar em contato com cada um dos seus escritos: assombro – nuançado por espanto, alumbramento e admiração – tanto pelos temas tratados como pela forma magistral que seu autor os tratou; e profundo interesse – instigado a cada linha – pelas questões, escritores e problemáticas discutidas pelo filósofo.² Além disso, a proposição serve também para pensar as múltiplas relações e experiências nas quais o homem se vê constantemente envolvido: relações e experiências dos homens entre si; relações e experiências do homem e seus elementos de cultura; relações e experiências do homem com a natureza; e, enfim, relações e experiências do homem com outras formas de vida.

Pesquisar a história dos animais na cidade de São Paulo no contexto das grandes transformações urbanas, ecológicas, socioculturais, político-econômicas e científico-tecnológicas que marcaram o final do século XIX e início do XX, solicitava, por princípio, o trabalho de compreensão dos liames, caminhos e descaminhos tanto da modernidade como da metrópole moderna. Para esse período, mesmo que o eixo principal da investigação tivesse sido outro, mesmo que o elemento central da problemática básica desenvolvida não fosse, entre outros objetivos, a crítica da modernidade e da metrópole moderna pelo viés da história social e da cultura, mesmo assim as questões em torno da modernidade seriam de importância fundamental para a compreensão da história da cidade de São Paulo do período proposto. Nesse sentido, a vida e a obra de Walter Benjamin oferecem elementos-chave para esse trabalho de compreensão e, portanto, foram de grande inspiração para o desenvolvimento da pesquisa. Suas experiências e reflexões nos (e sobre os) tempos modernos criam referenciais

¹ Walter Benjamin. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, s/d. (Obras Escolhidas, v. 1), p. 81.

² Durante o período de realização desta pesquisa tive a oportunidade de entrar em contato com parte substancial da obra de Walter Benjamin, o que foi altamente importante e enriquecedor. Cf. item “Bibliografia” desta tese.

promissores e, o mais importante, *abertos* para o trabalho do historiador. Willi Bolle afirma que o autor “incorporou todos os impulsos importantes do seu tempo, expondo-se radicalmente aos antagonismos; suas reflexões expressam de modo exemplar as contradições da modernidade”. A obra de Benjamin, avalia o autor, “é uma espécie de fio condutor através da época, cuja fisionomia – em forma de uma visão interior da mentalidade – se deixa reconstruir através de seus textos.”³

A cidade, o fragmentário, descontínuo e movediço universo urbano e metropolitano, perpassou grande parte da experiência pessoal e intelectual de Walter Benjamin. Uma série de livros, escritos a partir de meados dos anos 20, configurou, conforme Willi Bolle, “um projeto literário de Benjamin”. Para o autor de *Fisiognomia da Metrópole Moderna*:

Esse projeto nasceu com o livro ‘Contramão’ (1925-1928) e teve continuidade com o ‘Diário de Moscou’ (1926-1927) e os primeiros esboços das ‘Passagens Parisienses’ (1927-1929); ganhou novos impulsos com a série radiofônica sobre a Metrópole de Berlim (1929-1930), a ‘Crônica Berlimense’ (1932) e a ‘Infância em Berlim por volta de 1900’ (1932-1938); e cativou o autor até o fim de sua vida, sempre às voltas com a Obra das Passagens (1927-1940) que ficou inconcluída. O objetivo comum de todas essas obras era representar a grande cidade contemporânea como espaço de experiência, sensorial e intelectual, da Modernidade. Ator da Modernidade, Benjamin mostra a cidade como palco de conflitos sociais, de revolta e revolução, como espaço lúdico do ‘flâneur’ contracenando com uma multidão erotizada, como labirinto do inconsciente individual e social, que ele se propõe a decifrar.⁴

Essas relações sensoriais e intelectuais de Benjamin com o meio urbano foram, portanto, inspiradoras e inquietantes – para certo envolvimento com a história da cidade de São Paulo – e elucidativas – para compreender os percalços que acompanharam a construção da “modernidade” paulistana. Em diversos fragmentos, como os escritos entre 1925 e 1928 para o livro *Contramão* – ou *Rua de Mão Única* –, essa inspiração, para os estudos sobre a urbanização da cidade de São Paulo, se tornou sensivelmente questionadora:

XII. Assim como todas as coisas que estão em um irresistível processo de mistura e impurificação perdem sua expressão de essência, e o ambíguo se põe no lugar do autêntico, assim também a cidade. Grandes cidades, cuja potência incomparavelmente tranquilizadora e corroborante encerra o criador em uma paz de castelo fortificado e é capaz de tirar dele, juntamente com a visão do horizonte, também a consciência das forças elementares sempre vigilantes, mostram-se por toda a parte vazadas pelo campo que penetra. Não pela paisagem, mas por aquilo que a livre natureza tem de mais amargo, pela terra arável, por estradas, pelo céu noturno que nenhuma camada vibrante de vermelho esconde mais. A insegurança mesma nas

³ Willi Bolle. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 149.

⁴ Idem, p. 271-2.

regiões animadas acaba reduzindo o cidadão àquela situação opaco e cruel no mais alto grau, em que ele tem de acolher em si, sob as inclemências da planície desolada, os produtos da arquitetura urbana.⁵

Em sua construção crítica radical Benjamin fornece elementos singulares para a compreensão da modernidade. Em vários trabalhos, a partir de citações de outros autores, é possível vislumbrar importantes questões para interpretar diversos desdobramentos do viver moderno. Um dos mais importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa sobre a história dos animais na cidade de São Paulo foi a sugestão do processo de ofuscamento das relações e atitudes do homem com a natureza, relações e atitudes articuladas pelas elites econômicas e mediadas pela tecnologia. São inquietantes suas observações. Ao tratar do conteúdo e intenções das fisiologias escritas no século XIX sugere:

Representavam, se é possível dizer assim, os antolhos do “animal urbano bitolado”, de que Marx trata uma vez. Com que solidez, se fosse o caso, limitavam-lhe a visão, é-nos mostrado numa descrição do proletariado em *Fisiologia da Indústria Francesa*, de Foucauld: “Para o trabalhador, o prazer de ficar quieto é esgotante. Mesmo que a casa em que habite sob um céu sem nuvens seja guarnecida de verdes, perfumada de flores e animada pelo gorjeio de pássaros, se ele está ocioso, permanece inacessível aos encantos da solidão. Mas, se, por acaso, o som ou o apito agudo de uma fábrica distante atinge o seu ouvido; se simplesmente ouve o estalido monótono dos trituradores de uma manufatura, logo sua fronte se ilumina... Já não sente o perfume requintado das flores. A fumaça das altas chaminés da fábrica, os golpes retumbantes da bigorna o fazem vibrar de alegria. Lembra dos dias felizes de trabalho guiado pelo gênio do inventor.”⁶

Benjamin, em seu comum tom de desafio, conclui essa citação com fina ironia: “O empresário que lesse essa descrição talvez fosse descansar mais tranqüilo do que habitualmente.”⁷

Outro ponto importante a ser destacado foi a experiência do autor com o universo que envolve as relações e atitudes do homem para com os animais. As inebriantes, profundas e complexas reflexões de Benjamin sobre essas questões, em realidades que conhecia muito de perto, abriram trilhas sutis para sentir e vislumbrar de que maneira os animais foram utilizados e percebidos pelos agentes da edificação da São Paulo metropolitana. Quanto mais profundamente se explora

⁵ Walter Benjamin. *Rua de Mão Única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 2.^a ed. São Paulo: Brasiliense, s/d. (Obras Escolhidas, II), p. 25.

⁶ Walter Benjamin. *Charles Baudelaire: um Lírico no Auge do Capitalismo*. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. 2.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Obras Escolhidas III), p. 36.

⁷ Idem, ibidem.

o universo benjaminiano, mais caminhos e formas de sensibilidades para o exercício de compreensão são encontrados. Esses caminhos se cruzam de tal maneira que formam intrincados labirintos de imagens, pensamentos, proposições. Como numa espécie de caleidoscópio, neles você se “perde”, no sentido mais positivo e criativo da palavra, ante tantas trilhas a seguir.⁸

Em muitos textos, como por exemplo “Luvas”, citado na epígrafe anterior, foi possível perceber que Benjamin apresentava a seus leitores, portanto a uma parte da sociedade de sua época, uma crítica arrebatadora na forma de provocações ferinas, contumazes.

No asco por animais a sensação dominante é o medo de, no contato, ser reconhecido por eles. O que se assusta profundamente no homem é a consciência obscura de que, nele, permanece em vida algo tão pouco alheio ao animal provocador de asco, que possa ser reconhecido por este. – Todo asco é originalmente asco pelo contato. Desse sentimento até mesmo a subjugação só se põe a salvo com gestos bruscos, excessivos: o asqueroso será violentamente enlaçado, devorado, enquanto a zona do contato epidérmico mais fino permanece tabu. Só assim é possível dar satisfação ao paradoxo do imperativo moral que exige do homem, ao mesmo tempo, a superação e o mais sutil cultivo do sentimento de asco. Não lhe é permitido renegar o bestial parentesco com a criatura, a cujo apelo seu asco responde: é preciso tornar-se senhor dela.⁹

Além da questão em si, deveras inquietante, o título dado ao fragmento – “Luvas” – chama a atenção. A história sociocultural desse objeto, através do tempo e dos vários usos que foi adquirindo, é intrigante. De peça de vestuário a enfeite ou adorno, passando por acessório de trabalho, apetrecho técnico esportivo, medida higiênica, etc., as luvas foram inventadas para proteger e ao mesmo tempo ocultar as mãos humanas: uma das singularidades biológicas mais versáteis e surpreendentes da espécie. Se por um lado as mãos do homem são desprovidas de garras, condição que, em muitas circunstâncias, custou-lhe muito caro, por outro elas passaram por um processo contínuo de aperfeiçoamento de habilidades físicas e mecânicas que lhe dera poderes quase indestrutíveis frente a outras espécies. Benjamin, ao formular esse fragmento e seu título lapidar, tinha em mente essa multiplicidade de significações e usos. A idéia de proteção e asco foi portanto fundamental para o desenvolvimento dessa investigação.

⁸ Existem muitos textos nos quais Benjamin tratou implícita ou explicitamente, metafórica ou realisticamente da questão dos animais. Entre outros, cf.: *Rua de Mão Única*, p. 38-9, 50-1, 58-9, 80-2, 86, 90-1, 93-5, 99-100, 106-7, 110-2, 114, 117, 124, 126, 130, 133, 136-8, 149, 153, 159, 169-70, 182, 225 e 255-6.

⁹ Walter Benjamin. *Rua de Mão Única*, p. 16-7.

Em “Paris do segundo império”, escrito incluído na obra *Charles Baudelaire: um Lírico no Auge do Capitalismo*, outro exemplo, o autor desafia, questionando: “Haveria apenas retórica quando Baudelaire perguntava: ‘O que são os perigos da floresta e da pradaria comparados com os choques e conflitos diários do mundo civilizado? Enlace sua vítima no bulevar ou traspasse sua presa em florestas desconhecidas, não continua sendo o homem, aqui e lá, o mais perfeito de todos os predadores?’”¹⁰

Profundamente inspiradoras para esse trabalho também foram as reflexões da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias a partir de seu ensaio *Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea*.¹¹ A lapidar concisão do texto esta em perfeita concordância e equilíbrio com sua provocadora profundidade e erudição. Em apenas trinta e cinco páginas a autora elaborou uma síntese crítica, compreensiva e interpretativa de escritores ligados à hermenêutica e ao cotidiano.¹² O ensaio, nas palavras da própria autora,

[...] aborda as possibilidades da hermenêutica de criticar o processo de politização do cotidiano e de documentar necessidades sociais fora dos parâmetros objetivistas. Trata-se de enfatizar a crítica do cotidiano sob um viés polêmico, na cultura contemporânea e os novos caminhos metodológicos que abre, quando posta em diálogo com o historicismo, o neomarxismo e a desconstrução filosófica para pesquisar temas relativos ao informal, às diferenças, à especificidade histórica.¹³

Em muitos aspectos as propostas apresentadas pela autora encontraram ecos nos anseios que resultaram nesta tese. Muitos dos autores citados por Maria Odila ofereceram caminhos singulares para a compreensão da história dos animais na São Paulo em acelerado processo de transformação. Dentre eles, uma das posturas teóricas que mais nos chamou a atenção foi a perspectiva hermenêutica elaborada por Hans-George Gadamer em sua obra *Verdade e Método*. Dividida em três partes, a segunda e a terceira em particular – “A extensão da questão da verdade à compreensão nas ciências do espírito” e “A

¹⁰ Walter Benjamin. *Charles Baudelaire: um Lírico no Auge do Capitalismo*, p. 37.

¹¹ Maria Odila Leite da Silva Dias. *Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC*, São Paulo, n.º 17, p. 223-58, novembro/98

¹² Dentre outros: Gadamer, Deleuze, Guattari, Vattimo, Heidegger, Merleau-Ponty, Koselleck, De Certeau, Bordieu, Braudrillard.

¹³ Maria Odila Leite da Silva Dias. *Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea*, p. 223.

virada ontológica da hermenêutica no fio condutor da linguagem” – oferecem, para o trabalho do historiador, reflexões instigantes voltadas para os mecanismos que envolvem o trabalho de interpretação e compreensão.¹⁴ A leitura de *Verdade e Método* foi inquietante e esclarecedora no sentido de alertar, antes de tudo, para o caráter apenas aproximativo e provisório do conhecimento histórico.

“Compreender” – segundo o autor – “é o caráter ôntico original da própria vida humana.” Para ele, “todo o compreender, acaba sendo um compreender-se”.¹⁵ Maria Odila esclarece, ao abordar a questão da historicidade do conhecimento, como se configura a dimensão hermenêutica dentro de uma pesquisa histórica. Segundo ela,

[...] o conhecimento histórico tende para o configurativo e o perspectivista; nele um tema é construído a partir do ponto de vista do historiador que, imerso em sua contemporaneidade, consegue iluminar um fragmento do passado por meio das fontes, entabulando com elas um diálogo. Esse diálogo, que gradativamente se intensifica num crescendo de indagações, depende muito da consciência possível, que o historiador pode elaborar de sua própria inserção no mundo atual. [...] o conhecimento histórico é mais do que o estudo do presente, pois constrói-se na medida do diálogo estabelecido entre o historiador e fragmentos do passado, que vão se ampliando na medida em que aquele diversifica suas questões. O processo crítico de construção desse diálogo é feito do confronto dos conceitos contemporâneos com os conceitos embutidos em suas fontes. A ampliação das possibilidades desse diálogo depende da colocação de questões aptas a ampliarem o seu alcance.¹⁶

Em outras palavras, a autora adverte que o “perspectivismo é uma forma de interpretação inerente à historicidade do próprio conhecimento do historiador. Consiste em documentar o ponto de vista dos testemunhos da época de modo a entabular com eles um diálogo, no qual a posição do historiador enquanto interprete se vê sempre ressaltada”.¹⁷

Maria Odila observa, ainda, que Gadamer elaborou um conceito, que já estava presente na obra de Dilthey, “sobre a especificidade do conhecimento histórico, como seja da fusão de perspectivas de conhecimento na metáfora de uma linha num horizonte, que se desloca sempre”. Esta metáfora “diz respeito ao

¹⁴ Hans-George Gadamer. *Verdade e Método – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 271-709.

¹⁵ Idem, p. 303-4.

¹⁶ Maria Odila Leite da Silva Dias. *Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea*, p. 234.

¹⁷ Maria Odila Leite da Silva Dias. *Hermenêutica e Narrativa*. In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. XVII, (Prefácio).

conhecimento relativista, estabelecido pelo historiador na crítica de suas fontes. Perspectiva sempre provisória e relacional, que se estabelece entre a consciência do historiador, na sua contemporaneidade, e as fontes do passado, coligidas e interrogadas através de um processo dialógico de compreensão. Trata-se de um conhecimento essencialmente limitado pelas temporalidades e que se projeta numa multiplicidade de prismas”.¹⁸

Em “Hermenêutica e Narrativa” a historiadora explica como se dá esse processo dialógico sugerido por Gadamer e o quê significa a sua metáfora da linha do horizonte:

Esse diálogo pressupõe pontes de comunicação entre o escritor e os seus testemunhos, que provêm de problemas e dúvidas colocados pelo historiador a partir da sua inserção no mundo atual. Esse ponto de encontro e de fusão de experiências de vida de épocas bem diferenciadas depende das possibilidades do historiador de trabalhar essa linha do horizonte entre o presente e o passado. George Gadamer procurou retratar o aspecto dialógico da interpretação através da metáfora da linha do horizonte, onde os problemas apresentados pelo historiador, a partir de um ponto preciso de inserção no mundo contemporâneo, na medida em que haja um ponto de fusão ou de interseção destas indagações, possibilitam o diálogo com testemunhos do passado.¹⁹

Muito próximo dessas trilhas abertas por Gadamer e Maria Odila, foi possível pensar em atitudes de investigação voltadas à busca do informal, das diferenças, das especificidades e dos pormenores presentes nas contingências do cotidiano. Os animais, “objeto” de estudo escolhido, têm suas vidas fortemente marcadas por altos graus de informalidade, parâmetros de diferenciação, especificidades e riquezas de pormenores. Obras como *A Invenção do Cotidiano*, de Michel de Certeau e *O Conhecimento Comum. Compêndio de Sociologia Compreensiva*, de Michel Maffesoli, foram leituras, neste sentido, de estímulo e inspiração contínua e duradoura.²⁰

Verificou-se, através do trabalho com as fontes, a surpreendente quantidade tanto de referências às mais variadas espécies de animais presentes na cidade de São Paulo, envolvidas nas mais inusitadas e particulares formas de

¹⁸ Maria Odila Leite da Silva Dias. *Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea*, p. 234-5.

¹⁹ Maria Odila Leite da Silva Dias. *Hermenêutica e Narrativa*, p. XVIII.

²⁰ Michel de Certeau. *A Invenção do Cotidiano – 1 – Artes de Fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol. *A Invenção do Cotidiano – 2 – Morar, cozinhar*. Trad. Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Michel Maffesoli. *O Conhecimento Comum. Compêndio de Sociologia Compreensiva*. Trad. Aluizio Ramos Trinta. São Paulo: Brasiliense, 1988.

manifestações cotidianas e socioculturais, como a existência de múltiplas formas de apropriação perceptiva dessas criaturas. Como disse Certeau, “O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*”²¹. Nessa mesma direção, Michel Maffesoli sugere uma atitude provocadora: “Do momento em que consideramos o dado mundano como uma composição de elementos heterogêneos, e do instante em que a ‘correspondência’ física e social é levada em conta em nossas análises – é, então, preciso encontrar-se um modo de expressão que saiba exprimir a polissemia de sons, situações e gestos, que constituem a trama social.”²²

Questões desenvolvidas por Reinhart Koselleck acerca das problemáticas que envolvem as múltiplas temporalidades, a contemporaneidade do não-contemporâneo, também foram muito importantes para essa pesquisa.²³ Se pensadas na perspectiva da história das atitudes humanas para com os animais, ou mais especificamente, na perspectiva da história dos animais na cidade de São Paulo em tempos de modernização, as propostas de Koselleck demonstram potencialidades promissoras de interpretação e compreensão histórica. No período delimitado por esta investigação as relações entre o homem e os animais compunham-se a partir de elementos, práticas, usos, atitudes, percepções e representações de idades diversas. O couro e o aço interpenetravam-se e correlacionavam-se nos mais variados níveis e nas mais incomuns direções. Manifestações e experiências ditas “coloniais” coexistiram, e muitas delas ainda hoje coexistem, com aquelas chamadas “modernas”. A carroça, por exemplo, com todos seus referenciais de ruralismo, passadismo e colonialismo disputou, por muito tempo, e em áreas “nobres” da cidade, os espaços com os automóveis.

Para a contextualização e interpretação histórica do objeto de estudo; para estabelecer um confronto dialógico das fontes entre si e destas com a bibliografia; assim como para conseguir uma maior dimensão compreensiva que resultasse na

²¹ Michel de Certeau. *A Invenção do Cotidiano – 1 – Artes de Fazer*, p. 38.

²² Michel Maffesoli, *O Conhecimento Comum. Compêndio de Sociologia Compreensiva*, p. 38.

²³ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado. Para uma Semântica de los Tiempos Históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.

apuração e elaboração dos resultados da investigação, Carl E. Schorske sugere um procedimento bastante eficaz. Segundo ele,

[...] o historiador procura situar e interpretar temporalmente o artefato [cultural] num campo onde se cruzam duas linhas. Uma é vertical, ou diacrônica, com a qual ele estabelece a relação de um texto ou um sistema de pensamento com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política, etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; com ela, o historiador avalia a relação do conteúdo do objeto intelectual com as outras coisas que vêm surgindo, simultaneamente, em outros ramos ou aspectos de uma cultura. O fio diacrônico é a urdidura, e o sincrônico é a trama do tecido da história cultural.²⁴

Outra questão profundamente inquietante foi a proposta desenvolvida por Nicolau Sevcenko acerca da difícil, mas inebriante relação entre o trabalho do historiador e a literatura moderna, uma das “fontes documentais” utilizadas nesta pesquisa. Segundo o autor,

[...] o estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosaísmo dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos de permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real.

Nesse sentido, enquanto a Historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser.²⁵

Memórias, crônicas e relatos de viagem; romances, contos, novelas e poesias; enfim, registros literários de gêneros diversos, por oferecerem um leque surpreendente de possibilidades para a compreensão e interpretação da intrincada história dos animais da cidade de São Paulo, foram fontes bastante usadas neste trabalho.

Como a intenção não era a de compreender e interpretar de maneira particular e isolada aquilo que determinado autor, obra ou gênero percebeu ou registrou sobre a problemática proposta – embora a presença de muitos autores se destacasse no decorrer da investigação – mas sim o de perseguir o emaranhado de referências ligadas direta ou indiretamente à história dos animais existentes no material compulsado, estabeleceu-se, de forma até certo ponto

²⁴ Carl E. Schorske, *Viena fin-de-siècle - Política e Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 17.

²⁵ Nicolau Sevcenko. *Literatura como Missão – Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2.^a ed. rev. e ampl., São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 29.

imprevista, uma multiplicidade imensa de fragmentos intimamente relacionados aos objetivos e preocupações inerentes ao projeto para essa pesquisa.

Esses fragmentos literários – em conjunto com as demais fontes e referências bibliográficas utilizadas – quando interpretados e compreendidos não a partir de uma perspectiva cartesiana, mas sim tentando buscar as diferenças, os fluxos contingentes, complexos, dissipativos e não-lineares aproximou-se, sensivelmente, daquele mundo “flutuante, ruidoso e caótico” vislumbrado pelo físico-químico Ilya Prigogine. Aproximou-se, também, através de percepções e exercícios de compreensão, da gênese das relações entre o homem, os animais e a modernidade paulistana.

Ilya Prigogine, ao propor uma revisão tanto da noção tradicional de tempo, formulada e aceita desde Galileu, assim como da formulação da ciência clássica, que privilegiava a ordem e a estabilidade em detrimento da importância das flutuações e das instabilidades, teve por objetivo demonstrar as transformações das leis da física e de toda a descrição da natureza.²⁶ *O Fim das Certezas*, título de um de seus livros, chamou a atenção, principalmente, no que diz respeito à perspectiva promissora de estudos fundamentados em possibilidades de compreensão ligadas à não-linearidade e à análise estocástica, ou seja, aquela que procura a articulação de fatores contingentes. Embora o autor esteja basicamente preocupado com as reflexões sobre física, ele fornece indicações importantes a outras áreas que não especificamente a sua, inclusive às ciências humanas.²⁷

Outro teórico muito sugestivo e sensível às questões que foram discutidas nessa investigação é Maurice Merleau-Ponty. Talvez um dos únicos caminhos para se estudar os animais pelo viés da história sociocultural seja a partir de registros, sobre eles, criados pelo homem. Para a criação desses registros – leis,

²⁶ Ilya Prigogine; Isabelle Stengers. *O Fim das Certezas: Tempo, Caos e as Leis da Natureza*. São Paulo: UNESP, 1996, (Biblioteca Básica), p. 15. Além dessa obra tivemos também a oportunidade de fazer uma primeira leitura de outros dois trabalhos de Prigogine: Ilya Prigogine. *As Leis do Caos*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002; Ilya Prigogine e Isabelle Stengers. *A Nova Aliança. A Metamorfose da Ciência*. Trad. Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincadeira, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

²⁷ Ilya Prigogine e Isabelle Stengers. *O Fim das Certezas: Tempo, Caos e as Leis da Natureza*, p. 74.

poemas, fotografias, etc. – o homem usa, *a priori*, suas capacidades perceptivas. Neste sentido, obras como *Fenomenologia da Percepção* apresentaram uma série de reflexões importantes.²⁸

São esclarecedoras, por exemplo, suas contribuições acerca dos processos sinestésicos, sobre a “unidade dos sentidos”. Entre uma infinidade de outras existências no mundo, o homem percebe e interage com os inúmeros animais que o cerca das mais diversas e inusitadas maneiras possíveis. As particularidades inerentes à vida animal, suas capacidades de locomoção e comunicação, criam singularidades tais em suas relações com o homem que os diferencia sobremaneira de outros objetos ou formas de vida que estão ao seu redor. Uma coisa, para o homem, é perceber, interagir e representar uma palmeira, um automóvel ou outro homem; outra, completamente diversa, é sua percepção de um cão, um gato ou uma tartaruga. Mergulhado em um verdadeiro universo de manifestações perceptíveis, é possível, para o homem, segundo Merleau-Ponty, a unidade de seus sentidos.

Ela não se compreenderá por sua subsunção a uma consciência originária, mas por sua integração nunca acabada em um único organismo cognoscente. [...] A visão dos sons ou a audição das cores se realizam como se realiza a unidade do olhar através dos dois olhos: enquanto meu corpo é não uma soma de órgãos justapostos, mas um sistema sinérgico do qual todas as funções são retomadas e ligadas no movimento geral do ser no mundo, enquanto ele é a figura imobilizada da existência. Há um sentido em dizer que vejo sons ou que ouço cores, se a visão ou a audição não são a simples posse de um *quale* opaco, mas a experiência de uma modalidade da existência, a sincronização de meu corpo a ela, e o problema das sinestesias recebe um começo de solução se a experiência da qualidade é a de um certo modo de movimento a ou de uma conduta. Quando digo que vejo um som quero dizer que, à vibração do som, faço eco através de todo o meu ser sensorial e, em particular, através desse setor de mim mesmo que é capaz das cores.²⁹

Não menos importantes para pensar as atitudes do homem para com os animais são suas sugestões sobre as relações entre o corpo humano e o “mundo percebido”.³⁰ Nessa perspectiva, é importante destacar a ênfase dada pelo autor ao ato humano de compreensão.

Meu corpo é a textura comum de todos os objetos e é, pelo menos em relação ao mundo percebido, o instrumento geral de minha ‘compreensão’. É ele que dá um sentido não apenas ao objeto natural, mas ainda a objetos culturais como as palavras. [...] Em suma, meu corpo não é apenas um objeto entre todos os outros objetos, um complexo de qualidades entre outros, ele é um

²⁸ Maurice Merleau-Ponty. *Fenomenologia da Percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Coleção Tópicos).

²⁹ Idem, p. 314.

³⁰ Título da segunda parte da obra, idem, p. 279-490.

objeto *sensível* a todos os outros, que ressoa para todos os sons, vibra para todas as cores, e que fornece às palavras a sua significação primordial através da maneira pela qual ele as acolhe.³¹

Referindo-se às relações entre o homem, suas percepções, a natureza e o mundo cultural, relações estas que foram fundamentais para esse trabalho, sugere Merleau-Ponty que:

[...] assim como a natureza penetra no centro de minha vida pessoal e entrelaça-se a ela, os comportamentos também descem na natureza e depositam-se nela sob a forma de um mundo cultural. Não tenho apenas um mundo físico, não vivo somente no ambiente da terra, do ar e da água, tenho em torno de mim estradas, plantações, povoados, ruas, igrejas, utensílios, uma sineta, uma colher, um cachimbo. Cada um desses objetos traz implicitamente a marca da ação humana à qual ele serve. Cada um emite uma atmosfera de humanidade [...].³²

Do mesmo autor, igualmente importante para pensar uma possível história dos animais, foi a obra *A Natureza*. Trata-se de uma coletânea de anotações e esboços de aulas sobre o conceito de natureza feitas por ele mesmo ou por seus alunos para os cursos universitários proferidos no Collège de France entre os anos de 1956 e 1960.³³ O tema dos cursos é bastante complexo. Os textos reunidos no volume, dada sua característica lacunar e cifrada, apresenta ao leitor uma série de dificuldades para compreender mais amplamente as questões discutidas pelo professor Merleau-Ponty, questões que iam, por exemplo, das idéias de Descartes às questões humanistas de natureza defendidas por Kant e Brunschvicg; das noções românticas sobre a natureza defendida por Schelling, Hegel e Bergson às concepções instituídas com as ciências modernas, seja na física, seja na biologia.

Particularmente importante foram os segmentos em que tratou, de forma mais direta, da questão dos animais, principalmente no curso desenvolvido no biênio 1957-1958 e intitulado “A animalidade, o corpo humano, passagem à cultura”.³⁴ As anotações estão divididas em duas partes, sendo que a primeira aborda as concepções cartesianas da natureza e suas relações com a ontologia judaico-cristã e a segunda sobre a questão da animalidade na biologia moderna, nos “modelos do vivente” e nos estudos do comportamento animal.

³¹ Idem, p. 315-7.

³² Idem, p. 465.

³³ Maurice Merleau-Ponty. *A Natureza. Curso do Collège de France*. Texto estabelecido e anotado por Dominique Séglaard. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

³⁴ Idem, p. 201-323.

Em conformidade com essa perspectiva teórica – na qual se buscou uma maior aproximação entre história e outras áreas do conhecimento, principalmente com as ciências naturais – a leitura de *Paisagens da História*, de John Lewis Gaddis, veio ao encontro de anseios, interesses e inquietações que estavam presentes desde os primeiros esboços para essa pesquisa.³⁵

Gaddis, logo no início da obra, lembra que Bloch e Carr já haviam previsto, em meados do século XX, “alguns desenvolvimentos nas ciências físicas e biológicas que aproximaram essas disciplinas do trabalho realizado ao longo do tempo pelos historiadores.” Em outras palavras, eles acreditavam na “convergência do método histórico com aqueles das ciências chamadas exatas”.³⁶ Além de demonstrar, de forma muito clara, várias dimensões dessa convergência – tratando de temas que vão da teoria da evolução às teorias do caos e da complexidade – afirma de maneira bastante inovadora e provocativa que o trabalho do historiador está muito mais próximo daqueles apontados por Bloch e Carr do que de áreas aparentemente muito mais imediatas:

[...] as comparações poderiam esclarecer as formas de interação com outras disciplinas. As similaridades temáticas não necessariamente implicam similaridades metodológicas, uma questão que Bloch e Carr tentaram formular ao enfatizar a compatibilidade entre os métodos dos historiadores e dos cientistas naturais. O problema é que as ciências sociais, nas quais os modelos estáticos são ainda valorizados e a evolução é quase sempre vista como um incômodo confuso, podem não ser um campo ideal para os historiadores buscarem as analogias que os ajudariam em suas definições.³⁷

Os autores, obras e questões mencionadas neste “Sensibilidades, Inspirações...” devem ser vistos, como o próprio título sugere, como sensibilidades que inspiraram uma possível aproximação com o intrincado, complexo e incomum

³⁵ John Lewis Gaddis. *Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado*. Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003. Agradecemos ao professor Elias Thomé Saliba a oportuna indicação dessa obra.

³⁶ Idem, p. 11.

³⁷ Idem, p. 68. Nesse sentido, além de outras obras e autores, gostaríamos de destacar que foi de grande importância as seguintes leituras: de Charles Darwin. *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais*. Trad. Leon de Souza Lobo Garci. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. *Origem das Espécies*. Trad. Eugênio Amado. Belo Horizonte: Villa Rica, 1994. *A origem do homem e a seleção sexual*. Trad. Atílio Cancian e Eduardo Nunes Fonseca. São Paulo: Hemus, 1974. De Stephen Jay Gould. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Trad. Maria Elizabeth Martinez. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. *Dinossauro no Palheiro*. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. *A Galinha e seus Dentes e outras Reflexões sobre História Natural*. Trad. David Dana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. *A Montanha de Moluscos de Leonardo da Vinci*. Trad. Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

“objeto” de estudo histórico escolhido para a elaboração dessa tese.³⁸ Como fontes de inspiração, em nenhum momento as sensibilidades desses autores – sejam para com os estudos históricos, sejam para com a crítica da modernidade ou para a crítica sociocultural, sejam enfim para com o universo dos estudos científicos e filosóficos – foram assumidas como modelos teóricos e seguidos à risca. Muito pelo contrário, o trabalho de inspiração a partir dessas sensibilidades, mais do que uma busca ansiosa por estabelecer padrões, deveu-se justamente pelas possibilidades de desprendimento que elas oferecem.

XIV. Dos mais antigos usos dos povos parece vir a nós como uma advertência: na aceitação daquilo que recebemos tão ricamente da natureza, guardar-nos do gesto da avidez. Pois não somos capazes de presentear à mãe Natureza nada que nos é próprio. Por isso convém mostrar reverência no tomar, restituindo, de tudo que desde sempre recebemos, uma parte a ela, antes ainda de nos apoderar do nosso. Essa reverência se manifesta no antigo uso da *libatio*. Aliás, é talvez essa mesma antiqüíssima experiência ética que se conserva, transformada, na proibição de juntar as espigas esquecidas e de recolher cachos de uvas caídos, uma vez que eles fazem proveito à terra ou aos antepassados dispensadores de bençãos. Segundo o uso ateniense, o recolher de migalhas durante a refeição era interdito, porque pertenciam aos heróis. – Uma vez degenerada a sociedade, sob desgraça e avidez, a tal ponto que ela só pode ainda receber os dons da natureza pela rapina, que ela arranca os frutos imaturos para poder trazê-los vantajosamente ao mercado e que ela tem de esvaziar toda a bandeja somente para ficar saciada, sua terra empobrecerá e o campo trará más colheitas.³⁹

³⁸ Durante a realização desta pesquisa tive um abrangente trabalho com a questão dos estudos teórico-metodológicos. Além das reflexões com obras ligadas diretamente às necessidades da investigação, como por exemplo as que enumerei anteriormente, participei das atividades do grupo de estudos “Deviração: estudos teórico-metodológicos”, grupo com objetivo interdisciplinar formado por mim e por dois outros pesquisadores da FFLCH-USP, Elena Pajaro Peres e André Luis Rodrigues. Grande parte das obras teóricas citadas no item “Bibliografia” desta tese, é resultado dos trabalhos realizados no núcleo. Todas elas, apesar de não serem mencionados neste “Sensibilidades, Inspirações,...”, assim como as inúmeras sugestões e discussões realizadas no grupo, foram de suma importância para esta pesquisa.

³⁹ Walter Benjamin. *Rua de Mão Única*, p. 26.

TRAMAS E URDIDURAS

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Nesse caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfiladeiro.

[Walter Benjamin. *Rua de Mão Única*, p. 73.]

A aventura não é, de forma alguma, apenas um episódio. Os episódios são casos singulares que se enfileiram uns aos outros, que não possuem nenhuma correlação interna e que justamente por esse motivo não tem um significado duradouro. A aventura, ao contrário, embora também interrompa o curso costumeiro das coisas, se relaciona positiva e significativamente com a correlação que interrompe. Por isso a aventura permite que se sintam a vida no todo, na sua amplitude e na sua força. Nisso reside o fascínio da aventura. Dispensa as condicionalidades e os compromissos sob os quais se encontra a vida costumeira. Ousa partir rumo ao que é incerto.

Ao mesmo tempo está consciente do caráter de exceção que é próprio da aventura, e assim continua vinculado ao retorno ao costumeiro, para onde a aventura não pode ser conduzida. A gente 'vence' uma aventura, como se fosse um teste ou uma prova, de onde se sai enriquecido e amadurecido.

[Hans-George Gadamer. *Verdade e Método - Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, p. 130.]

Foi uma rica e profunda aventura, na acepção positiva que Gadamer lhe deu, a sensação percebida desde os primeiros passos dados na intrincada história dos animais na cidade de São Paulo na qual imergimos. Experimentamos a possibilidade, aproximativa, de sentir “a vida no todo, na sua amplidão e na sua força”. Essa aproximação se deu a partir de uma espécie lenta de construção, na qual cada detalhe, cada nuance adquiriam significados profundos. Essa aproximação constituiu-se numa espécie singular de rede interpretativa e compreensiva.

Quando iniciamos as primeiras leituras de fontes e bibliografia para essa investigação optamos, na ocasião, pela elaboração de dois tipos de fichamento: um geral, voltado às questões ligadas à história da cidade, aspectos básicos da fonte ou da obra bibliográfica, comentários, observações, etc.; e outro específico, dividido por assuntos ligados diretamente aos objetivos da pesquisa, às múltiplas referências sobre animais e aos temas considerados de maior interesse para o desenvolvimento posterior da investigação.

Quanto ao fichamento específico, seu vocabulário, formado por palavras-chave e assuntos, era controlado e estava sendo constituído a partir de um detalhado e cuidadoso processo de indexação. Este fichamento, dividido em dois segmentos, – um para as fontes e outro para a bibliografia – ia sendo feito de maneira que possibilitasse, a qualquer momento, transportá-lo para um banco de dados. Em cada ficha, que na verdade era uma pasta dentro do programa *Word*, do *Windows*, da *Microsoft*, colocávamos informações como nome do autor, título da obra, gênero literário, ano da 1.^a publicação, resumo ou excerto, ano ou período a que se referia, palavra-chave ou assunto principal (destacada em amarelo), palavras-chave ou assuntos secundários. Como exemplo, apresentamos a pasta da palavra-chave “matadouro”:

MATADOURO**BRUNO, Ernani Silva. *Almanaque de Memórias* [MEMÓRIA – 1986]**

(p. 69) – “Estenderam-se depois as andanças por outros bairros. À Vila Mariana, então quase um arrabalde, de ruas empoeiradas. À Vila Clementino, ainda com poucas casas, isoladas umas das outras, entremeadas de terrenos baldios, rude paisagem de periferia (embora na época não utilizava-se essa designação), em que se viam telheiros, estábulos, carroças e pastos balizados por cercas de arame, e tudo enegrecido por revoadas de urubus atraídos pelo cheiro terrível de um matadouro.”

1925 MATADOURO; ANIMAL(INCÔMODO); ESTÁBULO; VEÍCULO DE TRAÇÃO ANIMAL; PASTO; URUBU; VILA CLEMENTINO

Para termos um controle mais eficaz sobre os assuntos, os objetivos e a problemática da pesquisa, havíamos adotado um processo de indexação de documentos através do qual procurávamos “cercar” o registro encontrado dentro de vários níveis e perspectivas temáticas de localização. No fragmento citado anteriormente, por exemplo, em nosso arquivo existiam sete fichas ou pastas remissivas para este registro, todas contendo as mesmas informações, sendo que **Matadouro**, para nossas preocupações, era o assunto principal.

Mesmo percebendo alguns problemas, essa escolha metodológica vinha correspondendo às necessidades colocadas no período. Sabíamos, contudo, que à medida que a pesquisa fosse avançando e a quantidade de material a ser indexada aumentando, teríamos que desenvolver um banco de dados mais elaborado, pois tanto as etapas de trabalho nela envolvidas, como o programa de computador adotado, apresentariam uma lentidão que já se mostrava crescente. Em meados de 2003 resolvemos adotar nova estratégia metodológica.

A primeira questão colocada, talvez a que ofereceu maiores dificuldades para ser resolvida, foi de ordem estritamente metodológica. Necessitávamos de uma metodologia que articulasse, com pesos diferentes, três áreas do conhecimento: as técnicas da informática, os princípios da arquivística/biblioteconomia e, principalmente, as particularidades de uma pesquisa histórica. Precisávamos de um banco de dados que fosse mais do que um mero instrumento para recuperação de informações, imagens, textos, livros ou documentos. Não poderia prevalecer nem a técnica da computação nem os princípios da catalogação. Era necessário criar não um simples processador de dados, mas sim e principalmente uma metodologia informatizada para uma complexa pesquisa em ciências humanas. Mais do que informativo, o banco de

dados teria que proporcionar, ao mesmo tempo, agilidade para o trabalho de interpretação e compreensão.

A estrutura básica do banco de dados teria que contemplar três pressupostos nucleares para corresponder às expectativas comentadas acima: tecnicamente ele deveria comportar, quando em situação de consulta, vários níveis de cruzamento para recuperação das informações desejadas; quanto aos princípios da arquivística/biblioteconomia, essas informações teriam que se articular e serem recuperadas tanto em níveis globais de exigência como nos mais ínfimos particularismos e detalhes; historicamente, essas articulações e formas de recuperação deveriam corresponder diretamente ao tema, objetivos, problemáticas e partes da pesquisa.

Estabelecidos esses pressupostos, iniciamos o desenvolvimento de uma “planilha de trabalho”. Essa planilha, padrão, serviria tanto para coleta de informações no momento de leitura e análise das fontes e da bibliografia como também seria o *layout* para as “telas” de inclusão de documentos, consulta e geração de formulários do banco de dados. Após inúmeros ensaios, a planilha ficou assim definida:

Espécie:	
Autoria:	
Título:	
Data de produção:	Data de referência:
Assunto principal (AP):	
Assunto(s) secundário(s) (AS):	
Excerto/Resumo/Imagem:	
Comentário:	

- **Espécie:** quanto à espécie, um documento¹ poderia ser: acadêmico; bibliográfico; iconográfico; institucional; literário; oficial; periódico.
- **Autoria e Título:** a inclusão seria semelhante às técnicas da arquivística/biblioteconomia.
- **Data de Produção:** corresponderia ao ano em que foi publicada ou lançada a fonte ou a obra.
- **Data de Referência:** corresponderia ao ano que se refere a fonte, a obra ou o excerto.
- **Assunto Principal e Assunto(s) Secundário(s):** seriam atributos, ou palavras-chave, com vocabulário controlado.
- **Excerto/Resumo/Imagem:** corresponderia às indicações sobre a localização e o suporte; cópias de citação na íntegra, quando se tratasse de fragmentos curtos ou de materiais que não possuíamos cópias em nossos arquivos particulares; resumos ou sínteses para documentos mais extensos; descrição das características básicas da fonte iconográfica, etc.
- **Comentário:** seria um espaço aberto para a elaboração de hipóteses, dúvidas, ilações, etc., sobre o documento incluído.

Precisaríamos que os documentos incluídos no banco de dados fossem recuperados através de rotinas de consulta que possibilitassem o cruzamento, ou não, dos campos “espécie”, “autoridade”, “título”, “data de produção”, “data de referência”, “assunto principal” e “assuntos secundários”. O único campo que em rotina de consulta pudesse oferecer mais do que uma possibilidade de escolha de palavras-chave teria que ser o referente aos “assuntos secundários”.

Os campos “assunto principal” e “assunto(s) secundário(s)” teriam que corresponder aos elementos centrais do banco de dados, ao mesmo tempo seu “cérebro” e o “cérebro” de toda a pesquisa. Mais do que “cérebro”, as palavras-chave dos assuntos principais e secundários teriam que funcionar como inúmeros, intrincados e co-relacionados “neurônios” em constante multiplicação e sinapses.

¹ O termo “Documento”, para o banco de dados, deve ser entendido como toda e qualquer informação incluída no sistema. Nesse sentido, um documento tanto poderá trazer informações sobre uma lei ou uma fotografia, como se referir a uma poesia, o excerto de um romance ou de uma obra bibliográfica, o trecho de um relato de viagem, etc.

Numa outra metáfora, parafraseando Schorske, o assunto principal seria a urdidura e os assuntos secundários a trama do tecido da história dos animais na cidade de São Paulo.² As palavras-chave incluídas no primeiro representariam as linhas mestras da pesquisa. Elas seriam como os fios da urdidura esticados verticalmente em um tear: seriam fixas, previamente definidas e serviriam como estrutura básica para a “trama” que seria desenvolvida. Por sua vez, os fios dessa “trama”, que perpassariam e entrelaçariam horizontalmente a urdidura, deveriam ser, como também o são na situação de um tear, constantemente móveis e variáveis quanto à sua definição. Exemplificando graficamente, precisaríamos de algo assim:

² Carl E. Schorske, op. cit., p. 17.

Talvez mais do que um tecido necessitávamos construir, como aponta Gaddis, uma espécie de rede intercomunicativa, cujas malhas teriam suas dimensões definidas a partir das descobertas feitas mediante as incursões pelas fontes e bibliografia.³ Como dissemos, os fios da trama teriam que ser móveis e variáveis quanto à sua definição.

A primeira palavra-chave, – modernidade – foi colocada estrategicamente no primeiro campo dessa rede por representar o pano de fundo, o substrato de toda essa investigação. Ela daria a tonalidade, a consistência e o “acabamento final” da tese. Ela diz respeito ao objetivo principal dessa pesquisa.

As palavras-chave do campo “Assunto Principal”, em vermelho na listagem acima, foram elaboradas a partir dos problemas e objetivos estipulados para essa investigação. Elas deveriam remeter, respectivamente, a cada um dos cinco grandes eixos interpretativos propostos para o desenvolvimento da tese. Representariam a urdidura dessa reconstrução histórica e seriam de importância máxima para a articulação de todo o conjunto. Elas constituiriam, portanto, a espinha dorsal da pesquisa.

Essas cinco palavras-chave só teriam sentido pleno, principalmente metodológico, se colocadas, numa situação de pesquisa, em cruzamento com aquelas listadas na coluna vertical: os fios da trama dessa história. Criadas progressivamente no decorrer da pesquisa, conforme fossem sendo realizados os trabalhos de leitura e interpretação das fontes e bibliografia, elas pertenceriam ao campo assunto(s) secundário(s).

Como dissemos anteriormente, cada uma dessas palavras vai além da função de meramente recuperar uma informação. Quando uma era criada, por exemplo, “sanitarismo” ou “animal(controle)”, ela já trazia em si uma carga de significação que possibilitava, sozinha ou no cruzamento com outras existentes no banco de dados, potencialidades para interpretação e compreensão. Ao lermos um documento ou fragmento de interesse direto para a pesquisa procuramos

³ “Os historiadores acreditam em causalidade contingente e não categórica. Como observou o filósofo Michael Oakeshott, os historiadores têm uma percepção da realidade como uma rede de eventos interligados em um sistema, em que vemos tudo conectado de alguma forma a outros fatos. Por esse motivo não está claro para nós como uma variável possa ser realmente independente.” John Lewis Gaddis. Op. cit., p. 81-2.

indexá-lo de forma que as palavras-chave escolhidas cumprissem várias funções complementares: informar o assunto nele tratado, interpretá-lo, torná-lo compreensível e, principalmente, articulá-lo com todo o conjunto da investigação. Para a elaboração de um vocabulário controlado talvez seja mais importante, como fonte de inspiração, a síntese e concisão utilizada na construção poética do que as regras e princípios utilizados pela arquivística e biblioteconomia. Nessa perspectiva, ao elegermos determinada palavra-chave ela deveria comportar um aumento progressivo de sua carga de significação, interpretação e compreensão.

Definido esse esboço entramos em contato, no começo do mês de julho de 2003, com os técnicos e analistas da Seção Técnica de Informática da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para discutir a elaboração do programa do banco de dados e as especificações técnicas do equipamento que seria necessário para operá-lo. Após uma série de reuniões e vários testes de simulação, em outubro de 2003 o banco de dados “Projeto São Paulo: animais” foi incorporado à pesquisa. O *software* escolhido foi o *Access*, da *Microsoft*. O banco de dados se divide em quatro partes ou telas principais de operação, como apresentadas a seguir: Menu ou Tela Principal; Cadastro de Resumos ou Tela para Inclusão de Documentos; Consulta de Resumos ou Tela de Consulta/Pesquisa; Resultado da Consulta ou Relatório de Consulta.

1 já impresso primeiro bloco

2 já impresso primeiro bloco

3 já impresso primeiro bloco

4 e 5 já impresso primeiro bloco

Para se ter uma idéia mais aproximada do funcionamento e vantagens oferecidas pelo banco de dados comentaremos, inicialmente, alguns elementos da rotina de trabalho e, em seguida, um exemplo de consulta com documentos incluídos no sistema.

CATALOGAÇÃO E INDEXAÇÃO

Foi a parte mais importante da rotina de trabalho, pois era através dela que um documento incluído no banco de dados poderia ou não ser recuperado em uma consulta. Como dissemos acima, foi a partir da qualidade, precisão e sensibilidade contidas no ato de catalogar/indexar que pudemos retornar a um determinado documento e encontrar nele tanto uma informação desejada como principalmente um processo intelectual de interpretação e compreensão nele contido. Tomemos como exemplo dois artigos do Código de Posturas de 1873. Por se tratar de uma fonte muito longa, os artigos foram catalogados e indexados separadamente ou por grupos.

Art. 72. Os donos de cães ficam obrigados a pagar anualmente 5\$000 de licença de cada cadela, e 1\$000 de cada cão com coleiras numeradas pelo Aferidor, que será o cobrador deste imposto.

Art. 73. Os cães que não trouxerem coleira numerada, na forma do artigo antecedente, serão mortos pelos Fiscais com venenos apropriados.

Assunto Principal: o primeiro aspecto que levamos em consideração para catalogar e indexar esses artigos foi a espécie à qual eles pertencem, ou seja, eles fazem parte das fontes oficiais ou mais especificamente do corpo documental originário das práticas administrativas desenvolvidas pelo poder público municipal. Esse aspecto fez com que, em primeira instância, eles ficassem relacionados ao primeiro eixo da tese e, portanto, o Assunto Principal definido foi “planejamento urbano”.

Assuntos secundários: como as partes da tese seriam divididas em diversos temas, era necessário existir formas e níveis de relacionar esses dois artigos legislativos com os vários aspectos que seriam contemplados em cada um desses temas. Assim, como se tratava de uma fonte ligada à administração municipal, foi estabelecida outra palavra-chave para recuperar todos os documentos que tivessem essa característica, ou seja, “municipalidade”. “Municipalidade”, em nossa pesquisa, compreenderia todas as idéias e práticas

referentes aos animais tomadas pela Prefeitura, pela Câmara Municipal, ou seus representantes diretos. As demais palavras-chave do campo Assuntos Secundários deveriam funcionar numa espécie de efeito “cascata”, “funil”, “filtro” e “ponte”, ou seja, teve-se em mente, no momento da indexação: os vários graus de necessidade interpretativa e compreensiva que pudessem surgir; os vários “degraus” de acesso; as diversas formas de levar em consideração aspectos aparentemente insignificantes ou fragmentários do documento; e a inter-relação com os capítulos que formariam este trabalho. Neste sentido, os artigos 72 e 73 também poderiam ser recuperados pelas palavras “animal(controle)”, “animal(registro)”, “animal(vagabundagem)” e “animal(sacrifício)”.

Por fim, outra norma adotada, como se tratava de uma pesquisa que teria como tema central os animais, foi a de sempre identificar a qual espécie zoológica o documento trazia referências.⁴ Nos artigos em questão a municipalidade tinha sob sua mira os cães da cidade de São Paulo. Para recuperá-los, portanto, criou-se no banco de dados a palavra “espécie(cão)”.

USOS DA PLANILHA DE TRABALHO

Catalogação e indexação direta: foi aquela realizada com as fontes ou obras bibliográficas das quais possuíamos cópias ou exemplares em nossos arquivos. Dispensou o preenchimento manuscrito das planilhas de trabalho impressas uma vez que os documentos eram incluídos no banco de dados no mesmo momento da leitura e interpretação.

Catalogação e indexação primária: nesta, nos utilizamos das planilhas impressas, pois o trabalho foi feito em arquivos ou bibliotecas com fontes ou obras que não tínhamos cópias por serem de difícil aquisição, por não possibilitarem a reprodução ou, se esta fosse permitida, por representarem um gasto excessivo para o projeto.

ELABORAÇÃO DO VOCABULÁRIO CONTROLADO

Listagem de palavras-chave: foi um dos mais importantes instrumentos na rotina de todos os trabalhos da pesquisa. Ela é ao mesmo tempo uma cópia fiel e

⁴ A nomenclatura adotada para as espécies não foi a científica. Ela foi criada visando apenas as necessidades desta pesquisa e na medida em que as fontes documentais e a bibliografia foi sendo trabalhada.

sintética do banco de dados como um todo e também a “radiografia” sensível das inúmeras estruturas da investigação.⁵

Criação e cadastro de novos atributos ou palavras-chave: procedimento feito com o mais criterioso cuidado. Era necessário sempre levar em conta, no momento da interpretação dos documentos, as palavras-chave já existentes na listagem geral e a possibilidade destas serem usadas de forma que cumprissem plenamente a função remissiva de recuperação da informação a ser incluída no banco de dados. Um atributo ou palavra-chave só seria criado e cadastrado no sistema quando fosse considerado de imprescindível necessidade e nenhum dos existentes servissem para “representar” o documento em questão. Esse cuidado foi tomado para não sobrecarregar tanto o banco de dados como os procedimentos de indexação, consulta e interpretação-compreensão dos documentos.

BANCO DE DADOS: CONSULTAS

No final de outubro de 2003 começamos a utilizar sistematicamente o banco de dados. As vantagens oferecidas foram inúmeras. A principal delas foi a de conseguir compactar e reunir, em um único procedimento metodológico, interpretações e informações obtidas a partir do trabalho conjunto com vários gêneros de fontes e com as obras bibliográficas. Se necessitássemos saber, por exemplo, o que possuíamos sobre o abandono de cães na cidade do período estudado, através das palavras-chave “animal(abandono)” e “espécie(cão)” conseguiríamos recuperar todas as fontes e todas as obras bibliográficas que tratavam da questão.

Outra característica bastante promissora para a pesquisa histórica foi a infinidade de cruzamentos de dados que o sistema possibilitou. Além das palavras-chaves dos campos Assunto Principal e Assuntos Secundários, que podiam ser cruzadas e articuladas nas mais diversas direções, o banco de dados criado permitiu, ainda, o cruzamento dessas palavras-chave com os campos Espécie, Autor, Título, Data de Produção e Data de Referência. Por outro lado,

⁵ Em anexo acrescentamos a cópia da listagem de palavras-chave utilizada até o momento final desta investigação.

vantagem não menos importante, foi a possibilidade de rastrear verticalmente o conteúdo do banco de dados por um ou dois dos campos disponíveis para consulta. Nesse sentido foi possível realizar pesquisas compartmentadas para levantar, por exemplo, todas as imagens que possuíamos sobre os cães abandonados nas ruas da cidade de São Paulo, como a legislação abordou essa questão e, por fim, o que Silva Bruno escreveram a respeito.

O banco de dados “Projeto São Paulo: animais” foi a integração, num mesmo arcabouço metodológico, das diversas espécies de fontes utilizadas, das obras bibliográficas lidas, dos comentários elaborados no decorrer da investigação e das inebriantes possibilidades de interpretação e compreensão.

Exemplo de pesquisa:

1 já impresso segundo bloco

Há duas formas de avaliarmos e utilizarmos o resultado da consulta. No próprio computador, pela tela de visualização que possibilita a leitura; e através do comando “copiar/colar”, com o qual é permitido extrair do resumo ou da citação contida no campo “assunto” material para ser utilizado no editor de texto *word*.

1 já impresso segundo bloco

A outra forma é usar o comando “visualizar relatório”, o qual gera uma listagem com todos os dados existentes no documento. Nessa situação é possível, também, fazer uma edição em *word*:

RESULTADO DA CONSULTA

Código	124		
espécie	Oficial		
Título	Leis Municipais 1873		
Data da Produção	1873	Data da Referência	1873
Resumo	<p>- (171) - "Art. 72. Os donos de cães ficão obrigados a pagar annualmente 5\$000 de licença de cada cadella, e 1\$000 de cada cão com colleiras numeradas pelo Aferidor, que será o cobrador deste imposto.</p> <p>Art. 73. Os cães que não trouxerem colleira numerada, na fórmula do artigo antecedente, serão mortos pelos Fiscaes com venenos apropriados."</p>		

Comentário

Assunto Principal	planejamento urbano	Assunto Secundário
		municipalidade
		Postura Municipal
		animal(controle)
		animal(registro)
		animal(vagabundagem)
		animal(sacrifício)
		espécie(cão)

Tanto na tela do computador como no relatório impresso o resultado das consultas oferece uma visão completa de cada um dos documentos selecionados pelo sistema. O primeiro campo que aparece no resultado da consulta é o “código”. Essa numeração é feita automaticamente pelo próprio programa no momento da inclusão do documento. Esse número, inalterável, representa tanto a colocação do documento dentro do banco de dados, como a totalidade de documentos existentes no sistema. Ao entrarmos na tela de inclusão, o programa sempre exibe o último registro acrescentado.

Outro aspecto importante a ser observado é a exibição, no resultado da consulta, das palavras-chaves utilizadas na catalogação/indexação do documento. Essa característica se tornou estratégica para várias situações, dentre as quais, as mais importantes são as vantagens para a compreensão, interpretação e articulação tanto do documento, como deste em relação aos objetivos da investigação. Por outro lado, essa visualização facilitou possíveis revisões, correções ou reformulações em documentos já incluídos no banco de dados. Na tela “Cadastro de Resumos” existe um recurso que possibilita, através do número do “código”, acessar o documento desejado e alterar suas características de indexação, corrigindo, incluindo ou excluindo palavras-chave ou outras informações. Essa possibilidade tornou o banco de dados totalmente flexível, uma vez que, se em determinado momento da pesquisa considerou-se necessário re-indexar, através de nova palavra-chave, um segmento específico de documentos, isso foi facilmente realizado. Por outro lado, essa flexibilidade transformou o banco de dados em uma metodologia de trabalho de longa duração, aberto a inúmeras perspectivas de investigação e extensivo a outros temas de pesquisa.

O banco de dados, enfim, de forma até certo ponto experimental, proporcionou uma rede consideravelmente volumosa, emaranhada e complexa de referências sobre a história dos animais na cidade de São Paulo. Atualmente o sistema comporta em torno de 5.000 documentos e possibilita a realização de centenas de cruzamentos no ambiente de consulta. O resultado, no geral, mostrou-se bastante satisfatório e fértil para a elaboração desta pesquisa.

ENTRE CONSISTÊNCIAS E MALEABILIDADES

A demora com que, no planalto de Piratininga, se tinham introduzido costumes, tradições ou técnicas provenientes da metrópole, não deixaria de ter ali fundas conseqüências. Desenvolvendo-se a atividade colonizadora com muito mais soltura do que nas outras capitânicas, tendia processar-se através de uma incessante acomodação a condições locais. Por isso mesmo não se enrijava logo em padrões inflexíveis. Retrocedia, onde preciso, a formas de vida mais arcaicas, espécie de tributo requerido para o melhor reconhecimento e posse da terra. Só aos poucos, ainda que de modo consistente, o filho e o neto de europeus acabaria por introduzir usos familiares aos seus ancestrais no Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro e a do bronze, cedendo, dobrando-se, amoldando-se às asperezas de um mundo rude.

Sérgio Buarque de Holanda. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 29.

O Rio corre suavemente através de pitorescas florestas, onde pudemos identificar muitas madeiras valiosas. A beleza da paisagem escapa a qualquer descrição, pois são incontáveis os aspectos grandiosos e pitorescos. Ficamos, por um longo tempo, deleitando nossos olhos com essa encantadora pintura da natureza. Alcançamos, então Cubatão, onde as mulas nos aguardavam. Uma hora foi consumida carregando os animais com as nossas bagagens.

Assim tem início o relato escrito por William Henry May narrando a viagem feita em 1810 da baixada santista à cidade de São Paulo.⁴⁵ Henry May, comerciante inglês estabelecido no Rio de Janeiro, empreitara a jornada da baía de Botafogo até a capital paulista acompanhando o cônsul britânico no Brasil James Gambier, o responsável pela expedição e que tinha por objetivo encontrar madeiras de lei brasileiras para serem utilizadas na indústria naval inglesa.⁴⁶ Após viagem costeira do Rio de Janeiro até Santos, com paradas para encontros e caçadas, chegaram à cidade de Cubatão. A estrada, na serra do mar, segundo Henry May, era de tal forma íngreme que, durante as constantes chuvas, se não fosse provida de pavimentação tornaria simplesmente impossível qualquer tentativa de subida com cargas e animais.⁴⁷

Deparamos, durante o trajeto, com muitas tropas de mulas carregadas com açúcar e com outros produtos da região. É admirável a enorme desenvoltura que demonstram esses animais, avançando pelo caminho sem qualquer desordem ou encontrões, mesmo nas partes mais difíceis. [...]

Por volta das quatro horas da tarde, chegamos a Ponte Alta, onde conseguimos hospedagem numa casa com as melhores acomodações que encontrei até agora no Brasil.

Tínhamos caminhado oito léguas – cada légua de quatro milhas – e ainda restavam mais quatro léguas até São Paulo. As mulas estavam muito cansadas e anunciava-se uma enorme tempestade, com raios, trovões e muita água. Por isso, tratamos de aceitar rapidamente o convite do nosso gentil hospedeiro e passamos a noite em sua casa.⁴⁸

Vinte e dois anos após a viagem de May, outro ilustre viajante também se lançava pelas trilhas e caminhos brasileiros. Desde o início da narrativa ele já demonstrava certo mal-estar e impaciência frente a empreitada que iria abraçar. Reclamando, escreveu em seu relato:

A extrema lerdeza dos operários do Rio de Janeiro, contribuiu também para que perdesse muito tempo. Enfim, só ao cabo de 3 dias consegui descobrir o tropeiro que hoje me acompanha. [...]

Parti a 29 de janeiro de 1822 acompanhado de meu novo arreieiro, de Laruotte, e dois guaranis montados. Firmiano vai a pé.

Como partimos muito tarde, não pudemos fazer senão duas léguas.

⁴⁵ William Henry May. *Diário de uma Viagem da Baía de Botafogo à Cidade de São Paulo (1810)*. Trad. Jean Marcel Carvalho França. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006, p. 58. Agradecemos ao Prof.º Elias Thomé Saliba a indicação desse importante documento.

⁴⁶ Idem, p. 27, apresentação de Jean Marcel Carvalho França.

⁴⁷ Idem, p. 59.

⁴⁸ Idem, p. 60.

Eram, finalmente, os últimos arranjos para a tão esperada e ao mesmo tempo angustiosa partida de August de Saint-Hilaire da cidade do Rio de Janeiro para uma longa e árdua jornada.⁴⁹ Resolvidas as primeiras complicações para organizar a expedição e após mais de dois meses consumidos na estafante viagem, nos quais percorreu várias regiões da província de Minas Gerais, chegou o renomado cientista afinal a seu destino: a cidade de São Paulo. Chegou e muito pouco descansou, tal era a complexidade necessária para organizar distantes jornadas pelo território brasileiro. Assim que colocou os pés em São Paulo, a primeira medida tomada, por talvez demandar planejamento e muito trabalho, foi organizar a viagem de retorno.

Imediatamente arranjei 8 burros de aluguel para transportar ao Rio de Janeiro as coleções que aqui deixara e combinei preços com um tropeiro mediante uma dobra por animal.

Devíamos partir ontem, mas o tempo esteve horrível e dois dos burros alugados fugiram. Chove ainda hoje e duvido que nos ponhamos a caminho. No dia seguinte [...] fiz vir as 20 caixas que deixara em depósito na casa do General. Já examinei 6 pastas de plantas e com exceção de mais ou menos uma dúzia de amostras encontrei tudo no melhor estado possível; [...].

Os insetos estão um pouco sujos, mas não estragados. Não desenfardei ainda os passarinhos, mas a primeira camada de cada mala pareceu-me bem conservada.⁵⁰

Um dos aspectos que mais se sobressaem em relatos de viagem como esses são as dificuldades enfrentadas no que se referia ao principal meio de transporte utilizado no período, ou seja, as tropas de mulas. Dos contratempos para arregimentá-las e mantê-las durante toda a viagem até a situação absolutamente precária encontrada na maior parte das vezes nas estradas, trilhas e caminhos que eram percorreridos, passando pelos inqualificáveis desconfortos oferecidos pelos concorridos e rústicos ranchos de tropeiros e demais espaços improvisados para repouso e alimentação, muitos viajantes deixaram registros ricos em detalhes do que era o viajar – ou mais especificamente do que era o viajar com bagagens extremamente delicadas e valiosas, como no caso do naturalista Saint-Hilaire – pelas províncias do Brasil no início do século XIX.

A maior parte destas dificuldades originavam-se dos inusitados, arrebatadores e muitas vezes fatais contatos com o exuberante e perigoso, para o

⁴⁹ August de Saint-Hilaire. *Segunda Viagem à São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora S/A, 1954, p. 12.

⁵⁰ Idem, p. 111.

homem urbano europeu, mundo natural brasileiro. Nesses enfrentamentos, a quase infinita e diversificada quantidade de animais que existiam no território brasileiro ocupavam lugar de destaque: seja com aqueles que formavam as inúmeras tropas; seja com aqueles que viviam, em estado totalmente selvagem, nas matas e florestas; seja com aqueles que eram recolhidos, sacrificados e conservados para as coleções zoológicas; seja com aqueles que existiam nos ranchos de pouso e pasto; seja, enfim, com os artefatos e alimentos de origem animal (couro, carne, etc.) que eram utilizados e consumidos nas expedições.

A experiência perceptiva e sensorial causada pelo transporte em lombo de mulas era profunda. Encetar uma jornada que poderia durar meses e até anos; uma jornada que era envolvida em rotina, disciplina e lentidão; percorrer distâncias diárias que geralmente iam do nascer do sol ao anoitecer; alimentar-se pouco e de forma irregular; dormir mal e em locais os mais improvisados possíveis; amedrontar-se frente aos constantes perigos oferecidos por animais, estradas e caminhos era, enfim, submeter-se a duras e inusitadas provas, principalmente para aqueles que estivessem menos afeitos a um tipo de transumância como esta. A resistência física era exigida próxima a seu limite máximo. As sensibilidades e percepções, frente a tais experiências, compunham-se a partir de um intenso aprendizado de minúcias da natureza local.

Após percorrer quatro ou mais léguas por dia, sob a alternância de um sol inclemente, de chuvas intermináveis ou das amenidades do clima tropical, a tropa parava, no início da noite, para alimentação, descanso e manutenção tanto dos homens como dos animais de carga e montaria, todos em quase total estado de esgotamento físico e mental.

Nessas paradas noturnas as mulas tinham que ser obrigatoriamente descarregadas e tratadas; as caixas, no caso de Saint-Hilaire, contendo os preciosos exemplares da flora e da fauna brasileiras, deveriam ser acondicionadas em local seguro e protegido das intempéries climáticas. As condições dos ranchos ou dependências das fazendas destinadas aos viajantes, eram, na maioria das vezes, deploráveis. Além do naturalista reclamar, alarmado, quem sabe até ofendido, de que as estalagens do interior brasileiro não passavam de

“verdadeiros prostíbulos”, sente-se indignado, talvez menos moral do que fisicamente, pelos constantes, incômodos e inevitáveis ataques desferidos por centenas e centenas de insetos que não só acompanhavam a tropa, como verdadeiros parasitas, mas que também habitavam, em verdadeiras colônias, os concorridíssimos locais de parada, repouso, alimentação e trabalho intelectual. Sobre fazendas de Minas Gerais, nas quais Saint-Hilaire foi obrigado a pernoitar, escreveu o ilustre viajante: “ao cair da noite, as pulgas geralmente entorpecidas durante o dia, saíram da poeira. Em poucos momentos ficamos inteiramente cobertos [...]”. Na noite seguinte, em um outro rancho da região, este em “muito mal estado”, conforme comentário seu, aqueles ectoparasitos eram tão numerosos e tão ativos que viu-se obrigado, humildemente, a pedir para o dono da casa um “quartinho onde pudesse trabalhar sem ser devorado pelos insetos.” Não eram somente as pulgas que infestavam e terrivelmente incomodavam os viajantes. Ao chegar a Elvas, nas proximidades de São João Del-Rey, Minas Gerais, no momento em que seu “pessoal pôs-se na faina de descarregar as mulas [...] as pernas lhes ficaram cobertas de bichos de pé”.⁵¹ Durante seu retorno para o Rio de Janeiro, ao hospedar-se no “Rancho do Pedro Louco”, próximo à cidade de Cunha, desabafa extenuado, aborrecido, quem sabe arrependido:

O calor está muito forte, fazemos longas caminhadas e começo a ficar muito cansado. Cheguei ao rancho com muito forte dor de cabeça; outras tropas já aí haviam tomado lugar. O sol desferia raios na área que nos fora reservada, acabando por me incomodar seriamente. A fumaça dos fogos acesos pelas tropas, cegava-me, o vento me dispersava os papéis e eu me via obrigado a enxotar a cada momento cães, porcos e galinhas. Nunca senti tanto os inconvenientes dos ranchos.⁵²

Mesmo sendo um naturalista, um homem habituado às complexidades do mundo natural, um homem que por opção pessoal e profissional buscou uma relação mais próxima e efetiva com outras espécies que não a sua, mesmo sendo um dos principais precursores da zoologia, Saint-Hilaire talvez nunca tivesse sentido tanto, também, e com tal intensidade, um contato tão íntimo e freqüente com tantas espécies de animais, a maioria vivos e altamente “laboriosos”.

Na região de Jacareí, ao tratar pousada em um sítio, fica novamente admirado, e até certo ponto, talvez, enojado, com o que vê. O dono, que não lhe

⁵¹ Idem, p. 42, 43 e 48 respectivamente.

⁵² Idem, p. 126.

parecia “mais inteligente do que o resto de seus compatriotas,” enquanto conversava com ele, “catava piolhos à cabeça e matava-os sem cerimônia” demonstrando uma total naturalidade na convivência com o parasita. Aliás, conforme pôde observar,

[...] em nenhuma outra parte do Brasil, tal cevandia é tão freqüente quanto aqui. As crianças e mulheres tem a cabeça cheia. Vêm-se umas e outras a se matarem reciprocamente os piolhos, tranqüilamente sentadas à soleira das portas e não pensando em interromper tal ocupação quando os transeuntes as encaram.⁵³

As tropas de mulas tiveram presença notável em terras, caminhos e cidades brasileiras. Objeto de inúmeras e variadas reflexões, conforme, por exemplo, Caio Prado Júnior, o “transporte terrestre na colônia não se acha entregue aos azares das circunstâncias e confiado à improvisação; é um negócio perfeitamente organizado sobretudo nas capitanias do Centro-Sul”.⁵⁴ Em outra passagem, esse mesmo autor declara: “as tropas de bestas [...] durante mais de um século constituirão o principal meio de locomoção e transporte da colônia e ainda no Império independente. Sem elas, o Brasil teria andado mais devagar ainda que andou.”⁵⁵

Uma das definições mais lapidares e precisas sobre o tropeiro, elemento central tanto daquele meio de locomoção como do comércio e trato com os animais, foi feita por Sérgio Buarque de Holanda. Através dela é possível perceber elementos centrais de todo o complexo que envolvia as tropas de mulas. Com os impactos da modernidade, das novas ciências e das modernas tecnologias de fins do século XIX esses elementos sofrerão profundas transformações. Há que se destacar, ainda, a menção feita pelo autor à espécie de relação estabelecida entre o tropeiro e sua cavalgadura; essa, talvez, um de seus maiores orgulhos.

Há na figura do tropeiro paulista, como na do curitibano, do rio-grandense, do oriental, do correntino, do santa-fecino, uma dignidade sobranceira e senhorial que revela ainda a presença de uma tradição inconciliável, a rigor, com a moral Capitalista. A dispensa muito freqüente de outra garantia nas transações além da palavra empenhada, que se atesta quando muito no gesto simbólico de trocar um fio de barba em sinal de assentimento, casa-se melhor com as noções feudais de lealdade do que com o conceito “moderno” de honestidade e crédito comerciais.

⁵³ Idem, p. 101.

⁵⁴ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 266.

⁵⁵ Idem, p. 261. Sobre as tropas de mulas na primeira metade do século XIX Cf. Denise A. Soares de Moura. *Sociedade Movediça. Economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Também falta, no caso desses homens, o ascetismo racionalizante que, ao menos em suas origens, parece inseparável do ideal burguês. O amor ao luxo e aos prazeres domina, e dominará por muito tempo, esses indivíduos rústicos, que ajaezam suas cavalgadas de ricos arreios onde se destacam metais preciosos, ou que timbram em gastar fortunas nos cabarês, no jogo, nos teatros, [...].

A ostentação da capacidade financeira vale aqui por uma demonstração de coragem ou força física. Ao menos nisto, e também na aptidão para enfrentar uma vida cheia de riscos e rigores, o tropeiro ainda pertence à família do bandeirante.⁵⁶

As considerações de Henry May sobre os tropeiros, relatadas em seu diário de viagem, também são importantes principalmente por tratar-se de opiniões de um inglês, admirado talvez com o fato de gente aparentemente tão rústica ser ao mesmo tempo educada e gentil. A descrição feita pelo comerciante sobre os encarregados das tropas é rica em detalhes e nuances.

Os homens que as conduziam pertenciam a uma raça de gente muito nobre e vistosa, geralmente com cerca de seis pés de altura e com boa constituição. Eles portavam somente um grande chapéu de palha branco – cujas abas pendiam em direção aos ombros –, uma camisa de algodão branco e umas calças do mesmo material, ambas produzidas no país. Muitos desses homens são claros como os europeus, todavia, a sua maior virtude é a polidez, tanto mais bem-vinda por derivar de uma genuína bondade de caráter.⁵⁷

Sérgio Buarque de Holanda, em outro texto, ao interpretar as diferenças entre as primitivas bandeiras e as monções de povoamento sugere que cada meio de locomoção empregado pelo homem determina um complexo específico de atitudes e condutas a serem empregadas.⁵⁸

Em alguns registros é possível verificar as singularidades de certas “atitudes e condutas” para com os animais que formavam uma tropa. Caio Prado Júnior, ao descrever as funções do arrieiro, lembra que “além da direção geral da tropa, cabe-lhe arrear e carregar as bestas, operação delicada, mais complexa que a primeira vista parece, pois a saúde e eficiência do animal dependem em grande parte da forma com que é encilhado: de uma distribuição bem ponderada da carga, da hábil colocação dos arreios e cangalhas; sem o que se ferem os animais nestes longos e penosos trajetos que têm de percorrer”. O peso que

⁵⁶ Sérgio Buarque de Holanda. “A colônia de Sacramento e a expansão no extremo sul” In: Sérgio Buarque de Holanda. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira – Do Descobrimento à Expansão Territorial*. (2.^a ed.), São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, t. I., v. 1, p. 322-363, citação nas p. 362-3.

⁵⁷ Willian Henry May, op. cit., p. 59.

⁵⁸ Sérgio Buarque de Holanda. “As Monções” . In: Sérgio Buarque de Holanda. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira – Do Descobrimento à Expansão Territorial*. (2.^a ed.), São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, t. I., v. 1, p. 307-321, citação na p. 308.

carregavam, e as distâncias que percorriam, não eram situações mais cômodas: “a carga de uma besta” – continua o autor – “é ordinariamente de 7 a 8 arrobas nas capitâneas meridionais, [...] a velocidade das tropas, que não vai em regra, e em média, além de 5 a 6 léguas por dia.”⁵⁹

“Atitudes e condutas” como a presenciada por Tschudi durante sua visita à cidade de São Paulo em 1860. Ernani Silva Bruno comenta o “caso extraordinário” presenciado pelo viajante:

Recomendaram a este visitante que levasse a um ferrador do largo de São Francisco uma mula atacada de afecção catarral. O ferrador derramou sobre o animal algumas garrafas de água ardente muito forte e lhe deitou fogo, decerto sob os olhos espantados do suíço. A mula ‘ardeu em chama azul’ – assinalou Tschudi – e começou a pular loucamente’. Mas abafado o fogo em cobertores de lã, o animal andou durante uma hora e ficou completamente curado.⁶⁰

A província de São Paulo, pelo fato de que formava com Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro uma espécie de teia com “grandes vias de articulação”, como dizia Caio Prado Junior, era continuamente percorrida, nas mais variadas direções, por uma quantidade enorme de tropas de mulas.⁶¹ Por ser ela, geograficamente, a mais próxima do grande centro brasileiro criador de muare, o Rio Grande do Sul, – daí a abertura e importância da estrada entre ambas – determinou-lhe um papel fundamental como centro polarizador, irradiador e de trânsito desses animais, suas cargas, seus tropeiros e “passageiros”.⁶² Não foi simples acaso o fato de a grande feira anual de muare ter-se estrategicamente sediado em Sorocaba.⁶³

Assim como a província, e em certo sentido até mais do que ela, a cidade de São Paulo do século XIX destacava-se também pelo incessante movimento de tropas. A cidade também polarizava, irradiava e servia como via de passagem às inúmeras tropas que, do seu interior, ou de outras regiões brasileiras, abasteciam-

⁵⁹ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 266-7.

⁶⁰ Ernani Silva Bruno. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 3.^a ed., São Paulo: Hucitec, 1984, p. 598.

⁶¹ Caio Prado Júnior, op. cit., p. 163.

⁶² Sobre a abertura do primeiro caminho terrestre do Brasil à Colônia de Sacramento Cf. Sérgio Buarque de Holanda. “A colônia de Sacramento e a expansão no extremo sul”, p. 359-60.

⁶³ Sobre a feira de muare de Sorocaba cf. August de Saint-Hilaire. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 186-7; Augusto-Emílio Zaluar. *Peripetização pela Província de S. Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, p. 157; Caio Prado Júnior. op. cit., p. 260-1; Sérgio Buarque de Holanda. “A colônia de Sacramento e a expansão no extremo sul”, p. 362-3.

na com alimentos e mercadorias, ou dela enviava esses gêneros para outras distantes localidades. Assim como na província, na capital paulista homens, mulas e outros animais característicos de tropas viviam e relacionavam-se uns com os outros de maneira muito semelhante àquela ocorrida nos ranchos e estradas. Enfim, a cidade de São Paulo era usada como ligação e comportava todo o movimento cargueiro que demandava o porto da cidade de Santos.

Conforme declarou Saint-Hilaire, a cidade não passava “de um grande depósito das mercadorias que vêm da Europa e de um local de trânsito dos produtos da região.”⁶⁴ Ainda, segundo o viajante, “nos arredores de Jacareí planta-se muito café de bem boa qualidade. Os fazendeiros enviam os produtos de suas colheitas ao Rio de Janeiro e a Santos. Não têm tropas de burros e alugam dos tropeiros profissionais.”⁶⁵ “A descida da serra [de Santos] é por um declive bastante rápido, e os caminhos mal conservados ainda mais dificultam a jornada. O trânsito dos passageiros e das tropas é aqui continuado e incessante. Tudo concorre para tornar muitas vezes até perigosa a estrada, ou antes os trilhos medonhos desta serra.” Assim relatou Zaluar em 1861.⁶⁶

Cícero Marques, recordando-se da antiga Rua de São João do século XIX, menciona que, pelo meio dia, ouvia-se “o estrupido da tropa com o cincerro da madrinha, lamentando a dura jornada de Santos e a penosa subida da Serra, de

⁶⁴ August de Saint-Hilaire. *Viagem à Província de São Paulo*, p. 132.

⁶⁵ August de Saint-Hilaire. *Segunda Viagem à São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo*, p. 104.

⁶⁶ Augusto-Emílio Zaluar, op. cit., p. 190. Outros viajantes também sensibilizaram-se com o grande movimento de tropas de mulas em São Paulo e em Cubatão. Cf. Georg Heinrich Langsdorff. *Os Diários de Langsdorff*. (Org. Danúzio Gil Bernardino da Silva). Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997, p. 11, 12, 21 e 22; John Mawe. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 60-1; August de Saint-Hilaire. *Viagem à Província de São Paulo*, p. 116; Maria Paes de Barros. “No Tempo de Dantes”. In: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1998, p. 79-140, citação na p. 112. Cf., também, Sérgio Buarque de Holanda. “São Paulo””. In: Sérgio Buarque de Holanda. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico – Dispersão e Unidade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, t. II, v. 2, p. 415-472, citação nas p. 422-3 e Odilon Nogueira de Matos. “Vias de Comunicação”. In: Sérgio Buarque de Holanda. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico – Declínio e Queda do Império*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, t. II, v. 4, p. 42-59, citação nas p. 44-5.

onde conduziam as mercadorias para abastecer os armazéns e as fazendas de Jundiaí e Campinas”.⁶⁷

Saint-Hilaire, durante sua primeira viagem à São Paulo, realizada em 1819, em uma de suas “olhadas” panorâmicas sobre a cidade, a partir das janelas do Palácio do Governo percebe, à sua direita, uma planície que “se estende a perder de vista, sendo cortada pela estrada do Rio de Janeiro, que é margeada de chácaras. Animais pastam espalhados pela campina, e a paisagem se torna ainda mais animada com as tropas de burros que chegam e saem da cidade”.⁶⁸

Uma tropa compunha-se, em média, de 40 a 80 animais e, em geral, chegavam diariamente à cidade de São Paulo três ou quatro delas.⁶⁹ Se ocorresse, por algum acaso, o encontro nas ruas e largos de São Paulo de quatro tropas, daquelas que eram compostas por oitenta mulas, seria possível observar e sentir o trânsito e o acúmulo de, por um lado, trezentos e vinte muare e, por outro, das centenas de insetos e parasitas que acompanhavam as tropas ou que já se encontravam instalados nos ranchos, pousos e ruas da cidade e que se proviam da proverbial fartura.

Ficando apenas no campo dos transportes, além das tropas, dividindo e muitas vezes congestionando os espaços urbanos com as mulas, existiam inúmeros outros animais que percorriam e permaneciam na cidade de São Paulo. Dentre eles os bois e os enormes carros que puxavam formaram, simbólica e perceptivamente pensando, um dos elementos socioculturais dos mais significativos existentes na capital paulista. A presença do carro de boi na cidade foi tão marcante que, mesmo após o seu quase completo desaparecimento da zona central urbana, em fins da década de 1910, ele continuou vivo nos referenciais culturais das pessoas que de perto o sentiram. Era impossível, quando um desses veículos circulava pelas ruas, passar despercebido pela população. Visualmente, destacava-se pelas dimensões avantajadas, pela rusticidade de suas linhas, pela certeza de sua capacidade de força, pela baixa

⁶⁷ Cícero Marques. *De Pastora a Rainha – Memórias*. São Paulo: Rádio Panamericana, 1944, p. 227.

⁶⁸ August de Saint-Hilaire. *Viagem à Província de São Paulo*, p. 130.

⁶⁹ Richard Morse. *Formação Histórica de São Paulo (De Comunidade a Metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 40-1.

velocidade que geralmente desenvolvia, pelas cargas descomunais que transportava. Olfativamente, além do cheiro do pelame molhado pelo esforço contínuo, basta lembrar que em determinada ocasião, após a passagem de vários desses veículos por uma das ruas da cidade, as autoridades locais foram obrigadas a recolher trinta e seis carradas de estrume.⁷⁰ Todavia, pela singularidade de seus sons, era através do sentido auditivo que ele talvez mais se sobressaísse.⁷¹ Impossível, desta maneira, não o perceber, não o ver e não o escutar.

João Vampré, escrevendo em 1908 sobre a cidade anterior a 1880, aponta alguns fragmentos de sua percepção sobre os “rechinantes” veículos: “Felizes tempos e costumes rotineiros. [...] Afortunados tempos em que se viam beatas de mantilhas, carros de bois chiando monotonamente pelas ruas enquanto na pupila dos pacatos bovinos como que reflectiam a pureza, a mansidão e a suavidade dos costumes.”⁷² Ida Pfeiffer, visitando São Paulo em 1846, aponta uma das técnicas utilizadas no período para eliminar o incessante ruído: “Les rues sont assez larges, mais excessivement déserts, et le silence général qui y règne dans toute la ville n’est interrompu que par le bruit incessant des charrettes de paysans... Les essieux... [dos carros de bois] ne sont jamais graissés, ce que produit une musique infernale.”⁷³ Sérgio Buarque de Holanda, em seu estudo “As Colônias de Parceria”, menciona, por sua vez, a experiência e contribuição trazida, a partir de 1858, pelos imigrantes alemães e suíços que se instalaram na província de São Paulo. O autor destaca, ainda, uma das mais importantes manifestações de cultura relacionadas a esses veículos, ou seja, a relação dos carreiros com as sonoridades.

Assim, a esfera de influência dos colonos importados de acordo com o sistema Vergueiro, também foi necessariamente menos rural do que urbana ou, se quiserem, suburbana. Na técnica do transporte pode assinalar-se pelo menos uma contribuição apreciável desses imigrantes: o

⁷⁰ Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 506.

⁷¹ Sobre as sonoridades do carro de boi e suas relações socioculturais na cidade de São Paulo Cf. Nelson Aprobato Filho. *Sons da Metrópole: entre ritmos, ruídos, harmonias e dissonâncias. As Novas Camadas Sonoras da Cidade de São Paulo (final do século XIX – início do XX)*. São Paulo, 2001. Dissertação de Mestrado – História-FFLCH-USP, p. 56-78. Obra no prelo pela Editora da Universidade de São Paulo.

⁷² João Vampré. “Fatos e Festas na Tradição”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XIII, p. 285-310, 1908, citação nas p. 293-4.

⁷³ Ida Pfeiffer, *Voyage d’une femme autour du monde*, apud Richard Morse, op. cit., p. 100.

abandono, na construção dos carros de bois, do modelo tradicional, de eixo de volta e roda maciça 'que faziam uma algazarra agradável, talvez, somente, aos bois', segundo observou um viajante suíço. Medem-se bem os esforços que teriam sido feitos para vencer nesse caso a rotina, quando se conhece a convicção generalizada entre os roceiros de que carro para prestar precisa chiar.⁷⁴

Quando esses veículos e seus animais não estavam empregados no transporte de carga ou pessoas, dispunham-se, mesmo que estivessem carregados, a outras inusitadas funções socioculturais. Uma das mais intrigantes era participar da popular procissão do Divino Espírito Santo. Em 1860, na freguesia de Santa Ifigênia, as quatro horas da tarde, "para mais de trinta carradas de lenha, tôdas enfeitadas de bandeirolas e ramos, com seus bois todos pintados e faceiros, desceram pela rua da Consolação precedidos de um bando de mascarados com acompanhamento de música."⁷⁵

Se em meados do século XIX, trafegando eventualmente pelos espaços urbanos, esses veículos e seus bois já causavam sensação, não é difícil imaginar o que ocorreria alguns anos mais tarde quando o afluxo tornou-se diário e a quantidade cresceu consideravelmente.

Alfredo Moreira Pinto, ao tratar de alguns aspectos do cotidiano da cidade em 1866, recorda-se que "os carros de bois guinchavam pelas ruas, sopesando enormes cargas e guiados por míseros captivos, que empunhavam compridas varas com um ferrão na ponta".⁷⁶ Após 1870 além de lenha para os fogões, e verduras para os mercados, via-se chegar, com frequência, material de construção para as novas edificações que se desdobravam pelos bairros em crescimento. Diariamente percorriam a cidade inúmeros "carros de bois carregados de tábuas, vigas e caibros, procedentes de Santo Amaro". Gabriel Marques menciona que os mesmos "desciam, lerdos e pesadões, pela então Estrada do Vergueiro, chiando

⁷⁴ Sérgio Buarque de Holanda. "As Colônias de Parreira", p. 251. Os chiados do carro de boi, conforme relatos de tradição oral, eram usados pelos carreiros como sinais precisos do funcionamento de todo o mecanismo que formava esse meio de transporte. Pela percepção auditiva eles sabiam identificar as medidas necessárias a tomar em cada situação. Era através do som que os carreiros tinham conhecimento, por exemplo, que havia excesso de peso, que os bois estavam cansados, que a carga estava desequilibrada, que o eixo estava com problemas, etc.

⁷⁵ *Correio Paulistano* de 3 de junho de 1860, apud Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 783.

⁷⁶ Alfredo Moreira Pinto. *A Cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo: Governo do Estado, 1979, (Coleção Paulística, v. 14 – Edição fac-similar), p. 8.

monotonamente, a caminho do Bexiga, a atual Praça da Bandeira”.⁷⁷ Nesta região, assim como no Largo da Liberdade, tais veículos alinhavam-se às dezenas. Durante a segunda metade do século XIX, até por volta de 1910, acontecia semanalmente, nestas duas localidades, concorridas feiras de madeira proveniente tanto de Santo Amaro como de Itapecerica.⁷⁸ “Às sextas-feiras e aos sábados era por isso uma inferneira – segundo evocação de Valentim Magalhães – a rua de Santo Amaro. Desde cedo se ouvia o barulho dos carretões [...]” Transportando, além de madeira, pedra de cantaria, cerca de trezentos carros, cada um deles puxado por um, dois ou mais bois, chegavam à cidade nestes dias.⁷⁹

Para o ano de 1883 Langenbuch apresenta uma estimativa que compreende parte do número desses veículos que circulavam por São Paulo. Diz ele que “havia 300 carros (de bois) habitualmente empregados no transporte de madeira entre Santo Amaro e São Paulo, 100 no de lenha, e 37 no de pedra de cantaria”.⁸⁰

Dos bois de carro às mulas de tropa, passando por uma infinidade de outras espécies, a São Paulo de fins do século XIX e primeiros anos do XX era uma cidade repleta de animais, animais que eram parte intrínseca da vida cotidiana, que dividiam e “invadiam” espaços e que, muitas vezes, causavam incômodos ao homem do período. Cronistas e caricaturistas da época, como aqueles que apresentavam a peculiaridade de suas visões no *Cabrião* e no *Diabo Coxo*, usavam direta ou indiretamente os animais como acessórios para a crítica da cultura, da sociedade, da política e do poder público municipal.⁸¹ Os animais, em alguns desenhos de Ângelo Agostini, por exemplo, estão sempre associados

⁷⁷ Gabriel Marques. *Ruas e Tradições de São Paulo – Uma História em Cada Rua*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, s.d., p. 101.

⁷⁸ Ernani Silva Bruno, op. cit., p. 49.

⁷⁹ Idem, p. 1140.

⁸⁰ Jurgen Richard Langenbuch. *A Estruturação da Grande São Paulo – estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971, p. 114-5.

⁸¹ *Cabrião – Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867*. Introdução de Décio Freire dos Santos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2000. Edição Fac-similar. Luís Gama. *Diabo Coxo: São Paulo, 1864-1865*. Redigido por Luís Gama; ilustrado por Ângelo Agostini. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, Edição fac similar.

ao atraso, à pasmaceira, à imundície, etc. Porém, na realidade sociocultural de meados do século XIX as maleabilidades do couro eram ainda muito mais resistentes que as consistências do aço. Paulatinamente esse quadro foi se invertendo.

"RETORNEMOS AOS IDOS DE 1841; A ENTÃO FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DE MATOZINHO, JÁ COM A DENOMINAÇÃO DE FREGUESIA DO BRÁS, CONTINUAVA COMO SE ESTIVESSE SEPARADA DE SÃO PAULO, MAIS PARECIA A UM PACATO VILAREJO DO INTERIOR. AS RUAS DE TERRA BATIDA, NA MAIORIA INTRANSITÁVEIS E CHEIAS DE BURACOS; PODIAM-SE DIVISAR AQUI E ACOLÁ MUITOS ANIMAIS SOLTOS, QUE PASTAVAM SOSSEGADAMENTE POR TRILHAS E RUAS MAL TRAÇADAS; GRANDE NÚMERO DE GALINHAS ACOMPANHADAS DE SEUS PINTINHOS, EM MOVIMENTOS RÁPIDOS, CISCavam O SOLO À PROCURA DE MINHOCAS; CABRAS E PORCOS SOLTOS ESPALHADOS POR TODOS OS LADOS; VELHOS E PACHORRENTOS BURROS E CAVALOS, QUE HÁ MUITO ESTAVAM DISPENSADOS DE SEUS TRABALHOS, PASTAVAM MANSAMENTE PELOS PRADOS E MATARIAS. OUTRAS VEZES, ERAM VISTOS NA FRENTE DAS CASAS, OU À SOMBRA DE ALGUMA ÁRVORE, OS CÃES VADIOS QUE DORMITAVAM A SONO SOLTO. DE VEZ EM QUANDO, AQUELA MONOTONIA ERA QUEBRADA PELO RANGER DAS RODAS DE ALGUM CARRO DE BOI QUE SE DIRIGIA EM DIREÇÃO À CIDADE, COM SUA CARGA DE LENHA, PARA SER VENDIDA E CONSUMIDA PELAS DONAS DE CASAS, QUE USAVAM OS TRADICIONAIS FOGÕES A LENHA. AO ENTARDECER, QUANDO OS ÚLTIMOS RAIOS DE SOL IAM SE ESCONDER NO POENTE, NOTAVA-SE O MOVIMENTO DE HOMENS COM SUAS FERRAMENTAS ÀS COSTAS, QUE RETORNAVAM DA LABUTA DIÁRIA PARA SEUS LARES; E ASSIM, COM A APROXIMAÇÃO DA NOITE, TUDO IA FICANDO NO MAIS PROFUNDO DOS SILÊNCIOS, SÓ QUEBRADO, DE QUANDO EM QUANDO, PELO COAXAR DA SAPARIA E DAS RÃS, ESPALHADAS PELAS LAGOAS DA VÁRZEA DO CARMO E IMEDIAÇÕES."

GERALDO SESCO JUNIOR. *RETALHOS DA VELHA SÃO PAULO*. SÃO PAULO: GRÁFICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1983, P. 49 E 51.

Imagem 1 *Cabrião* - *Semanário humorístico* editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867. Introdução de Décio Freire dos Santos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2000, Edição fac similar, p. 77.

Imagem 2 Cabrião, op. cit. p., 213.

Imagem 3 Luís Gama. *Diabo Coxo: São Paulo, 1864-1865*. Redigido por Luís Gama; ilustrado por Ângelo Agostini. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, Edição fac similar, n. 1, p. 5.

Imagem 4 *Cabrião*, op. cit., p. 8.

Imagem 5 *Cabrião*, op. cit., p. 13.

Imagem 6 Luís Gama, op. cit., n. 2, p. 5.

Imagem 7 Luís Gama, op. cit., n. 3, p. 4.

Imagem 8 Luís Gama, op. cit., n. 10, p. 5.

Defuncto:—Páre, senhor; páre Sr. Cocheiro, que já me sinto desconjuntado.
Cocheiro:—Aguente-se meu amigo, preciso voltar logo, para tomar outro freguez.

Imagem 9 *Cabrião*, op. cit., p. 20.

Imagem 10 Cabrião, op. cit., p. 44.

Imagem 11 *Cabrião*, op. cit., p. 45.

Imagem 12 *Cabrião*, op. cit., p. 12.

Imagem 13 Luís Gama, op. cit., n. 6, p. 5.

Imagem 14 Cabrião, op. cit., p. 16.

Imagem 15 *Cabrião*, op. cit., p. 77.

Imagem 16 *Cabrião*, op. cit., p. 88.

Imagem 17 *Cabrião*, op. cit., p. 117.

Emblema policial

— Parece-me que ha grande pancadaria....
— Então, apitemos.

Se as patrulhas servem unicamente para apitar, podem ser perfeitamente substituidas por patrulhas de grilos.

Imagem 18 Cabrião, op. cit., p. 220.

Imagem 19 Cabrião, op. cit., p. 235.

Imagem 20 Cabrião, op. cit., p. 176.

—Entremos. Vamos pedir aos srs. deputados que intervenham com o governo para que se acabe a guerra, que nós fizemos sofrer. Protestamos pelas violências que contra nós praticam os recrutas e designados que andão refugiados em nossos matos! Que direito tem elles de perseguir-nos? por acaso somos Paraguyos?... Não! nós somos Brasileiros! nossos direitos devem ser respeitados e garantidos na forma da Constituição do Imperio!

Imagem 21 Cabrião, op. cit., p. 243.

Uma familia paulista passeando ao luar,

Imagem 22 *Cabrião*, op. cit., p. 323.

Maus*encontros,—nas ruas, bois,—nos corredores, cabritos. Ilma. Camara, melhores fiscaes! Sr. illuminador, melhor luz.

Imagem 23 Luís Gama, op. cit., n. 8, p. 5.

Imagem 24 Luís Gama, op. cit., n. 9, p. 4.

Em visão do recrutamento ainda vorazes os homens metidos no matto.

E os bichos habitando a Cidade.

Imagem 25 *Cabrião*, op. cit., p. 392.

Capangas de uma fazenda — São Paulo — 1868. É um pouco perigoso

Imagem 26 Luís Gama, op. cit., n. 11, p. 4.

Imagem 27 Luís Gama, 2.^a
n. 11, p. 5.

No cotidiano da “urbanização incipiente” da capital paulista do século XIX, e até por volta de 1870, as mudanças aconteciam de forma lenta e compreensível.⁸² Qualquer alteração era facilmente sentida e incorporada às experiências psicofisiológicas, ambientais e socioculturais do período, mudando paulatinamente os referenciais estabelecidos. Parte marcante desses referenciais, e portanto preponderante neste cotidiano, como mostra a fina sensibilidade estética e crítica de Ângelo Agostini, era a presença dos animais. Das tropas de mulas aos carros de bois, das carroças às montarias, das boiadas aos urubus, das aves aos peixes, dos cães e sapos à inumerável quantidade de insetos e parasitas, os animais, nesse período, viviam, “invadiam” e passavam constantemente por ruas, largos, becos, praças, matas, bosques, rios, várzeas, quintais, terrenos, casas e chácaras da cidade. Era impossível não os perceber, não ter uma convivência próxima e intensa com eles.

A partir de 1870 iniciava-se em São Paulo um processo de grandes transformações socioculturais, político-econômicas e urbano-ambientais. O período, dado o impacto das medidas tomadas pelo presidente da província João Theodoro, ficou conhecido como o da segunda fundação da cidade.⁸³ As mudanças, segundo testemunhos da época, eram imediatamente perceptíveis.

Após uma década da posse de João Theodoro, desembarcava na capital paulista, pela segunda vez e depois de uma ausência de trinta anos, o carioca Firmo de Albuquerque Diniz. Fugindo, em férias de verão, do calor que assolava o Rio de Janeiro, o ex-estudante de Direito do Largo São Francisco, da turma de 1852, fica perplexo com a cidade que encontra. “A população”, escreveu Diniz, “parece-me tem-se aumentado em muito mais de metade.” Os arrabaldes estavam florescentes e os costumes eram outros. A São Paulo apresentava, para suas percepções, “o aspecto de uma cidade civilizada, de movimento comercial

⁸² O conceito “urbanização incipiente” foi utilizado por Maria Odila Leite da Silva Dias. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, Introdução e p. 104, 106 e 123. Referindo-se a São Paulo da segunda metade do século XIX, Wissenbach usa o termo, também bastante apropriado, de “urbanização intermitente”. Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998, p. 15. Essa mesma autora apresenta ainda outras reflexões sobre o processo de urbanização da cidade de São Paulo no século XIX. Idem, p. 74 e 90-1.

⁸³ Sobre algumas dessas medidas Cf. Ernani Silva Bruno. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1984, p. 899-1312.

importante, e oferecendo todos os recursos e comodidades, de que possam precisar seus habitantes e os viajantes.” Estarrecido frente a tantas mudanças, declara maravilhado: “não esperava encontrar a Capital, como está: é uma cidade alegre, buliçosa, inquieta, de visível animação: não é mais a silenciosa São Paulo.”⁸⁴ Referindo-se à cidade de 1852 recorda-se que o som do “rodar de um carro despertava a curiosidade: saía-se à janela para ver quem passava; [...]”.⁸⁵ Contudo, em 1882, com o aumento do número de veículos em circulação e a constante aceleração do ritmo cotidiano, ninguém mais se preocupava em ver quem é que se deslocava pela malha urbana. Para este período observa que “constantemente percorrem as ruas em direções diversas grandes carroças, que conduzem carne aos açougues, outras levando mercadorias da cidade às estações das estradas de ferro, outras daí trazendo-as para o centro da capital; muitas pipas d’água, umas com hortaliças, outras com frutas, outras transportando garrafas de cerveja e licores nacionais.”⁸⁶

Durante certas horas do dia já o incessante rodar de carros e carroças torna-se incômodo a quem não está habituado; ao antigo silêncio sucedeu esse concerto, pouco agradável, de sons produzidos pelo atrito nas calçadas de tantos veículos de diversas espécies, uns de construção leve e elegante, outros de forma grosseira, pesados e apropriados aos gêneros, a cujo transporte se destinam; uns de duas e outros de quatro rodas; uns puxados por lindos animais, outros por feios, e não poucos por antigos servidores, que apresentam-se com ares de quem pede aposentadoria para entregar-se ao descanso.⁸⁷

Como se pode observar, em determinados momentos do dia, o movimento chegava ao clímax e despertava outra ordem de sentimentos e percepções, outros graus de compreensão frente a tantos veículos, homens e animais.

Quais foram as contingências históricas que transformaram, de maneira profunda, tanto este cotidiano amplamente marcado por animais como as relações e atitudes dos homens para com eles? Quais foram as transformações ocorridas na cidade nas últimas décadas do século XIX que tornaram paulatinamente as consistências do aço muito mais incisivas que as maleabilidades do couro?

⁸⁴ Firmo de Albuquerque Diniz (Junius). *Notas de Viagem*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, (Coleção Paulística, v. 5), p. 41.

⁸⁵ Idem, p. 38.

⁸⁶ Idem, ibidem.

⁸⁷ Idem, p. 38-9.

Se forem consultadas, por exemplo, as estatísticas referentes à quantidade de bovinos, eqüinos, asininos e muares existentes na cidade nas quatro primeiras décadas do século XX verifica-se um fenômeno surpreendente.

Tabela 63

Cidade de São Paulo e seus Arredores
Pecuária - Números de Bovinos, Eqüinos, Asininos e Muares, segundo os Municípios:
1905 - 1920 - 1934 - 1940

Municípios	Número de Cabeças												
	Bovinos			Equinos			Asininos e Muares			Total			
	1920	1934	1940	1920	1934	1940	1920	1934	1940	1905	1920	1934	1940
Capital	18.937	20.721	3.359	7.198	5.453	1.245	12.750	6.718	771	21.606	38.885	32.892	5.375
Guarulhos	1.924	3.231	940	1.324	1.823	495	1.720	1.480	227	6.042	4.968	6.534	1.662
Cotia	3.120	8.878	569	1.773	3.239	245	1.534	5.166	327	6.694	6.427	17.283	1.141
Itapeceira	1.803	8.273	1.394	1.012	4.506	1.149	1.697	5.405	1.285	8.286	4.512	18.184	3.828
Juqueri	1.343	1.483	1.214	972	1.170	1.806	1.320	2.240	1.051	5.428	3.635	4.893	3.351
Santo André	-	-	820	-	-	452	-	-	205	-	-	-	1.477
Santo Amaro	712	-	-	480	-	-	239	-	-	9.907	1.431	-	-
São Bernardo	1.564	2.453	-	375	1.161	-	410	1.871	-	3.447	2.349	5.485	-
Sub-Total	29.403	45.039	8.296	13.134	17.352	5.392	19.670	22.880	3.866	61.410	62.207	82.271	16.834
Mogi das Cruzes	5.107	4.416	2.241	4.802	3.830	2.537	14.713	2.734	636	...	21.712	10.980	5.414
Salesópolis													
Guararema	1.447	3.038	849	2.224	2.028	683	492	623	94	4.977	4.163	5.689	1.626
Santa Isabel	2.694	2.684	1.395	2.921	705	529	606	706	91	1.684	6.221	4.095	2.015
Parnaíba	992	3.752	3.546	1.275	3.111	1.933	860	1.816	1.139	...	3.127	8.679	6.618
Sub-Total	2.438	11.309	1.389	812	3.646	956	354	3.391	429	5.282	3.604	18.346	2.774
	12.678	25.199	9.420	12.124	13.320	6.638	17.025	9.270	2.389	11.943	41.827	47.789	18.447
Total	42.081	70.238	17.716	25.258	30.672	12.030	36.695	32.150	6.255	73.353	104.034	130.060	35.281

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos - USP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - José Francisco de Camargo - Boletim n.º 153 - Volume III - 1952.
Elaboração: Emplasa 2001.

Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 160, v. 2, tabela n.º 63, p. 68.

Em 1905 o total somado desses animais era de 21606; em 1920, 38885; em 1934, 32892; e, em 1940, esse número reduziu-se a apenas 5375.⁸⁸ No lapso de vinte anos saíram de circulação, dos espaços da cidade, 35510 animais. O que aconteceu com eles em tão curto espaço de tempo? Assim como esses animais, várias outras espécies existentes em São Paulo entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX passaram por diversas alterações nas cifras de suas

⁸⁸ *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940.* São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 160, v. 2, tabela n.º 63, p. 68.

populações, umas aumentando, outras diminuindo, todas, contudo, constantemente submetidas a novas e inusitadas experiências cotidianas.

A inumerável quantidade e variedade de animais que eram parte intrínseca, explícita e compreensível da cidade no século XIX foram adquirindo, com o limiar do novo século, novos papéis, novas funções e novos significados, não menos importantes, mas muitas vezes mais imperceptíveis, tênues, dissimulados, frente à introdução, impacto e difusão das novidades decorrentes da Revolução Científico-Tecnológica e, num sentido mais amplo, das idéias e práticas oriundas do urbanismo moderno, do capitalismo monopolista e especificamente da cultura da modernidade.⁸⁹

Entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX os animais existentes em São Paulo passaram por um profundo, complexo e intrincado processo de recolonização, processo este articulado em múltiplos níveis e em várias direções, e composto tanto por arcaicas tradições e antigos costumes como por novos elementos representativos da modernidade. Entre outros aspectos é importante destacar que esse processo de recolonização a que foram submetidos os animais faz parte do contexto de reconfiguração urbana, econômica, científica, tecnológica e sócio-cultural ocorrida na cidade entre o final do século XIX e início do XX. Com a passagem de um padrão de raízes coloniais para outro com elementos marcantes de modernidade o homem, entre outras ações, transformações e experiências, redefiniu e redimensionou suas atitudes e relações com os animais. Mas, se essas atitudes e relações, por um lado estavam prenhes dessa cultura da modernidade, por outro, traziam em seu bojo uma enorme e significativa carga de “velhos” costumes e “antigas” tradições. O couro e o aço interpenetrando-se.

A partir das últimas décadas do século XIX materiais, mercadorias, máquinas, objetos e equipamentos, até então desconhecidos por grande parte da população, começaram a ser introduzidos na cidade de São Paulo. Em grande

⁸⁹ Sobre a Revolução Científico-Tecnológica Cf. Geoffrey Barraclough. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d., Capítulo II; Eric Hobsbawm. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 3.^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, Capítulo 10; Nicolau Sevcenko. *Orfeu Extático na Metrópole – São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 156-7.

parte “importados” dos EUA e da Europa, e muitos deles provenientes dos resultados da Revolução Científico-Tecnológica, eles aqui chegaram prontos e fizeram parte, ou mais especificamente foram os principais propulsores das mudanças ocorridas na cidade no contexto de seu vertiginoso processo de metropolização.⁹⁰

A Revolução Científico-Tecnológica foi marcada, grosso modo, pelo surgimento, aperfeiçoamento e difusão de diversos elementos, técnicas e implementos. Dentre as inúmeras novidades decorrentes da técnica e da ciência modernas podem ser citados: o motor a explosão, o avião e a gasolina; a soda cáustica e a eletroquímica; a eletrólise, o alumínio e o níquel; o dínamo, a lâmpada incandescente e as usinas elétricas e hidrelétricas; os transportes públicos mecanizados, o pneu e a bicicleta; a máquina de escrever e o jornal leve e barato; as primeiras fibras sintéticas e a seda artificial; os primeiros plásticos sintéticos e a baquelita; o clorofórmio, os anti-sépticos, o fenol e a assepsia; os corantes, a bacteriologia, a microbiologia e a bioquímica; os antibióticos, as vitaminas e os hormônios; a aspirina e a anestesia; os fertilizantes artificiais, a conservação de alimentos através da esterilização e pasteurização e o processo de estanhagem para alimentos enlatados; os sistemas ferroviários de escala continental e os navios de grande tonelagem; a refrigeração e o comércio internacional de frutas, verduras, carnes, trigo, chá e café. Segundo Geoffrey Barraclough, a Revolução Científico-Tecnológica, ou Segunda Revolução Industrial, fora desencadeada a partir de 1870 e ficou conhecida como a era do aço, da eletricidade, do petróleo e dos produtos químicos. Ela trouxe em seu bojo a mudança da estrutura da sociedade industrial, a integração e interligação econômica do mundo e o neo-imperialismo do final do século XIX. A principal distinção que separa a primeira da segunda revolução industrial foi o impacto, ou o efeito, desencadeado por esta última, dos progressos científicos e tecnológicos sobre a “vida e perspectivas das pessoas”.⁹¹ Numa dimensão mais ampla, na qual foi desenvolvida esta

⁹⁰ Sobre o processo de metropolização da cidade Cf. Nicolau Sevcenko, *Orfeu Extático na Metrópole*.

⁹¹ Todas as informações sobre a Revolução Científica-Tecnológica Cf. Geoffrey Barraclough, op. cit., capítulo II.

investigação, as transformações das ciências e das tecnologias tiveram também impactos e efeitos incisivos não só sobre o homem, sua cultura, sociedade e economia, mas para todo o meio ambiente, para todas as formas de vida existentes no planeta. Com a Revolução Científico-Tecnológica os animais passaram a ter uma importância nunca antes experimentada. Nesta pesquisa procurou-se problematizar como isto se deu em alguns aspectos do contexto paulistano.⁹²

O processo de metropolização de São Paulo e sua inserção na economia mundial são parte, e em certa medida consequência, dessa revolução. Nicolau Sevcenko sugere que:

A emergência das grandes metrópoles e seu vórtice de efeitos desorientadores, suas múltiplas faces incongruentes, seus ritmos desconexos, sua escala extra-humana e seu tempo e espaço fragmentários, sua concentração de tensões, dissiparam as bases de uma cultura de referências estáveis e contínuas.⁹³

Os animais, que eram para o homem parte constitutiva desta “cultura de referências estáveis e contínuas”, também sofreram essa dilapidação. Seja no âmbito das novas tecnologias, das novas ciências, das novas práticas sociais, econômicas e urbanas, ou, enfim, das novas experiências culturais, os animais foram envolvidos, de várias maneiras, nos centros dinâmicos dessas mudanças.

Nesse processo acelerado de transformações pelas quais passou a capital paulista do período foi sintomática, em muitas dimensões, a escolha física e simbólica dos animais como elementos singulares de experimentação, contraponto e confronto para a justificação, construção, enaltecimento ou detração – real e imaginária – da modernidade paulistana. Esses experimentos,

⁹² Um dos livros mais surpreendentes para esta investigação, uma de suas fontes principais de inspiração, foi o clássico estudo de Keith Thomas, publicado na Inglaterra em 1983, *O Homem e o Mundo Natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Usando-se basicamente de fontes literárias o autor cria uma espécie fascinante de “caleidoscópio” das múltiplas e intrincadas relações estabelecidas entre o homem inglês do período moderno, as plantas, as árvores, as flores, as florestas, os jardins e os inúmeros animais que o cercavam. Embora o livro se restrinja à história da Inglaterra dos séculos XVI e XVII ele foi uma das obras historiográficas de maior importância para a realização desta pesquisa sobre São Paulo. Muitas das atitudes que tiveram sua gênese no período abordado pelo autor seguem até os dias atuais. Outras, contudo, sofreram profundas transformações. Os principais elementos que atuaram neste sentido e que criaram atitudes completamente novas e inusitadas, inexistentes nos séculos pesquisados por Keith Thomas, são aqueles resultantes da Revolução Científico-Tecnológica e do advento da Modernidade de fins do século XIX.

⁹³ Nicolau Sevcenko, *Orfeu Extático na Metrópole*, p. 32.

contrapontos e confrontos, ou seja, várias dimensões de uma tentativa crescente de tudo controlar, ocorreram em níveis diversos: dos meios de transporte aos laboratórios de pesquisa; da legislação municipal às reformas urbanas; das obras literárias ao jornalismo escrito e ilustrado; do cotidiano público às esferas da vida privada; da indústria alimentícia aos hábitos alimentares, etc.

Lembrando Certeau, e tendo em mente a história dos animais na cidade de São Paulo, é instigante pensar que, como sugere o autor, “O cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*”⁹⁴, o que, na visão do autor, corresponde às manifestações cotidianas carregadas de positividade, criatividade e invenção. *Caça não autorizada* são todas as experiências desviantes, ricas de significado social e cultural e, entre elas, o trato com os animais adquire peculiaridade especial.

O contraponto dessas maneiras do viver cotidiano – nas quais os animais eram, de forma até certo ponto equilibrada, agentes e pacientes – manifestou-se nos ideais, projetos e mecanismos criados por muitos elementos ligados diretamente ao poder público municipal, às entidades científicas e tecnológicas existentes na cidade e aos grupos empresariais, formados principalmente com capital internacional, que começaram a atuar em São Paulo a partir do final do século XIX. Para esses elementos houve uma tentativa, muitas vezes frustrada, de romper a continuidade das práticas cotidianas e de colocar os animais única e exclusivamente dentro de uma conjuntura mais ampla de tentativa de controle e ordenação de todas as esferas da vida urbana, como seres passivos aos seus interesses particulares ou do que entendiam como sendo o bem público.

Para isso foram criadas espécies de redes e armadilhas para apanhar e tentar adequar todos os elementos urbanos que estivessem em dissonância com os ideais de modernidade ou com os interesses econômicos. Os animais, em particular, foram presas muito especiais. Mas, para isso, necessitava-se afinar os instrumentos e precisar a mira. O que nem sempre foi tarefa das mais fáceis ou simples.

⁹⁴ Michel de Certeau. *A Invenção do Cotidiano – 1 – Artes de Fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 38.

Portanto, as intrincadas correlações estabelecidas entre essas duas esferas urbanas – *a caça não autorizada e o desvio*, de um lado, e, de outro, as práticas e o *controle institucional, científico, tecnológico, político e econômico* – mostraram-se elementos essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Estas correlações não foram utilizadas de forma maniqueísta. Muito pelo contrário, percebeu-se que, no período abrangido pela investigação, dada a complexidade das inúmeras e enredadas relações estabelecidas entre o homem e os animais, essas duas dimensões foram contínua e paulatinamente passando por processos de transformação, adaptação, acomodação e constante aproximação. Verificamos que estes processos, estas teias de relações, desenvolveram-se na São Paulo de fins do século XIX e primeiras décadas do XX a partir de cinco grandes eixos que, para os objetivos da pesquisa, transformaram-se em cinco linhas interpretativas.

No primeiro foi possível perceber elementos de como o poder público municipal, através de suas leis, posturas, relatórios, discussões, projetos, pareceres, etc., tratou a questão dos animais existentes na cidade; quais os lugares, funções e papéis que lhes caberiam nesta “nova” cidade; quais os animais eleitos para permanecer no meio urbano e humano; e quais confrontos e contrapontos foram estabelecidos entre eles e a questão do moderno, da modernização, do progresso e da civilização.

As novas tecnologias introduzidas e desenvolvidas na cidade a partir de 1870, derivadas da Revolução Científico-Tecnológica, e as múltiplas relações que se estabeleceram entre elas e os animais foi o foco principal do segundo eixo vislumbrado. Dos meios de transporte às novas fontes geradoras de energia; da arquitetura ao urbanismo, os animais representaram a força, a matéria prima, o produto e o elemento de confrontação e contraponto para justificar e edificar a cultura da técnica em terras paulistanas.

No terceiro foi possível compreender certos elementos acerca do tratamento e da importância relegada aos animais pela ciência moderna, ou mais especificamente por instituições científicas paulistas criadas ou aperfeiçoadas no período, e em que medida essas instituições conjugavam suas práticas e ideais com o projeto de construção de uma cidade moderna. Do Instituto Butantã ao

Museu de Zoologia, passando pelo Instituto Biológico, Faculdades de Medicina, Saúde Pública, Ciências Biológicas, Veterinária, Psicologia, etc., os animais passaram a ser vistos por lentes e olhares extremamente apurados e meticulosos, e a ser manipulados por luvas e instrumentos de alta precisão, todos prenhes de modernidade em um cotidiano marcado por antigas tradições e velhos costumes.

No quarto eixo delineou-se algumas das inúmeras experiências que enredaram os animais nas férteis camadas do cotidiano da cidade em processo acelerado de transformação. Do comércio ambulante às criações domésticas; das lojas e mercados aos açougues; dos cultos e sacrifícios religiosos às práticas de caça e pesca; dos circos e artistas de rua às grandes exposições; das touradas ao Jôquei Clube; das rinhas de galo ao jogo do bicho; dos restaurantes, bares e quiosques às receitas, cardápios e fogões domésticos; do abandono, “vagabundagem” e “caça não autorizada” aos mecanismos oficiais de apreensão e controle os animais ocupavam, muitas vezes sem prévia autorização – e era isso que em certa medida “comprometia” a modernidade paulista – praticamente todos os espaços da cidade e da vida de seus habitantes.

No quinto foi possível perceber elementos para compreender que a busca, pelo homem, de esferas de reciprocidade com outras espécies que não a sua foi uma das formas de compensar, atenuar e resistir ao processo de desenraizamento, incerteza, solidão e angústia criadas pela modernidade. Por outro lado, nessas relações do homem para com os animais, principalmente nas múltiplas e intrincadas esferas do cotidiano nas quais o poder público municipal, a ciência e a tecnologia muito pouco conseguiam atuar e modificar, foi possível vislumbrar tênues elementos para uma possível coexistência mais harmoniosa entre as espécies. Das leis de proteção às instituições de defesa, amparo e tratamento; dos animais de estimação às percepções artísticas, das pequenas criações domésticas aos animais “vagabundos” que perambulavam pelas ruas da cidade, alguns habitantes de São Paulo encontraram, nessas criaturas, muitas vezes completamente às margens do sistema oficial, campos férteis e portos seguros para sobreviver às novas experiências da vida moderna.

Esta tese foi composta em três capítulos que procuraram discutir alguns elementos que nos pareceram os mais significativos relacionados ao poder público municipal, à tecnologia e à ciência. Nestes capítulos, os cinco eixos apontados acima não foram apresentados de forma compartimentada, ou seja, cada um deles formando tópicos separadamente.⁹⁵ Optou-se, a partir da interpretação de fontes diversas – revistas científicas, Legislação Municipal, Relatórios de Prefeitos e de Presidentes de Província, registros literários e iconográficos, etc. – por construir textos que articulassem e dialogassem, ao mesmo tempo, com vários dos aspectos existentes em cada uma das cinco dimensões esboçadas anteriormente, mesmo que em alguns momentos uma ou outra tenha se sobressaído às demais.

Todos os capítulos, no entanto, tiveram como pano de fundo o objetivo principal da pesquisa que foi o de compreender, interpretar e comprovar, através de uma abordagem histórica, os impactos e os efeitos da modernidade sobre os animais da cidade de São Paulo e, numa perspectiva inversa, demonstrar que a modernidade paulista, com todas suas singularidades e contingências, realizou-se, em muitas de suas dimensões – sejam elas reais, imaginárias ou simbólicas – graças e a partir dos animais e das atitudes, usos e sensibilidades que o homem passou a adotar sobre eles entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX. Esta investigação possuiu uma perspectiva experimental na medida em que, ao estudar as múltiplas relações entre o homem e os animais, compreendeu-se melhor, sob essa perspectiva, a metrópole, a sociedade, a cultura e o cotidiano que as criou.

Sob a mira do moderno; da modernidade, da modernização e do progresso; do urbano, da urbanidade e do capital; da higiene, da civilização, da ciência e da tecnologia, os animais de São Paulo foram ganhando outros graus de importância e valor; foram se transformando em objeto de novas formas de controle, uso, sensibilidade e atitude; e passaram a ter outros significados e representações. A modernidade paulista, com todas as suas especificidades, singularidades e

⁹⁵ Esse foi um dos objetivos iniciais do projeto, modificado no decorrer da escrita, uma vez que essas esferas não são estanques e independentes.

contingências, também lançou seus difusos reflexos sobre a vida dos animais existentes na cidade. Compreender e interpretar esse processo, em inúmeras e muitas vezes inusitadas, complexas e intrincadas direções foi o eixo central que norteou essa pesquisa.

"O BURRO É UM DOS ANIMAIS MAIS UTEIS NO BRASIL. ELE FAZ PARTE DO TRABALHO QUE COMPETE AO CAVALO E EM MUITOS CASOS LHE É SUPERIOR.[...]

A EXPANSÃO DAS MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DOS TRANSPORTES COMERCIAIS, CUJO FUTURO NESTE ESTADO NÃO TEM LIMITES, VIRÁ AUMENTAR CADA VEZ MAIS O CAMPO JÁ TÃO VASTO, ABERTO AO EMPREGO DO BURRO.

A LADO DESSA SAÍDA INTERNA, PODE TAMBÉM ABRIR-SE O MERCADO FEDERAL. A CRIAÇÃO PAULISTA PODERIA MESMO CHEGAR A FIGURAR NO MERCADO MUNDIAL, ONDE O MUAR CONTITUI PRODUTO MUITO PROCURADO E MUITO REMUNERADOR."

G. PLANTADE. CRIAÇÃO DE MUARES. IN: *O CRIADOR PAULISTA*, 1906, p.31-4.

Vista do local em que parou a primeira locomotiva vinda de Santos.

Imagem 28 Luís Gama, op. cit., n. 6, p. 4, série II.

Imagem 29 Luís Gama, op. cit., n. 8, p. 1, série II.

Imagem 30 Luís Gama, op. cit., n. 8, p. 4-5, série II.

Imagem 31 *Cabrião*, op. cit., p. 331.

Um estrangeiro que se vai ao palacio representar contra os canicidios illegaes, acompanhado dos seus cães de raça. E o sr. *R. M.* que tambem vai pedir providencias, contra a influencia das bolas sobre o destino das familias.

Imagem 32 Luís Gama. Op. cit, n. 7, p. 5, série II.

Imagem 33 Cabrião, op. cit., p. 319.

Imagem 34 Cabrião, op. cit., p. 372.

Imagem 35 Luís Gama, op. cit., n. 6, p. 5, série II.

Imagem 36 Luís Gama, op. cit., n. 5, p. 8, série II.

Imagem 37 *Cabrião*, op. cit., p. 16.

Imagem 38 *Cabrião*, op. cit., p. 20.

Entre Sylla e Caribides.—Tanto se morre a vapor como a quatro patas.

Debandada muiar pelo general vapor.

Imagem 39 Luís Gama, op. cit., n. 10, p. 5, série II.

Imagem 40 *Cabrião*, op. cit., p. 44.

—Se o *negreio* do diabo não me paga a mula prendo-lhe a comitica.

O *Velho Paulista* á frente dos regressistas vingá-se da pirraça de 6 de Setembro.

Imagem 41 Luís Gama, op. cit., n. 9, p. 5, série II.

Imagem 42 Cabrião, op. cit., p. 188.

Imagem 43 Cabrião, op. cit., p. 235.

Stena do 4.^o acto do drama A Degolação dos luchos pelo Herodes Solano; — no Theatro Juridico de São Francisco.

Imagem 44 Luís Gama, op. cit., n. 12, p. 5, série II.

METAMORPHOSES.

—Que fazes ali, pobre diabo?

—Ai, senhor, estou condemnado a morrer de fome; a estrada de ferro tirou-nos o trabalho e com elle foi-se o milho, o capim e outras pastagens.

—Cala-te pateta. Vou fazer de ti alguma coisa dando-te uma posição social, que matará de inveja aos teus irmãos.

(Continua.)

Imagem 45 Luís Gama, op. cit., n. 9, p. 1, série II.

Imagem 46 Luís Gama, op. cit., n. 9, p. 4, série II.

Imagem 47 Luís Gama, op. cit., n. 11, p. 4, série II.

Imagem 48 Luís Gama, op.
cit., n. 12, p. 8, série II.

PELOS “JARDINS” DA PAULICÉIA...

Imagem 1 Vale do Anhangabaú e Viaduto do Chá. Data: c. 1927
Anônimo / Acervo Instituto Moreira Salles. Código ANB02

1.1 – SOB A MIRA *DIFUSA* DA LEI

Ilustração 2 Close em cavalo atrelado a uma carroça. Data: c. 1940
Hildegard Rosenthal / Acervo Instituto Moreira Salles. Código 005HRP103.011

Governa um grande país como se desses liberdade a um peixinho. [...]
Por conseguinte, o Bom Legislador não alimenta ambições,
e valoriza pouco os objetos difíceis de ser obtidos.
Ele aprende o que lhe não foi ensinado,
e restitui o que a multidão perdeu.
Assim ele pode acompanhar a Natureza
sem a presunção de interferir em seu curso.
LAOTSE. O LIVRO DE TAO, 750 A.C.

Lei nº 14.106, de 12 de dezembro de 2005

Revoga, em todos os seus termos, as leis que especifica, relativas ao período de 1892 a 1947, e dá outras providências. [...]

Art. 1º Ficam revogadas, em todos os seus termos, as leis abaixo relacionadas, compreendidas no período de 1892 a 1947: Lei nº 1, de 29 de setembro de 1892; Lei nº 2, de 29 de outubro de 1892; Lei nº 3, de 9 de novembro de 1892; Lei nº 4, de 10 de novembro de 1892; Lei nº 6, de 3 de dezembro de 1892; Lei nº 7 de 28 de novembro de 1892; Lei nº 8, de 23 de novembro de 1892; Lei nº 9, de 3 de dezembro de 1892; Lei nº 10, de 3 de dezembro de 1892; Lei nº 11, de 17 de janeiro de 1892; Lei nº 12, de 17 de janeiro de 1892; Lei nº 13, de 31 de dezembro de 1892; Lei nº 14, de 18 de janeiro de 1893; Lei nº 15, de 17 de janeiro de 1893; Lei nº 16, de 17 de janeiro de 1893; Lei nº 17, de 19 de janeiro de 1893; Lei nº 18, de 20 de janeiro de 1893; Lei nº 19, de 17 de janeiro de 1893; Lei nº 20, de 4 de fevereiro de 1893; Lei nº 21, de 22 de fevereiro de 1893; Lei nº 22, de 28 de fevereiro de 1893; Lei nº 23, de 28 de fevereiro de 1893; Lei nº 24, de 24 de março de 1893; Lei nº 25, de 15 de abril de 1893; Lei nº 26, de 15 de abril de 1893; Lei nº 27, de 15 de abril de 1893; Lei nº 28, de 28 de abril de 1893; Lei nº 29, de 29 de abril de 1893; Lei nº 30, de 29 de abril de 1893; Lei nº 31, de 4 de maio de 1893; Lei nº 32, de 4 de maio de 1893; Lei nº 33, de 4 de maio de 1893; Lei nº 34, de 4 de maio de 1893; Lei nº 35, de 10 de maio de 1893; Lei nº 36, de 10 de maio de 1893; Lei nº 37, de 24 de maio de 1893; Lei nº 38, de 24 de maio de 1893; Lei nº 39, de 24 de maio de 1893; Lei nº 40, de 31 de maio de 1893; Lei nº 41, de 5 de julho de 1893; Lei nº 42, de 5 de julho de 1893; Lei nº 43, de 5 de julho de 1893; Lei nº 44, de 5 de julho de 1893; Lei nº 45, de 5 de julho de 1893; Lei nº 46, de 6 de julho de 1893; Lei nº 47, de 6 de julho de 1893; Lei nº 48, de 20 de julho de 1893; Lei nº 49, de 20 de julho de 1893; Lei nº 50, de 25 de julho de 1893; Lei nº 51, de 25 de julho de 1893; Lei nº 52, de 25 de julho de 1893; Lei nº 53, de 25 de julho de 1893; Lei nº 54, de 27 de julho de 1893; Lei nº 55, de 27 de julho de 1893; Lei nº 56, de 27 de julho de 1893; Lei nº 57, de 1º de setembro de 1893; Lei nº 58, de 1º de setembro de 1893; Lei nº 59, de 2 de setembro de 1893; Lei nº 60, de 2 de setembro de 1893; Lei nº 61, de 12 de setembro de 1893; Lei nº 62, de 12 de setembro de 1893; Lei nº 63, de 28 de setembro de 1893; Lei nº 64, de 16 de outubro de 1893; Lei nº 65, de 23 de outubro de 1893; Lei nº 66, de 18 de outubro de 1893; Lei nº 67, de 23 de outubro de 1893; Lei nº 68, de 13 de novembro de 1893; Lei nº 69, de 10 de novembro de 1893; Lei nº 70, de 10 de novembro de 1893; Lei nº 71, de 28 de novembro de 1893; Lei nº 72, de 28 de novembro de 1893; Lei nº 73, de 28 de novembro de 1893; Lei nº 74, de 28 de novembro de 1893; Lei nº 75, de 9 de dezembro de 1893; Lei nº 76, de 9 de dezembro de 1893; Lei nº 77, de 9 de dezembro de 1893; Lei nº 78, de 9 de dezembro de 1893; Lei nº 79, de 9 de dezembro de 1893; Lei nº 80, de 22 de dezembro de 1893; Lei nº 81, de 22 de dezembro de 1893; Lei nº 82, de 22 de dezembro de 1893; Lei nº 83, de 26 de dezembro de 1893; Lei nº 84, de 29 de dezembro de 1893; Lei nº 85, de 29 de dezembro de 1893; Lei nº 86, de 29 de dezembro de 1893; Lei nº 87, de 19 de janeiro de 1894; Lei nº 88, de 19 de janeiro de 1894; Lei nº 89, de 19 de janeiro de 1894; Lei nº 90, de 14 de março de 1894; Lei nº 91, de 14 de março de 1894; Lei nº 92, de 15 de março de 1894; Lei nº 93, de 15 de março de 1894; Lei nº 94, de 30 de março de 1894; Lei nº 95, de 30 de março de 1894; Lei nº 96, de 13 de abril de 1894; Lei nº 97, de 13 de abril de 1894; Lei nº 98, de 26 de abril de 1894; Lei nº 99, de 26 de abril de 1894; Lei nº 100, de 26 de abril de 1894; Lei nº 101, de 26 de abril de 1894; Lei nº 102, de 26 de abril de 1894; Lei nº 103, de 7 de maio de 1894; Lei nº 104, de 12 de maio de 1894; Lei nº 105, de 18 de maio de 1894; Lei nº 106, de 28 de maio de 1894; Lei nº 107, de 14 de junho de 1894; Lei nº 108, de 31 de agosto de 1894; Lei nº 109, de 14 de setembro de 1894; Lei nº 110, de 21 de setembro de 1894; Lei nº 111, de 21 de setembro de 1894; Lei nº 112 de 28 de setembro de 1894; Lei nº 113 de 6 de outubro de 1894; Lei nº 114 de 6 de outubro de 1894; Lei nº 115 de 13 de outubro de 1894; Lei nº 116 de 19 de outubro de 1894; Lei nº 117 de 19 de outubro de 1894; Lei nº 118 de 27 de outubro de 1894; Lei nº 119 de 27 de outubro de 1894; Lei nº 120 de 31 de outubro de 1894; Lei nº 121 de 6 de dezembro de 1894; Lei nº 122 de 23 de dezembro de 1894; [...].

Lei nº 14.106, de 12 de dezembro de 2005.

C 10 sexta-feira, 18 de novembro de 2005 COTIDIANO		FOLHA DE S.PAULO
LEGISLAÇÃO CADUCA		
<i>Proibição é uma das 3.680 leis municipais revogadas, como a que define o horário de produção de pães</i>		
Após 111 anos, cai veto a carro de boi em SP		
ALEXSSANDER SOARES DA REPORTAGEM LOCAL		
<p>Uma votação simbólica realizada ontem na Câmara Municipal de São Paulo extinguiu 3.680 leis em vigor na cidade desde 1892.</p> <p>A partir de hoje, por exemplo, será publicado no “Diário Oficial da Cidade” o fim de uma lei que estava em vigor desde 1896 e que obrigava a “assignalar nos cemitérios municipais as sepulturas dos criminosos celebres”.</p> <p>Há 111 anos, por exemplo, foi preciso aprovar leis para proibir o trânsito de gado na avenida Paulista ou de carros de boi na rua São Bento. Com a decisão de ontem, essas medidas serão revogadas.</p> <p>O Legislativo paulistano já aprovou cerca de 14 mil leis para a cidade. Muitas estabelecem normas ultrapassadas para uma metrópole atualmente com mais de 10 milhões de habitantes.</p> <p>A realidade da capital paulistana em 1911, por exemplo, levou os vereadores a se preocupar com o exercício das profissões. Em março daquele ano era aprovado o projeto que regulamentava a profissão de “vendedor ambu-</p>		<p>lante de bilhetes de loteria” e, dois meses depois, a profissão de “vendedor de jornaes”.</p> <p>Em 1920, a cidade, que hoje oferece ampla rede hoteleira, precisou pensar em uma lei para conceder diversos favores ao “particular, empresa ou companhia para construir e fazer funcionar os três primeiros grandes hotéis”.</p> <p>No final desse mesmo ano, uma lei definiu o horário de produção de pães aos domingos e segundas.</p> <p>O pacote aprovado ontem extinguiu leis de 1892 a 1947. É a primeira etapa da consolidação da legislação municipal, acertada entre o prefeito José Serra (PSDB) e o presidente da Câmara, Roberto Trípoli (sem partido).</p> <p>“A próxima etapa será consolidar as leis, agrupando as propostas em temas específicos e eliminando as que tratam do mesmo assunto. Atualmente, a administração pode sofrer algum questionamento jurídico causado por uma brecha de qualquer lei aprovada desde 1892”, disse Trípoli. A proposta visa reduzir pela metade o número de leis municipais.</p>

Alexssander Soares. “Após 111 anos, cai veto a carro de boi em SP”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 de novembro de 2005. Cotidiano, p. C 10.

LEI N. 4

Prohibe e restringe o exercício da Caça, Pesca e Navegação

O cidadão Dr. João Álvares de Siqueira Bueno, Intendente de Justiça e Polícia, faz saber que a Câmara Municipal adptou, e eu promulgo a lei seguinte:

CAPITULO I Da Caça

Art. 1.º É absolutamente prohibido a entrada em terrenos alheios abertos ou fechados sem consentimento de seus donos para o exercicio da caça; o infractor incorrerá na multa de 50\$000 e no caso de reincidência a mesma multa de 50\$000 e mais 5 dias de prisão.

Art. 2.º É absolutamente prohibido a caça de perdizes e codornas, como a destruição de seus ninhos e ovos, de 1.º de Setembro a 1.º de Março, por ser reconhecidamente o tempo de sua procreação; o infractor incorrerá na multa de 30\$000 e de 2 dias de prisão.

Art. 3.º O exercicio da caça nos logares publicos ou servidões municipaes só terá logar 500 metros distante dos povoados; o infractor incorrerá na multa de 20\$000.

Art. 4.º Para o exercicio da caça nos logares publicos todo o caçador tirará licença annualmente no Intendencia de Justiça e Polícia, pagando o imposto de 10\$000; o infractor que for encontrado sem a respectiva licença pagará a multa de 30\$000 e incorrerá na pena de 2 dias de prisão.

Art. 5.º Ninguém pôde ter cães soltos nas ruas desta cidade, e quando forem elles transportados para um outro logar, serão devidamente açaimados. Os cães que forem encontrados vagando pelas ruas serão apprehendidos e recolhidos ao deposito; se até quatro dias não forem reclamados e tirados do deposito por seus donos, serão mortos, à excepção dos perdigueiros e de raça, os quaes serão arrematdos. Os que forem reclamados serão entregues, pagando o reclamante as despesas do deposito e apprehensão e mais a multa de 10\$000 de cada um.

CAPITULO II Da Pesca

Art. 6.º Será livremente permitida a pesca nos rios Tieté e outros do municipio; porém as rêdes de pesca terá as malhas com o tamanho minimo de 41 milímetros por malha.

As que forem encontradas sem este padrão, serão apprehendidas; e aquelles que com ellas forem encontrados no exercicio da pesca, serão multados em 10\$000 e no dobro na reincidencia.

Arf. 7.º No exercicio da pesca em rios publicos, não podem os pescadores fazer abicar suas canoas ou embarcações nas margens, e nem entrar nos terrenos particulares, fazendo nestes estragos ou damnos. O infractor incorrerá na multa de 30\$000 e 2 dias de prisão.

CAPITULO III Da Navegação

Art. 8.º As lanchas, botes e canôas, que se empregarem no trabalho de carregação de areia, lenha, tijolos, telhas e outros misteres de negocio, serão aferidos e numerados por placas, pagando-se pela aferição de cada um 6\$000 as lanchas e botes, e 3\$000 as canoas.

As que forem encontradas sem aferição e numeração serão apprehendidas até sua aferição, pago o imposto e a multa de 20\$000 cada um.

Art. 9.º É absolutamente prohibido o emprego de dynamite, raiz de timbó e outras drogas venenosas para a pescaria e matança de peixes.

O infractor incorrerá na multa de 5\$000 e 5 dias de prisão, além de outras penas de damno que resultem a terceiros, da applicação dessas materias nos rios.

Art. 10. Na falta ou ausencia dos fiscaes, os mesmo proprietarios lavrarão, com as formalidades da lei, os autos de infracção dos arts. 1.º e 7.º destas posturas.

Mando, portanto, que assim se publique e cumpra-se.

Paço da Camara Municipal de S. Paulo, 10 de Novembro de 1892.

O Intendente de Justiça e Polícia, *João Bueno*.

O Secretario, *Arthur Vaz*.

Registrada na Secretaria Geral da Camara, aos 10 de Novembro de 1892.

O Secretario Interino, *Antonio Vieira Braga*.

Leis e Resoluções da Câmara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893.

Quase impossível imaginar, mesmo que aproximativamente, cada um dos assuntos das 3.680 leis revogadas pela Lei nº 14.106, de 12 de dezembro de 2005.¹ Mais difícil ainda é envolver essas 3.680 medidas legislativas no conjunto de mais de 14.000 leis municipais aprovadas desde 1892 e as centenas de leis provinciais referentes à cidade de São Paulo elaboradas durante todo o século XIX e numeradas seguindo outra classificação, anual, utilizada anteriormente. A situação torna-se ainda mais complexa ao tentar aproximar esse conjunto monumental de leis, normas, posturas e decretos municipais dos inúmeros discursos elaborados a partir dessa mesma legislação, como por exemplo a reportagem da *Folha de São Paulo* utilizada na segunda citação.² Contudo, se nos determos nos conteúdos, significados e implicações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais de cada uma das 3.680 leis revogadas em 2005, como a Lei n. 4 utilizada na citação acima, o sentimento compreensivo e interpretativo beira às fronteiras difusas do caos.³ Ao penetrar nos meandros, volteios, desvios, retornos e caminhos emaranhados do conjunto de leis que procura reger a vida na cidade de São Paulo a sensação imediata é de um absoluto descontrole, de total mal-estar labiríntico. Não há muitas saídas.

Aquele que se debruça para ler na íntegra o texto da inusitada lei N. 14106, além de sentir imediatamente o aborrecimento e frieza que a mesma provoca, percebe-se também totalmente insatisfeito quanto aos conteúdos e assuntos que eram reportados pelas revogadas leis. Como os personagens de Kafka, vê-se angustiado e desorientado em meio a um emaranhado de números e datas completamente vazios de significados. Dá-se a impressão, num primeiro momento, que o objetivo dos legisladores nada mais era do que simplesmente enxugar, racionalmente, um conjunto complexo de normas urbanas. Eram essas

¹ O texto na íntegra da Lei nº 14.106 foi compilado seguindo exatamente o mesmo estilo apresentado na citação acima, ou seja, são 48 páginas em papel A4, espaço um e meio. Na citação utilizada, foram condensadas apenas duas páginas. *Lei nº 14.106, de 12 de dezembro de 2005. Revoga, em todos os seus termos, as leis que especifica, relativas ao período de 1892 a 1947, e dá outras providências.* <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/leis2.pl>, capturado em 24/02/2006.

² Alexssander Soares. “Após 111 anos, cai veto a carro de boi em SP”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 de novembro de 2005. Cotidiano, p. C 10.

³ SÃO PAULO (SP). *Leis e Resoluções da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893*. São Paulo: Typographia a vapor Pauperio & Comp., 1897, p. 10-3.

3680 leis que, talvez, na visão deles, estavam “atravancando” a grande marcha paulistana. Para aquele que não conheça os objetivos e ideologias das elites dirigentes paulistas a idéia de limpeza e modernização podem até passar ao largo da discussão. Contudo, porém, é sugestivo perceber como esses objetivos e ideologias estão sorrateiramente espalhados e enraizados pelas mais diversas camadas socioculturais da cidade.

“Após 111 anos, cai veto a carro de boi em SP”. Foi este o título escolhido pelo jornalista Alexssander Soares para comentar, em sua matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* de 18 de novembro de 2005, a votação realizada no dia anterior na Câmara Municipal de São Paulo que decretou a lei 14.106.⁴ O tom de ironia nuançado por um sentimento de afronta e descomedimento expresso no título se repete em algumas outras passagens da curta reportagem. Esse tom de diversos matizes pode ser compreendido, entre outras, em duas dimensões.

Na primeira, com uma intenção não encoberta de denúncia, o jornalista sugere meio incomodado o quão inoperante são os representantes oficiais do município de São Paulo. “Legislação caduca” foi o qualificativo usado por ele para “chamar” o subtítulo do texto: “Proibição é uma das 3.680 leis municipais revogadas, como a que define o horário de produção de pães”. Soares, nessa perspectiva, um tanto quanto aliviado, informa ao leitor que a votação ocorrida na Câmara trata-se da primeira etapa de um projeto de consolidação da legislação municipal. Quando esse projeto for efetivado quem sabe a vida na cidade não se tornará melhor!?

A segunda dimensão é muito mais sutil, de difícil apreensão e compreensão, originada em estratos muito mais densos e complexos da cultura paulistana. Em diversos e freqüentes momentos da história da cidade de São Paulo alguns elementos socioculturais – que pelo seu uso constante e repetitivo vão se transformando em tradição, uma tradição meio que esquizofrênica e paranóica – são como fios que, ao serem delicadamente puxados, trazem consigo toda uma carga de preconceitos, injustiças, perseguições e, por outro lado, anseios, desejos, idealizações, decepções e principalmente frustrações. As

⁴ Alexssander Soares. “Após 111 anos, cai veto a carro de boi em SP”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 de novembro de 2005. Cotidiano, p. C 10.

frustrações, no contexto do processo de urbanização, modernização e planejamento da cidade de São Paulo, tornam-se conceito-chave para compreender a história da cultura que envolveu esse processo ao longo das décadas. Mais do que em seu sentido psicanalítico, que diz respeito a estados individuais de impedimento pessoal ou interpessoal para se atingir determinada satisfação de uma exigência pulsional, nesse exercício de compreensão do tão ansiado “planejamento urbano paulista”, a ideia de frustração deve ser entendida em sua significação jurídica, ou seja, como ato que visa iludir a lei e que, ao ser colocado em prática na forma de violência ou fraude, por exemplo, constitui crime a ser punido pela legislação penal.⁵ A intrincada Legislação Municipal paulista é, em seus meandros, repleta de ilusões – no sentido de ofuscamento e atos de enganar – violências e fraudes. Nessa mesma Legislação, nos artigos nos quais são instituídas as punições, aqueles que as recebem não são, em praticamente quase toda sua totalidade, aqueles que iludem, enganam, violentam, fraudam. Esses elementos estão presentes na enxuta reportagem de Soares.

Inspirado por aquele tom de ironia, descomedimento e afronta apontado anteriormente e baseando-se em exemplos como esses, Soares procura demonstrar o quão claudicante apresenta-se a Legislação Municipal e o quão fora da realidade atual ela se encontra. “O Legislativo paulistano”, diz ele, “já aprovou cerca de 14 mil leis para a cidade. Muitas estabelecem normas ultrapassadas para uma metrópole atualmente com mais de 10 milhões de habitantes.” Afirmações como essa sugerem uma visão um tanto quanto ressentida sobre a cidade, seus governantes, sua história. Para Soares, para o prefeito e para muitos vereadores, muitas dessas 3680 leis remetem e relembram um “passado” paulista que deveria ser, juntamente com elas, para sempre revogado.

A menção aos animais não é gratuita e vai além da ironia explicitada no título. No terceiro parágrafo da reportagem, Soares retoma o assunto: “Há 111 anos, por exemplo, foi preciso aprovar leis para proibir o trânsito de gado na avenida Paulista ou carros de boi na rua São Bento”.

⁵ Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0.

A história sociocultural da presença dos animais na cidade de São Paulo é uma história marcada pela força da permanência, pela fluidez da descontinuidade, pela fertilidade da porosidade. São com esses elementos que tanto a elite governamental paulista, em seus anseios por controle e poder, como toda a população da cidade, em suas contingências e singularidades cotidianas, se confrontam há muitas décadas. Nesses confrontos, principalmente no que diz respeito ao planejamento urbano, os animais, mais do que representações, são presenças vivas que se manifestam das mais diversas maneiras se interpondo constantemente nos caminhos da tão almejada e exclusivista modernização. Ao longo dos anos eles continuam “atuantes” na cidade. Alheios às legislações e interesses governamentais, até datas bem recentes, são encarados como incômodos, geram acirradas discussões e “instituem” leis específicas. Na metrópole com mais de 10 milhões de habitantes, a existência de indesejados elementos não é uma possibilidade tão remota como sugere Soares em sua reportagem.

De fato Roberto Trípoli, Presidente da Câmara, tinha motivos para se preocupar quanto a possíveis questionamentos jurídicos contra a administração municipal. Mais do que brechas, o corpo legislativo paulista imagetivamente assemelha-se uma grande “esponja” assimétrica, viva, porosa, maleável, absorvente, quase orgânica, em paulatino crescimento. É muito improvável que a maior parte dos vereadores paulistas conheçam minimamente o teor dessa estrutura e imaginem as implicações dessas mais de 14.000 leis municipais.

Embrenhar-se por entre as fibras dessa colossal “esponja” jurídica, percorrer seus inúmeros e bifurcados canais, câmaras e células em busca de elementos orgânicos ou na procura do tratamento dispensado à vida animal, é uma experiência inebriante, estarrecedora, elucidativa. É como vislumbrar um jogo de angapanga, um pega-pega interminável e implacável, sem piques nem pousos, no qual o poder público municipal, atrás do anseio de controlar as inúmeras espécies de animais urbanos, domésticos ou sinantrópicos que vivem em São Paulo, perde constantemente o fio da meada frente à dominação instintiva da vida

que se prolifera. Percorrer esse universo é como embrenhar-se no do labirinto de Dédalos, perseguido por Minotauro, sem Teseu o fio de Ariadne.

Ao iniciarmos o trabalho de pesquisa com a coleção de Leis da Província e da Cidade de São Paulo, logo nas primeiras leituras percebemos tratar-se de um tipo de fonte dos mais singulares e ricos para a compreensão da história dos animais. Nossas surpresas pelo inusitado desse corpo documental, no que se refere principalmente aos animais da cidade de São Paulo, se iniciaram a partir do primeiro volume consultado, aquele contendo as Leis Provinciais de 1870.⁶ Como relatam muitos historiadores, em diversas ocasiões encontram-se informações históricas de grande importância em registros que, aparentemente e à primeira vista, não demonstravam qualquer tipo de potencialidade ou interesse. É o caso, que nos deparamos logo no início da pesquisa, das Leis Provinciais e Municipais que determinavam o Orçamento para a cidade. São páginas e páginas contendo dezenas de itens nos quais estipulavam-se as fontes de receita e despesa para o município. Como dissemos, aparentemente não passam de valores e classificações ligados mais às preocupações de historiadores ligados à economia. Porém, se olharmos mais atentamente para esse tipo de lei orçamentária e procurar compreendê-la numa projeção de 1870 a 1940 percebe-se surgir inúmeras possibilidades interpretativas, seja ao nível importante da quantificação, seja no aspecto profundo e inquietante da histórica social e cultural.

Inúmeros itens referem-se especificamente aos animais. Por exemplo, para 1870, o governo provincial pretendia gastar 500\$000 com a “Gratificação ao veterinário, que também serve de caseiro no matadouro, e em sua falta pessoa perita para examinar as rezes antes de serem mortas.”⁷ Dentre as inúmeras formas de arrecadar recursos, foram instituídos impostos para as companhias de espetáculos eqüestres que se apresentavam na cidade, para aqueles que possuíam fábricas de curtume, para os proprietários de casas “na Cidade onde se aluguem animais ou recebam a trato”, por cada “cabeça de porco morto ou vivo que entrar na Cidade ou no Município”, por cada cabeça de rês cortada, por

⁶ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1870*. São Paulo: Typographia Americana, 1870.

⁷ Idem, p. 282.

possuir veículo de tração animal, por ter casa de couros ou arreios, por ter carroça de aluguel, por cada carro de eixo móvel e por cada cargueiro de água ardente que entrar na cidade, pela venda de carne verde, etc.⁸ Esses itens, com algumas poucas alterações, irão repetir-se ao longo dos anos.

Acompanhar a “evolução” desse conjunto de leis tendo como objetivo compreender o tratamento dispensado aos animais é uma experiência complexa e inebriante. Como no caso das leis de orçamento a coleção como um todo é repleta de minúcias e detalhes de singular importância histórica, sociocultural, político-econômica e ecológico-ambiental. Como outro exemplo poderíamos citar que, nas primeiras décadas do século XX já não se falava mais em ruas pelas quais os ‘rústicos” e “antiquados” carros de bois, por exemplo, estavam proibidos de circular, mas sim em perímetros.⁹ A partir dessa época, e mediante o constante crescimento da cidade, o uso desse conceito vai adquirindo cada vez mais importância para os mecanismos da prática administrativa municipal. O ápice seria atingido com Prestes Maia e suas intervenções urbanas. A geometria da cidade, desenhada pelas linhas desses perímetros, servia, entre outras coisas, como uma espécie de barreira virtual, um muro de proteção e isolamento que se tentava erigir contra referências socioculturais e ecológico-ambientais intimamente ligadas a um passado de tradições coloniais e populares que seria importante, senão eliminar, ao menos travestir com roupagens mais modernas. Carreiros, carros e bois, entre muitas outras presenças, iam se tornando figuras dissonantes para a composição da imagem de uma cidade que se “modernizava”.¹⁰

⁸ Idem, p. 280-2.

⁹ O Código de Posturas de 1873, por exemplo, decretado pelo presidente da província João Theodoro Xavier em quatorze de maio, determinava as ruas, uma a uma, nas quais era proibido o “transito de carros de qualquer espécie e carroças puxadas por animais”. São Paulo (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 171.

¹⁰ Esse processo de segregação e ocultação, embora de forma menos explícita do que o realizado no período de nossa pesquisa, já existia e foi progressivamente aplicado durante o século XIX. Maria Odila Leite da Silva Dias, analisando as mulheres pobres da cidade, lembra que: “o espaço de sobrevivência das mulheres foi aos poucos sendo absorvido pelo processo de urbanização, num longo confronto de reclamações e resistência. Lavavam roupas nos chafarizes públicos, criavam porcos soltos, deixavam seus animais de criação invadir terrenos de vizinhos; não tendo escravos para levar o lixo, dispunham dele nos locais públicos... [...] Opuseram tenaz resistência às posturas municipais, medidas de arruamento, reformas de calçadas e do alinhamento das casas, que afetavam o espaço de sua sobrevivência. [...] A valorização de terrenos, nas áreas mais

Em 1912, por exemplo, o prefeito Raymundo Duprat, “resolve dar a denominação de rua ‘Rio de Janeiro’ à via pública conhecida por ‘Estrada das Boiadas’ e que, partindo da avenida Martinho Prado Junior, vae em demanda da rua Piahyu”.¹¹ Talvez esperasse que o “brilhantismo” da capital da República derramasse seus raios sobre um “tosco” e “desprestigiado” caminho de bois. Esse processo de obliteração de um passado “não muito honroso” tinha de ser a todo custo alcançado. Em 23 de janeiro de 1929, dois dias antes do aniversário de fundação da cidade, J. Pires do Rio, Prefeito do Município, promulga a seguinte lei: “Faço saber que a Câmara, em sessão de 29 de dezembro findo, decretou e eu promulgo a seguinte lei: Art. 1.º - A rua do Gado, no distrito de Vila Clementino, passa a denominar-se “Dr. Diogo de Faria”.¹²

Mais do que simples e corriqueiras mudanças de nomes, prática para todos há muito conhecida e deveras utilizada, as duas Leis representavam também, para a história da cidade de São Paulo, de seus habitantes e de seus animais, algo mais profundo, significativo e complexo do que a primeira vista pode parecer. Mais do que homenagens, elas simbolizavam, sutilmente, uma ocultação. Mais do que instituírem permanências, elas buscavam realçar novas atitudes e ao mesmo tempo embaciar antigas práticas. Mais do que eternizarem nomes o objetivo era criar modernas imagens.

A história do distrito de Vila Clementino, por exemplo, está intimamente ligada ao nome da rua que a lei de 1929 extinguiu. Nas décadas finais do século XIX e primeiras do XX a região era conhecida não só pela Rua do Gado mas também pela Estrada do Mar, pela Rua da Floresta, pela Rua do Tanque, pelo Caminho do Carro, pelo Caminho do Matadouro, pela Estrada do Carro, pela Rua da Boiada, pela Rua do Matadouro e pela Rua do Curtume. A recorrência a nomes como estes não era gratuita, uma vez que todas elas tinham uma relação direta

centrais da cidade, foi o começo da expulsão das mulheres pobres para os bairros mais afastados.” Maria Odila Leite da Silva Dias, op. cit., p. 35-6 e 183. Cf., também, Maria Cristina Cortez Wissenbach. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, p. 136, 152-3 e, da mesma autora, *Ritos de Magia e Sobrevivência. Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*, p. 18-9.

¹¹ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1912*. 2.ª ed., São Paulo: Graphica Paulista, 1935, p. 196.

¹² SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de S. Paulo do Anno de 1929*. São Paulo: Casa Vanorden, 1930, p. 7-8.

com o moderno Matadouro Municipal que ali fora instalado em 1887. Moderno, sem nenhuma dúvida, para o ano de 1887, quando o local era semideserto ao contrário daquele no qual até então se encontrava localizado o anterior, na rua Humaitá, bairro da Liberdade. “Arcaico”, contudo, e principalmente “impróprio” ao local, a partir de 1927, quando a Vila Clementino foi urbanizada e tanto o abate e corte de reses como a distribuição da carne para a população passou a ser feito por frigoríficos nacionais e estrangeiros como a *Armour of Brasil Continental P. Company*, instalado em São Paulo desde 1921.¹³

Os animais, no contexto do “planejamento urbano” da cidade, através principalmente da legislação municipal, transformaram-se em alvo constante de “perseguição”. Em raros momentos, porém, foram vistos como formas de vida passíveis de proteção e cuidados. Várias leis foram criadas com a intenção clara de afastar, ou pelo menos camuflar, através de um intenso controle, suas existências na cidade. Dos locais proibidos para a construção de estábulos à criação de um zoológico, passando pelo trânsito de gado na Avenida Paulista, de suínos nas ruas centrais, dos anúncios e reclames conduzidos por elefantes, etc., percebe-se, em mais de mil referências diretas existentes na coleção de leis entre os anos de 1870 e 1940, a importância que o tema adquiriu nas pautas de discussões da Câmara Municipal.¹⁴ Qualquer raiz colonial deveria ser, senão extirpada, ao menos enxertada.

¹³ Sobre o Frigorífico Armour Cf. Nicolau Sevcenko, *Orfeu Extático na Metrópole – São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 229 e *Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos, EMPLASA, Secretaria Municipal do Planejamento, s/d, p. 431-2.

¹⁴ Estábulos: SÃO PAULO (SP). *Leis e Resoluções da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893*. São Paulo: Typographia a vapor Pauperio & Comp., 1897, p. 228-9; SÃO PAULO (SP). *Leis, Resoluções, Actos e Actos Executivos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1897 a 1899*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 31; SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1912*. 2.^a ed., São Paulo: Graphica Paulista, 1935, p. 63-4; SÃO PAULO (SP). *Leis e Átos do Municipio de São Paulo do Ano de 1915*. (Nova edição adaptada à ortografia oficial), São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1934, p. 169-78. Zoológico: SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de S. Paulo do Anno de 1926*. São Paulo: Casa Vanorden, 1927, p. 179-80. Gado na Av. Paulista: *Leis, Resoluções e Actos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1894 a 1895*, p. 19. Trânsito de suínos: SÃO PAULO (SP). *Leis, Resoluções, Actos e Actos Executivos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1897 a 1899*, p. 264-5. Elefantes: SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1910*. São Paulo: Casa Vanorden, 1911, p. 108, etc.

Nessa busca incessante de controle por parte do poder público municipal, duas espécies tiveram um destaque peculiar: os cães e as formigas. Não significa, por um lado, que somente essas espécies causavam preocupações à prefeitura e, por outro, que não houve, por parte desta, nenhum tipo de medida que tentasse coibir os abusos e maus tratos cotidianamente cometidos contra animais nos mais variados espaços da cidade. Neste sentido é importante ressaltar que – no caso da Lei N. 183, de outubro de 1895, citada na íntegra a seguir – ela foi elaborada partindo, diríamos infelizmente com um grande grau de certeza, de observações feitas a partir da realidade presente no período. Ou seja, se lermos esse ato legislativo pela negativa, compreendendo cada uma das proibições exaustivamente listadas como atitudes corriqueiras que eram praticadas impunemente em uma cidade em processo de transformação, lamentamos profundamente o fato de que a Lei N. 183 – mesmo considerando os inúmeros problemas que ela apresentava – nunca tenha sido colocada de fato em prática. Por outro lado, tendo essas questões em mente – a inoperância das leis e a permanência de práticas e atitudes que envolviam abusos e maus tratos – consideramos justificáveis e bastante necessárias uma série de contribuições surgidas graças aos desenvolvimentos científicos e tecnológicos que tiveram seu limiar, em São Paulo, a partir das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. Muitas dessas contribuições, mesmo que de forma indireta, resultaram em vários benefícios para os animais, uma série de elementos de bem-estar que lamentavelmente a Lei N. 183 e inúmeras outras não conseguiram alcançar.

LEI N. 183

Prohíbe os abusos e maus tratos contra os animais em geral

O dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Camara Municipal de S. Paulo.

Faço saber que a Camara, em sessão de 4 do corrente mez, decretou e eu promulgo, na forma do regimento, a seguinte lei:

Art. 1.^o — São expressamente prohibidos todos os abusos, maus tratos e quaesquer actos de crueldade ou de destruição, inutilmente praticados contra animais em geral.

Art. 2.^o — Os castigos moderados que a elles devam ser applicados, bem assim as experiencias a que forem submettidos no interesse da sciencia, a morte ou exterminio dos animais damninhos e perigosos, exigida, a bem da segurança e conveniencia publica, serão regulados pela presente lei, na qual são igualmente expressos e definidos os deveres a que ficam sujeitos os donos dos animais domesticos, seus prepostos e mais pessoas a quem forem elles confiados.

Art. 3.^o — São considerados abusos ou maus tratos:

a) Os castigos barbaros e immoderados.

b) O emprego de instrumentos, para estimulo ou correcção, que não sejam: a espóira de serrilha curta, o pingolim, o chicote simples de comprimento não inferior a 1^m,20, e trança de diametro nunca superior a 0^m,01, para o gado cavallar; a vara com aguilhão de 0^m,006, no maximo para o gado bovino.

c) O abuso evidente destes mesmos meios de estímulo e correcção ou o seu emprego na cabeça e pernas dos animaes.

d) A applicação de quaesquer instrumentos, nos apparelhos ou lanças, bem assim o emprego de arreios em mau estado que possam molestar ou ferir os animaes.

e) A admissão de passageiros nas plataformas e estribos de bonds, ou em numero superior ao da lotação respectiva; bem assim excesso de carga, superior ás forças dos animaes, e ao peso determinado para cada vehiculo, por occasião da aferição, e que será mencionada no conhecimento do pagamento do imposto.

f) A falta de adopção da trave, nas carroças e carroções, exigida nas descidas de ladeiras.

g) As marchas forçadas ou contrarias ás disposições dos §§ 8.º e 9.º, do art. 22, da lei n. 120, de 31 de outubro de 1894.

h) A utilização dos serviços de animaes mancos, doentes, feridos ou em estado de extrema fraqueza.

i) A mutilação de qualquer especie, como sejam: córte de orelhas, de caudas, etc.

j) As luctas, os jogos ou divertimentos publicos de animaes aqulados uns contra outros, mesmo em logares particularmente a elles destinados.

k) Conduzil-os atados á cauda de outros, ou atados pelos pés, de cabeça para baixo, ou em posição que lhes possa causar soffrimentos.

l) A morte de animaes mesmo damnhinhos e perigosos, por meios barbaros e que lhes produzam inuteis soffrimentos.

m) O emprego de animaes chucros, ainda mesmo para domal-os, nas ruas da cidade.

n) O abandono sem alimento de animaes extenuados, doentes, feridos, aleijados ou mutilados: finalmente todo e qualquer acto de crueldade ainda mesmo não especificado.

Paraphrapho unico. — Os infractores incorrerão nas penas de 30\$000 de multa ou 3 dias de prisão, e nos casos de reincidencia 50\$000 de multa ou 8 dias de prisão.

Art. 4.º — Os animaes destinados á alimentação serão abatidos segundo os processos mais aperfeçoados e que pela

Intendencia de Justiça, Policia e Hygiene, forem expressamente approvados, de modo á produzir-lhe a morte instantanea, evitando tudo quanto possa impressional-os, aterral-os ou occasionar-lhes inuteis e prolongados soffrimentos.

§ 1.º — Só serão sangrados depois de completamente insensibilizados e esfolados ou depennados quando perfeitamente mortos.

§ 2.º — São prohibidos os processos tendentes a augmentar-lhes ficticiamente o peso ou gordura ou a encobrir-lhes a idade, os defeitos e enfermidades.

§ 3.º — Os infractores incorrerão nas mesmas penas do § unico do art. 3.º.

Art. 5.º — A caça e a pesca só serão permittidas de accordo com as disposições estipuladas pela lei n. 68, de 13 de novembro de 1893, tornando-se extensiva a toda e qualquer caça, a prohibição determinada com relação ás perdizes e codornas.

§ 1.º — Fica expressamente prohibida a caça ou destruição de insectívoros e de animaes inoffensivos que não sirvam a alimentação, bem assim a pesca pelo emprego da dynamite e de substancias narcoticas.

§ 2.º — Os infractores das disposições do presente artigo incorrerão nas penas determinadas pela referida lei n. 68.

Art. 6.º — Aos animaes destinados ás experiencias scientificas de viviseccão e outras, serão applicadas anestésios e mais meios apropriados em ordem a minorar-lhes quanto possível, os soffrimentos.

§ 1.º — Os cães vagabundos e sem dono serão recolhidos ao deposito e alli sujeitos á morte instantanea, ficando abolido o processo barbaro e repugnante do emprego de bolas envenenadas até aqui em uso.

§ 2.º — Os contraventores incorrerão nas penas estipuladas no art. 3.º § unico.

Art. 7.º — Os proprietarios de animaes domesticos, seus prepostos ou pessoas a quem fôrem aquelles confiados são obrigados sob as mesmas penas:

1.º A dar-lhes de comer e beber pelo menos de 12 em 12 horas e a tratá-los quando doentes.

2.º A não obrigar-os a trabalhos consecutivos por mais de 6 horas continuas sem dar-lhes agua e alimento.

3.º A transportar os animaes destinados á alimentação, livres e desembaraçados de quaesquer pêas a inuteis soffrimentos; sendo expressamente prohibido fazel-os acompanhar de cães não açaimados e o emprego de quaesquer outros meios tendentes a magoal-os ou aterral-os.

4.º A providenciar, quando houverem de os introduzir no municipio, em vagões ou por qualquer outro meio, para que sejam providos em viagem de agua e da necessaria alimentação e accommodados em compartimentos arejados e relativamente espaçosos:

5.º A ordenhar as vaccas de leite pelo menos de 12 em 12 horas.

Art. 8.º — As multas estipuladas na presente lei serão cobradas em caso de infracção, por cada animal que houver sido maltratado.

Art. 9.º — As infracções presenciadas por qualquer cidadão e devidamente testemunhadas serão levadas ao conhecimento dos fiscaes, os quaes deverão incontinenti lavrar o respectivo auto para os effeitos legais, se não se proceder desde logo nos termos do art. 10 da lei n. 68.

Art. 10. — Ficam revogadas as disposições em contrario, continuando em vigor as leis ns. 68 e 120 citadas, na parte em que pela presente não tenham sido expressamente modificadas.

Cumpra-se. E o Intendente de Justiça, Policia e Hygiene a faça imprimir e publicar.

Paço da Camara Municipal de S. Paulo, 9 de outubro de 1895.

Dr. Pedro Vicente de Azevedo.

Registrada e archivado o original na mesma data supra declarada.

O Secretario da Camara,
Antonio Vieira Braga.

1.2 - A Lei e o “Vagabundo”

Imagem 1 Largo da Memória em 1910.
Acervo Agência Estado. Jornal O Estado de São Paulo.

O cão, ouvindo o nome, correu à cama. Quincas Borba, comovido, olhou para o Quincas Borba:
- Meu pobre amigo! meu bom amigo! meu único amigo!
Machado de Assis. *Quincas Borba*, p. 646.

Velhas Posturas Municipais

Desde os primeiros tempos da fundação da vila de São Paulo do campo ou de Piratininga, cuidaram os edis paulistanos do interesse coletivo: preocupavam-se com a fatura das pontes e dos caminhos, com os índios, com a criação, com o fabrico de aguardente e farinha, com a organização das posturas, regulamentos municipais embrionários, de um sabor quase ingênuo para o homem complicado do século XX.

Entre estas se contam as enunciadas na vereança de 19 de julho de 1578, quando o povoado não possuía mais do que vinte e quatro primaveras. Determinavam taxativamente [...] “que todo o cão que andar de trás digo que se achar só no campo ou em pasto de gado andar a pegar ou matar bezerro o dito dono do cão pela primeira vez pagará o dano que o dito cão fizer e será obrigado a ter o dito cão preso ou o botará fora da vila e termo e não o fazendo pela segunda pagará a perda em dobro e o dono do gado lhe poderá mandar matar o dito cão livremente e pagará ao dono do cão cinco tostões”; [...].¹

Talvez seja esta a primeira medida tomada pelos governantes paulistas referente aos milhares de cães que viveram pelas ruas da cidade. Tinha início, com a vereança de 19 de julho de 1578, um dos mais complexos e intrigantes processos históricos que se desenvolveu em São Paulo. Uma história que conta mais de cinco séculos de existência e é marcada por lances de beleza, pontos de sensibilidade, marcas de contradição, constâncias de improbidade.

Por mais de trezentos anos, passados após as primeiras posturas municipais, as relações e atitudes do homem paulistano com seus cães não sofreriam grandes mudanças: cães soltos continuariam instintivamente praticando suas caçadas diárias; supostos proprietários desses animais não deixariam de receber autuações; governantes persistiriam em tentar formas mais eficazes de controle. Esse quadro, apesar de paulatinamente ir se tornando cada vez mais cruel, permaneceu praticamente inalterado até o último quarto do século XIX.

O ano de 1899, porém, foi um grande marco na história dos cães da cidade de São Paulo. Imediatamente após ter assumido a prefeitura, Antonio da Silva Prado, em uma de suas primeiras medidas, ou mais precisamente a sétima lei discutida pelos vereadores da Câmara Municipal e promulgada por ele, ou seja, a Lei n.º 384, de 21 de março de 1899, procurava acabar de vez com uma prática a muito utilizada no controle da população canina existente na cidade. Discutida na Câmara no dia dois do mesmo mês, a lei reconhecia “como dívida certa e líquida a

¹ Nuto Sant’anna. *Metrópole. (Histórias da cidade de São Paulo, também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El-Rei, o cardeal dom Henrique, da Dinastia de Avis)*. São Paulo: Departamento de Cultural de São Paulo, 1950, v. I, p. 98.

quantia de trezentos mil réis, proveniente de fornecimento de bolas envenenadas, feito por Manoel José Gonçalves, ficando o prefeito autorizado a fazer o pagamento pela verba dos “Exercícios Findos” do orçamento vigente”.² Em seu primeiro Relatório como Prefeito da cidade, Antonio da Silva Prado esclarecia a medida: “Eram gerais e justíssimas as queixas contra o bárbaro sistema de matança de cães, por meio de bolas envenenadas, distribuídas nas ruas centrais e dos arrabaldes”³.

Ilustração 2 Largo da Sé em 1877.
Acervo Agência Estado / Jornal O Estado de São Paulo

O primeiro instrumento legal que procurou sistematizar e controlar de forma mais efetiva e direta a vida desses animais surgiu no governo de João Theodoro Xavier. Através da Resolução n.º 93, de 14 de maio de 1873, o então Presidente da Província, entre inúmeros outros artigos que formaram o ordenador e novo

² SÃO PAULO (SP). *Leis, Resoluções, Actos e Actos Executivos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1897 a 1899*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 97-8.

³ SÃO PAULO (SP). *Relatório do Anno de 1899 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado em 31 de março de 1900*. São Paulo: Typ. a Vapor Espindola, Siqueira & C., 1900, p. 7.

Código de Posturas para a cidade, legislou também sobre os cães nela existentes. Dois artigos procuraram definir tanto a vida como a morte desses animais. Os objetivos eram muito claros, ou se pagava para ter um cão ou então eles seriam sacrificados quando fossem capturados vagando pelas ruas.

Art. 72. Os donos de cães ficam obrigados a pagar anualmente 5\$000 de licença de cada cadela, e 1\$000 de cada cão com coleiras numeradas pelo Aferidor, que será o cobrador deste imposto.

Art. 73. Os cães que não trouxerem coleira numerada, na forma do artigo antecedente, serão mortos pelos Fiscais com venenos apropriados.⁴

As bolas envenenadas eram decorrência desses “venenos apropriados”.

Imagem 3 Luís Gama. *Diabo Coxo*, n. 7, p. 5, série II.

Como sugere Agostini,⁵ na história da cidade de São Paulo praticaram-se verdadeiros “canicídios”. Diferentemente de outros animais que existiam no meio urbano nas últimas décadas do século XIX os cães representavam muito pouco

⁴ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 171.

⁵ Luís Gama. *Diabo Coxo: São Paulo, 1864-1865*. Redigido por Luís Gama; ilustrado por Ângelo Agostini. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, Edição fac similar, n. 7, p. 5, série II.

para o orçamento municipal. Muito pelo contrário, eram vistos como simples estorvos – morais, estéticos e sanitários – e simbolizavam constante despesa para os cofres públicos. Na década de 1870 a única receita conseguida a partir desses animais, como consta no artigo 72 citado acima, era com o registro dos mesmos. Especificamente em 1870, na lei de orçamento, consta um item no campo receita que estimava uma arrecadação anual de 500\$000 pelo total de cães matriculados, sendo que por cada animal pagava-se a quantia de 5\$000. Estimavam que 100 cães teriam coleiras aferidas durante aquele período.⁶ Mas, mesmo contando com esse valor fiscal, os cães não possuíam valor intrínseco, como vacas ou cabras, e não eram utilizados para nenhum tipo de trabalho, como os bois ou cavalos. Portanto, em decorrência dessas características, não existia nenhum tipo de tolerância para com eles. Aqueles que não tivessem coleiras numeradas simplesmente desapareceriam da cidade. Pelo menos era isso que procurava fazer o poder público.

Ainda no artigo 72 vale observar, também, a discrepância entre o valor da licença para se possuir uma cadela ou um macho: pela primeira, pagava-se quatro vezes mais. Se para a maior parte da população empobrecida já era de extrema dificuldade pagar um imposto anual de 1\$000 réis para ser dono de um cachorro o que pensar sobre a soma de 5\$000 que teriam que depender na licença por uma fêmea. Um agravante da situação era que, além do mais, as cadelas representariam ainda futuras despesas, uma vez que seriam “responsáveis” pelo aparecimento de novas ninhadas de cães pelas ruas da capital. Não é difícil compreender o que ocorreu a partir da promulgação dessa lei: dezenas e dezenas de cães, principalmente fêmeas, foram de fato e oficialmente abandonados pelas ruas da cidade.

Não que antes do Código existisse um maior controle, por parte do homem, sobre os cães sem raça definida que estivessem sob seu controle ou poder. Além de servirem como companhia ou guarda, sobre esses animais não era incorporado nenhum outro tipo de valor, principalmente pecuniário. Os mesmos traços

⁶ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1870*. São Paulo: Typographia Americana, 1870, p. 281.

coloniais e rurais que ainda marcavam fortemente a cidade de São Paulo eram também determinantes nas relações estabelecidas entre o homem e essas espécies animais. Pode-se dizer que havia uma certa indefinição quanto à propriedade oficial desses cães. A rua era o espaço no qual eles mais viviam. Portanto, como cobrar impostos sobre uma propriedade que não tinha proprietário muito bem declarado, sobre uma propriedade informal? Possivelmente ninguém os reclamaria se acaso fossem recolhidos pelos fiscais da Câmara. Não teria ninguém que pagasse as multas, a matrícula e a “hospedagem” no depósito para serem resgatados. Estava aberta a temporada oficial de caça aos cães. Não era o que acontecia, por exemplo, com outros animais. Mesmo sem identificar a quais espécies pertenciam, os antigos legisladores de São Paulo tinham em outra conta animais que representavam algum tipo de valor monetário.

Art. 71. É proibido vagarem soltos pela Cidade animais de toda a qualidade. Sob pena de multa de 5\$000 por cabeça, em que incorrerá o dono. Os que forem encontrados serão apreendidos, e seus donos pagarão também as despesas feitas com a apreensão e sustento.

Se oito dias após a apreensão não aparecer o dono, serão remetidos ao juízo competente como bens do evento.⁷

Dois anos mais tarde, em 31 de maio de 1875, acrescido de várias modificações é publicado o novo Código de Posturas da Cidade de São Paulo. Os dois artigos de 1873 referentes aos cães são fundidos no artigo 53 que ficou composto de quatro parágrafos. “Art. 53. Só é permitido ter-se solto nas ruas da Cidade e outras povoações do Município, os cães de raça e que forem mansos, cujos donos tenham pago [sic] licença à Câmara, uma vez que tragam coleira com o número que lhe for indicado na mesma licença e sejam competentemente açaimados.”⁸ Para uma cidade que buscava modernizar-se não bastava apenas controle, era também de suma importância demonstrar graça, beleza e refinamento. Uma importante modificação havia sido acrescentada à posse de animais: a questão da raça. Tal quesito passou a representar o elemento norteador nas relações entre o homem, sobretudo os representantes da elite

⁷ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 171.

⁸ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1875*. São Paulo: Typographia Americana, 1875, p. 126.

econômica, e os animais, principalmente para aquelas espécies, como os cães urbanos, que não tinham um uso prático e imediato, que não fossem geradores de renda ou prestadores de serviços. A noção de animais de raça clara e definida associada às camadas da elite socioeconômica paulistana seria paulatinamente difundida a partir desse período. Em 1875, dez anos depois do “canicídio” apontado por Ângelo Agostini, começava-se a diferenciar os cães por categoria de importância econômica. O parágrafo 1.º do artigo 53 estabelecia que “os outros animais [cães de raça] que forem encontrados soltos, serão recolhidos ao depósito público, e se dentro de 48 horas não aparecer o dono para tirá-los, pagando a multa, serão postos em hasta pública e o seu produto recolhido aos cofres municipais, para ser entregue a quem de direito for, deduzindo-se a multa e mais despesas. Se por ocasião da praça aparecer o dono de tais animais, será a mesma suspensão, caso queira satisfazer todas as despesas. A multa de que trata esse parágrafo é de 5\$ por cabeça”.⁹

Em nenhuma hipótese os animais que tivessem raça definida e fossem propriedade comprovada de alguém seriam sacrificados. Representavam capital e, como diz o ditado popular, somente loucos queimam dinheiro. Aliás, na primeira versão do Código de Posturas de 1873, loucos e escravos eram tidos, pelo poder público municipal, quase que na mesma dimensão em que eram vistos os cães sem raça. Somente o sacrifício não era abertamente declarado, uma vez que o controle sobre essas populações era muito parecido àquele destinado aos cães, inclusive sendo colocados, na lei, após o artigo que tratava especificamente de animais ferozes. Esses, os loucos e os escravos, estavam todos sob jurisdição do Título III do Código de Posturas de 1873: “Da polícia administrativa”, que cuidava, além disso, de emitir licenças e aferições e também regular os espetáculos e divertimentos públicos. Lidos na sequência nota-se vestígios das mentalidades e anseios das elites urbanas do período. Nota-se ainda um certo descontrole e confusão que, por décadas e décadas, acompanhará a legislação municipal paulista.

Art. 67. É proibido ter solto pelas estradas, e mesmo em casa, animais bravos que possam ofender aos viandantes, ou a quem passar pelas ruas, sob pena de 20\$000.

⁹ Idem, *ibidem*.

Art. 68. Quem tiver em casa algum alienado furioso deverá conservá-lo recluso, ou providenciar sobre a sua remoção para o respectivo hospital; sob pena de 10\$000 de multa.

Art. 69. Os escravos encontrados nas ruas depois do toque de recolher serão conduzidos pelas patrulhas à presença de seus senhores, ou de quem suas vezes fizer, e recolhidos à cadeia, se assim o exigirem.¹⁰

Os três artigos seguintes são aqueles mencionados anteriormente e que legislavam sobre os cães e os outros animais que vagavam soltos pelas ruas da cidade.¹¹

Portanto, a partir de 1875 criou-se uma distinção clara, pelo menos nas regras da lei, sobre quais tipos de cães mereceriam ou não permanecer no meio urbano. Tratava-se do estabelecimento, na cidade de São Paulo, de um tipo de seleção moderna e legal de espécies. “§ 2.º Os cães não compreendidos na exceção do artigo antecedente [53, de 1875] serão mortos pelo Fiscal ou seu agente com bolas envenenadas.”¹² Foram essas bolas que durante os 24 anos seguintes controlaram da população canina da capital paulista. Foi essa prática que o novo prefeito da cidade, o conselheiro Antonio Prado, procurou eliminar nos primeiros meses de suas atividades públicas.

Ainda referente ao Código de 1875, dois outros pontos, tratados nos dois outros parágrafos que formam o Artigo 53, trazem elementos para pensar novas mudanças nas relações do homem com os animais, especificamente com os cães. Preocupados também com a segurança, mas buscando principalmente uma certa disciplina urbana, o parágrafo terceiro previa multas de 10\$000 para as “pessoas que nas ruas e lugares públicos se fizerem acompanhar de cães” sem trazê-los devidamente “açaímados”.¹³ Com um número reduzido de fiscais a lei previa, principalmente para atuar nos arredores do triângulo central, a “arregimentação”, ou melhor, o ato de agenciar parcerias no controle dos animais. “§ 4.º Os cães pertencentes a moradores à beira da estrada fora da Cidade e em outras povoações do Município, serão conservados sob cautela, de modo que não

¹⁰ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 171.

¹¹ Idem, *Ibidem*.

¹² SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1875*. São Paulo: Typographia Americana, 1875, p. 126.

¹³ Idem, *ibidem*.

possam agredir e ofender aos viandantes; sob pena de poderem os acometidos matá-los e de os donos pagarem a multa de 5\$000.”¹⁴

Esse quadro ficou praticamente inalterado por mais de dez anos e o controle municipal sobre os cães seguiu o mesmo padrão, utilizando-se das mesmas estratégias e alcançando os mesmos objetivos. Contudo, a partir de meados da década de 80 o número desses animais sofreu significativo aumento. As transformações urbanas e principalmente populacionais ocorridas na cidade nesse período, resultaram, por um lado, no crescimento das populações de animais e, por outro, comprometeu ainda mais o tão precário sistema de infraestrutura e saneamento básico de São Paulo. Esse quadro criou uma série de problemas na área da saúde pública. Os cães, a partir daí, em nome do sanitarismo e da higiene passaram para outro patamar de vigilância. Nessa pesquisa, não se questiona, em nenhum momento, a importância de medidas governamentais para tentar controlar doenças e outros problemas urbanos provocados pelos animais que viviam na cidade. O que se discute é a forma com que, muitas vezes, essas medidas foram implantadas.

Geraldo Sesso Junior, comentando sobre a situação sanitária do bairro do Brás do século XIX, ou mais especificamente da Várzea do Carmo nesse período, destaca a questão dos animais mortos que se acumulavam na região, entre eles estavam os cães, provavelmente cães mortos por bolas envenenadas e abandonados pelas ruas da cidade.

Dessas três encostas [Rua Tabatinguera, Ladeira do Carmo e Ladeira General Carneiro] formavam-se fortes enxurradas, arrastando atrás de si toda sorte de detritos, tais como – além de grossas e fétidas camadas de lama – trapos velhos, jacás, restos de cascas de frutas, cães e aves mortos, pedaços de madeiras e uma infinidade de outras imundícies que iam depositar-se no fundo dos leitos, e boiavam pelas águas paradas na Várzea do Carmo, tornando-se o local um verdadeiro pantanal, onde durante a noite e parte do dia, vagueavam animais soltos.¹⁵

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ Geraldo Sesso Junior. *Retalhos da Velha São Paulo*. São Paulo: Gráfica Municipal de São Paulo, 1983, p. 29.

**Imagem 4 Cidade vista a partir da Várzea do Carmo.
Acervo Agência Estado. Jornal O Estado de São Paulo**

Tanto o Código de Posturas de 1875 como o de 1886, determinavam que ninguém poderia “depositar nas ruas, largos, praças e estradas, cisco, águas, animais e aves mortas ou qualquer outra coisa imunda; sob pena de multa de 5\$000”¹⁶. Além disso, o Código de 1875 prescrevia que “o Fiscal, porém, os removerá sem demora, cobrando a despesa feita de quem de direito”¹⁷.

¹⁶ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1875*. São Paulo: Typographia Americana, 1875, p. 167-8. SÃO PAULO (SP). *Código de Posturas do Município de São Paulo de 1886*. São Paulo: 6 de outubro de 1886, p. 9. Janes Jorge, em sua Tese de Doutorado, comenta os perigos de doenças contagiosas provocados pela quantidade de animais mortos na Várzea do Carmo. , Janes Jorge. *O Rio que a Cidade Perdeu: O Tietê e os Moradores de São Paulo, 1890-1940*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, USP, p. 15.

¹⁷ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1875*. São Paulo: Typographia Americana, 1875, p. 167-8.

Imagem 5 Luís Gama, op. cit., n. 9, p. 4.

No Código de Posturas de 1886 para a capital paulista foram repetidos de forma exatamente igual o artigo e os parágrafos sobre cães vigentes em 1875. Porém, frente aos novos problemas surgidos com o as mudanças ocorridas na cidade, vereadores e prefeito viram-se obrigados a acrescentar um novo Artigo, o de número 60:

É proibido soltarem-se nas ruas da Capital e povoações animais hidrófobos ou atacados de outra qualquer moléstia contagiosa. O infrator sofrerá 30\$ de multa e oito dias de prisão.

§ único. Os animais encontrados naquele estado, vagando pela cidade e seus arredores, serão imediatamente mortos pelo Fiscal.¹⁸

Não se conhecia, ainda, a vacina anti-rábica. Aliás, data exatamente de 1886 o período no qual o microbiologista francês Luis Pasteur estava finalizando o desenvolvimento do valioso medicamento. Pelas medidas existentes no Artigo 60 do novo Código de Posturas pode-se concluir que a situação, na cidade de São Paulo, era de fato preocupante e daí a severidade das punições: 30 mil réis de

¹⁸ SÃO PAULO (SP). *Código de Posturas do Município de São Paulo de 1886*. São Paulo: 6 de outubro de 1886, p. 13.

multa e oito dias de prisão para aqueles que abandonavam cães doentes nas ruas de São Paulo. Com o aumento da população aumentou também o número de cães abandonados, principalmente os animais que estivessem velhos ou doentes. A única medida apresentada pela Prefeitura, medida aprimorada e larga e longamente utilizada, era sacrificar esses animais, independente se estivessem ou não atacados por raiva ou outra qualquer moléstia curável.

No início da década de 1890 os cães figuram em outra categoria de preocupação e outros graus de diferenciação. Em 10 de novembro de 1892, o Intendente de Justiça e Polícia, “o cidadão Dr. João Álvares de Siqueira Bueno”, promulga a Lei n. 4 que “Proíbe e restringe o exercício da Caça, Pesca e Navegação”. O Artigo 5.º, do Capítulo I, tentando organizar a população canina paulistana, estipulava categorias, exceções, raças, penas e multas. Além disso, iniciava, motivado talvez pela tradição que envolvia a prática da caça, uma nova medida para com os cães que estivessem soltos pelas ruas: antes de sacrificados seriam encaminhados para um depósito da Prefeitura.

Ninguém pode ter cães soltos nas ruas desta cidade, e quando forem eles transportados para um ou outro lugar, serão devidamente açaimados. Os cães que forem encontrados vagando pelas ruas serão apreendidos e recolhidos ao depósito; se até quatro dias não forem reclamados e tirados do depósito por seus donos, serão mortos, à exceção dos perdigueiros e de raça, os quais serão arrematados. Os que forem reclamados serão entregues, pagando o reclamante as despesas do depósito e apreensão e mais a multa de 10\$000 de cada um.¹⁹

Porém, mediante talvez a imensa quantidade de cães sem raça que a partir de então começaram a lotar os depósitos municipais, um ano após a promulgação da Lei n. 4, com ligeiras alterações ela foi revogada e, em seu lugar, passou a vigorar a de n. 68.

Art. 5.º Ninguém poderá ter cães soltos nas ruas da cidade sem estarem açaimados, os cães vagabundos e sem coleira, que indique ter pago o imposto municipal, serão mortos pelos fiscais, a exceção dos perdigueiros, e os de raça especial, os quais serão apreendidos e recolhidos ao depósito, e anunciados por espaço de 4 dias: findo este prazo, e não sendo reclamados mediante a multa de 10\$000, e pagamento das despesas feitas, serão arrematados em pregão público, à porta da Secretaria da Intendência, por quem mais der.²⁰

O primeiro elemento a ser observado é a reinstalação da forma de sacrifício utilizada antes da Lei de 1892: o uso das famigeradas bolas de veneno atiradas

¹⁹ SÃO PAULO (SP). *Leis e Resoluções da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893*. São Paulo: Typographia a vapor Pauperio & Comp., 1897, p. 11.

²⁰ Idem, p. 208.

aos cães pelos fiscais da municipalidade. Outra mudança que se pode observar na lei foi o acréscimo do adjetivo “especiais” ao termo “cães de raça”. Essas, porém, não são as principais novidades. Importante para pensar a história zoológica e sociocultural do período é observar também as transformações que vão sendo implantadas nos inúmeros discursos que procuravam organizar e regular a vida na cidade. No caso dos cães e da lei acima citada é possível notar uma sutil e aparentemente descomprometida mudança na escrita que, se a primeira vista pode não demonstrar maiores desdobramentos, num segundo momento e se pensadas mais profundamente, tendo como parâmetros de interpretação o violento e excludente processo de urbanização e modernização da cidade de São Paulo, pode-se perceber o grau de importância e comprometimento que essas pequenas alterações podem acarretar. Por tratar-se de um discurso oficial e normativo as implicações socioculturais e ecológico-ambientais podem ser aterradoras.

Intencionalmente, em 1893, troca-se a forma de nomear os cães sem raça que viviam soltos nas ruas da cidade. Estes, em 1892, eram reconhecidos pelos legisladores como animais que *vagavam* pelos espaços urbanos. Contudo, em 1893, esses animais passam a ser taxativamente qualificados como cães *vagabundos*, tanto pela aparência, que os diferenciava sobremaneira dos “cães de raça especial”, como pela falta da coleira numerada, que representava o imposto recolhido ou não para os cofres municipais.

Apesar de próximas em alguns de seus significados, *vagante*, em sua acepção ligada ao movimento, possui uma conotação muito mais leve, poética e positiva do que *vagabundo*. *Vagante* relaciona-se a práticas que dizem respeito ao andar sem rumo certo, perambular, vaguear e movimentar-se de forma descomprometida ao sabor do vento, das vagas, do acaso. *Vagabundo*, porém, remete imediatamente e meio que incondicionalmente, conforme a tradição sociocultural burguesa, ao sentido pejorativo que foi incorporado ao termo. Um ser *vagabundo*, homem ou cão, é aquele que leva vida errante, que de forma afrontosa *vagabundeia*; é um ser que leva a vida no ócio; que é indolente e vadio; que age sem seriedade ou com desonestidade; que é malandro, canalha, biltre;

que não tem constância e que é volúvel; que é de má qualidade, inferior, ordinário e barato; que não tem residência habitual, ou que emprega a vida em viagens, sem ter um ponto central de negócios.²¹ Para a construção de uma cidade moderna essa diferenciação era fundamental. Necessitava-se criar mecanismos para apreender, corrigir ou eliminar todos os elementos que demonstrassem uma tendência à vagabundagem. Para os objetivos, a imagem e a autoconsideração da nascente e moderna elite paulistana de fins do século XIX, qualquer rudimento que remetesse ao passado colonial e rústico tanto da cidade como de suas famílias, deveria ser rechaçado do meio urbano. Contra os cães “vagabundos” a municipalidade travou verdadeira batalha, sendo as bolas que continham alimento misturado com veneno uma das principais armas.

Dois anos mais tarde encontrou-se uma forma definitiva para diferenciar os cães de caça dos outros tipos de cães existentes na cidade. A Lei n. 143, de 28 de janeiro de 1895, tratava de modificar os artigos 5.º da Lei n. 68 e 59 do Código de Posturas de 1886. Continuava proibindo os “cães soltos nas ruas do Município sem que estejam açaimados e coleira numerada que indique ter pago [sic] o imposto municipal”, mas, por outro lado, instituía que “os cães de caça” fossem “marcados a fogo em vez de trazerem coleira”. Modificado o sinal de reconhecimento modificou-se também a forma de arrecadação de verbas para os cofres públicos. Os cães utilizados nas caçadas feitas nos arredores da cidade transformavam-se em elementos passíveis de alta taxaço. Como gado ou escravos, eles trariam no corpo, por toda sua vida, marcas feitas com ferro em brasa, a “marca registrada” de seu proprietário. “Os donos de cães de caça ficam sujeitos ao pagamento por uma só vez do imposto de 40\$000 (quarenta mil réis) de cada um.”²²

Ainda nesse ano de 1895, o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Pedro Vicente de Azevedo, promulgou, em forma de regimento, uma longa e

²¹ Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0.

²² SÃO PAULO (SP). *Leis, Resoluções e Actos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1894 a 1895*. São Paulo: Casa Vanorden, 1915, p. 151-2.

detalhada lei que proibia os “abusos e maus tratos contra os animais em geral”.²³

No parágrafo 1.º do artigo 6.º determinava-se que:

Os cães vagabundos e sem dono serão recolhidos ao depósito e ali sujeitos à morte instantânea, ficando abolido o processo bárbaro e repugnante do emprego de bolas envenenadas até aqui em uso.

§ 2.º - Os contraventores incorrerão nas penas estipuladas no art. 3. § único – os infratores incorrerão nas penas de 30\$000 de multa ou 3 dias de prisão, e nos casos de reincidência 50\$000 de multa ou 8 dias de prisão.²⁴

Havia, porém, um certo mistério envolvendo esses dois parágrafos, maculando esse momento de rara sensibilidade e franqueza dos legisladores paulistas. Após cinco meses de estar vigorando a lei que proibia os maus tratos aos animais, o único item que dela foi revogado foi o parágrafo 1.º, do artigo 6.º sobre o uso das bolas envenenadas. Por quê? O que teria levado os legisladores paulistas a novamente colocar essa prática em uso? O parágrafo único da Lei n. 210 de 11 de março de 1896, além de perder o teor sensível e franco era totalmente impreciso e cheio de lacunas.

Art. 1. – Fica revogado o § 1.º, do artigo 6.º, da lei n. 183, de 9 de outubro de 1895.

Parágrafo único – Os cães vagabundos e sem dono serão exterminados dando-se-lhes a morte instantânea, evitando-se, quanto possível, os sofrimentos e efetuando-se a remoção imediata dos cães, podendo tal serviço ser feito durante a noite.²⁵

Como eram estabelecidos os graus de sofrimento para o sacrifício dos animais? Se não eram utilizadas bolas envenenadas, pelo menos a lei acima não mais as menciona, como os cães seriam mortos? Para onde seriam removidos, uma vez que não há menção ao depósito municipal e sugere-se, sutilmente, que “tal serviço” de transporte poderia ser feito na calada da noite? Será que os cães apreendidos eram imediatamente sacrificados?

É nesse contexto, nos últimos anos do século XIX, que a Câmara Municipal autoriza Antonio da Silva Prado a quitar o último fornecimento de bolas envenenadas ao senhor Manoel José Gonçalves. Nesse mesmo dia, 21 de março de 1899, outra importante lei é promulgada no sentido de garantir o fim do sinistro e deprimente “espetáculo” apresentado diariamente nas ruas da “progressista” São Paulo.

²³ Idem, p. 184-7. Essa lei foi discutida mais exaustivamente em outra parte do trabalho.

²⁴ Idem, p. 186.

²⁵ SÃO PAULO (SP). *Leis, Resoluções, Actos e Actos Executivos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1896*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 29.

Lei n. 390

O cidadão Dr. Antonio da Silva Prado, Prefeito do Município de S. Paulo, faz saber que a Câmara, em sessão de 4 do corrente mês, decretou a lei seguinte:

Art. 1.º - Fica o Prefeito autorizado a instituir um ou mais depósitos de animais, veículos ou quaisquer espécies de gêneros e mercadorias apreendidos por infração de leis de Polícia Municipal, regularizando o modo de seu funcionamento.

Art. 2.º O Prefeito também organizará o serviço de extinção de cães vagabundos e sem donos, de modo a evitar o sistema até agora em uso, de aplicar veneno àqueles animais por meio de bolas, em qualquer parte em que são encontrados.

Art. 3.º Para execução desta lei, poderá o Prefeito entrar em acordo, si lhe parecer conveniente, com a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais, confiando-lhes uma parte ou todos estes serviços.²⁶

Independente da Câmara Municipal, dois meses depois dessas leis, Antonio da Silva Prado, através do Ato n. 32, de 22 de maio, dispõe não sobre cães vagabundos, mas sobre proprietários inadimplentes e irresponsáveis, que não pagavam seus impostos ou deixavam seus cães andarem livremente pelas ruas da cidade sem estarem açaimados.²⁷ O Ato n. 32 pode ser dividido em duas partes. A primeira trata das questões citadas acima e pode-se dizer que termina no artigo 8.º que estabelecia: “Apreendidos os cães e levados ao depósito, nele se conservarão durante cinco dias e, se findos estes, não forem procurados, serão vendidos, segundo o modo estabelecido pela Prefeitura, ou mortos, pelo processo julgado melhor e mais rápido”.²⁸ Em 11 de dezembro desse mesmo ano, o Prefeito, através de uma representação enviada pela Sociedade Protetora dos Animais, “resolve reduzir a três o prazo de cinco dias [...] para se conservarem no depósito os cães que forem apreendidos nas ruas e praças da cidade”²⁹. Mais dois outros elementos são acrescentados na legislação sobre os cães. O depósito municipal, a partir da data de publicação do Ato, ficaria “sob a imediata inspeção do fiscal da Limpeza Pública”. Para incentivar a observância da lei e talvez para por fim definitivo ao uso das bolas envenenadas, Antonio Prado estabeleceu que “da importância das multas arrecadadas se deduzirá a porcentagem de 5 %, que reverterá em favor dos empregados que as tiverem imposto”.³⁰

²⁶ SÃO PAULO (SP). *Leis, Resoluções, Actos e Actos Executivos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1897 a 1899*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 101-2.

²⁷ Idem, p. 261-2.

²⁸ Idem, p. 262-3.

²⁹ Idem, p. 289.

³⁰ Idem, p. 263.

Na segunda parte da lei entra, de fato, em cena na cidade de São Paulo a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais. Antonio Prado, ciente do grande problema que tinha em mãos e da dificuldade e complexidade para resolvê-lo, procura aproximar essa entidade das práticas administrativas municipais. Preocupado com a quantidade de cães existente nas ruas da cidade, das “ameaças” que representavam para a população e conhecedor das atividades desenvolvidas no mundo por entidades de proteção animal resolve que “para estabelecer-se o depósito, a Prefeitura poderá pedir o auxílio da Sociedade Protetora dos Animais, responsabilizando-se esta pela segurança e pela alimentação de todos os animais que ali derem entrada”.³¹ A manutenção da Sociedade também estava prevista do Ato do Prefeito.

Art. 10.º - Fica concedido à Sociedade Protetora dos Animais o direito:

a-) ao pagamento das despesas com os cães recolhidos àquele depósito;

b-) ao produto da venda que se efetuar nos termos do art. 9.º;

c-) a 10 % da importância total das multas arrecadadas durante cada mês. [...]

Art. 14.º - No caso de dissolver-se a Sociedade Protetora dos Animais ou de não querer ela continuar a fazer o serviço, o Prefeito o passará a outrem, mediante as condições estabelecidas para aquela sociedade, ou mediante outras, julgadas mais convenientes.³²

Contudo, mesmo sendo abolidas as bolas envenenadas, o principal elemento no controle da população canina da cidade continuou a ser o sacrifício sumário e, por mais paradoxal que possa parecer, a entidade incumbida oficialmente de tal prática, foi a Sociedade Internacional Protetora dos Animais.

Expedindo o Regulamento n. 36 de 22 de maio de 1899, que encontrareis em anexo, contratei, a 16 de outubro, o serviço, tanto da apreensão, como da extinção, com a Sociedade Protetora dos Animais, a qual se esforça por bem cumprir as estipulações, a que se obrigou, e de cujas vantagens ainda parece cedo para julgar, não cessando a Prefeitura de reclamar-lhe toda atividade. [...]

Havendo a associação, a que me referi, começado os seus trabalhos em meados de novembro último, pode-se calcular o quanto tem feito, considerando-se que até à presente data foi de 2551 o total de cães apreendidos dos quais mataram-se 2313, entregara-se aos respectivos donos 72 e venderam-se 166.

Não julgo, portanto, difícil dentro em breve vermos a cidade livre do perigo que constantemente ameaçava os transeuntes e o qual, não há dúvida, já diminui de modo considerável.³³

³¹ Idem, ibidem.

³² Idem, ibidem.

³³ SÃO PAULO (SP). *Relatório do Anno de 1899 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado em 31 de março de 1900*. São Paulo: Typ. a Vapor Espindola, Siqueira & C., 1900, p. 7.

Em 6 de julho de 1900 o Prefeito, através de novo Ato, faz pequenas alterações sobre a medida anterior no que se referia a “apreensão, venda e matança dos cães cujos proprietários não hajam pago [sic] o imposto devido e dos que forem encontrados nas ruas e praças sem estarem convenientemente açamados”³⁴ A primeira mudança vem já anunciada no Artigo 1.º que obrigava “todos os proprietários de cães [...] a matriculá-los na seção de Polícia e Higiene, depois de paga no Tesouro Municipal o imposto taxado nas leis em vigor”³⁵. No que se referia à guarda e destinação dos cães apreendidos houve uma mudança na nova lei. Em 1899, após apreendidos, eles permaneceriam no depósito por cinco dias e, se não fossem retirados por seus donos, seriam vendidos “ou mortos, pelo processo julgado melhor e mais rápido”³⁶. Contudo, em 1900, percebe-se uma mudança radical provocada, possivelmente, pelo aumento do número de cães apreendidos. Tanto a Prefeitura, como a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais, não sabiam que fim dar a esses animais. Através do Artigo 6.º reduziam ao máximo a possibilidade de sobrevivência da maior parte dos cães apreendidos pelo controle da municipalidade: “Apreendidos os cães e levados ao depósito, serão vendidos ou *imediatamente* mortos, pelo processo julgados melhor e mais rápido, com *exceção* dos de raça especial e dos matriculados, que se conservarão no depósito durante 24 horas”.³⁷

Por não estarem convenientemente açaimados, e não haver seus donos pago [sic] o imposto devido, foram apreendidos 7889 cães, serviço esse a cargo da Sociedade União Internacional Protetora dos Animais. Daquele número, 6587 foram mortos, 265 soltos e 1037 vendidos.³⁸

Em trinta anos de legislação municipal consultada, ou seja, leitura cuidadosa da coleção de leis da cidade de São Paulo de 1870 a 1900, percebe-se, claramente, tentativas vãs de controlar a população de cães nos espaços urbanos. Caracterizada por revogações, emendas e acréscimos fica evidente que o poder

³⁴ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo de 1900 a 1902*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 248-50.

³⁵ Idem, p. 248.

³⁶ SÃO PAULO (SP). *Leis, Resoluções, Actos e Actos Executivos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1897 a 1899*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 262-3.

³⁷ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo de 1900 a 1902*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 249. Os grifos são nossos.

³⁸ SÃO PAULO (SP). *Relatório de 1900 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado*. São Paulo: Typographia de Vanorden & CO., 1901, p. 6.

público municipal, em seus projetos de modernização da cidade, não encontrava uma forma de harmonizar esses animais a seus anseios e desejos. Das bolas envenenadas ao rígido registro não havia meio de eliminar a noção de vagabundagem que caracterizava sobremaneira a vida dos cães na capital paulista. Porém, apesar da ineficácia, idas e vindas, indecisões e total descontrole, continuou-se, após a virada do século, a legislar sobre essas questões. A rigidez jurídico-administrativa enfrentava dificuldades para acomodar-se às maleabilidades da vida. Por outro lado, compreendendo-se a questão em sentido oposto, essa pertinaz e profunda flexibilidade das manifestações de vida na cidade determinou que a legislação aparentemente rígida fosse se tornando mais elástica, adaptável, porosa, inconstante, confusa e, em muitos sentidos, enfraquecida, débil, ineficaz. Características marcantes da própria modernidade paulista. E os cães continuavam a vagabundear pelas ruas da capital do café.

A questão da raça, portanto o valor monetário aplicado aos “cães especiais”, parece ter sido um dos principais entraves na consolidação das normas legislativas sobre esses animais. Se fossem apreendidos apenas os considerados vagabundos, os sem matrícula e principalmente sem raça definida, a solução, mesmo com a presença da Sociedade União Internacional Protetora dos Animais e com os ideais de civilidade e maior sensibilidade demonstrados por Antonio Prado, mesmo assim o recurso era, apesar de altamente violento, razoavelmente fácil: o sacrifício. Acontece que os cães de raça especial, os cães das ricas famílias paulistanas, também tinham instinto declarado pela prática da “vagabundagem”. Não poderiam ser simplesmente eliminados com as centenas de outros animais que eram diariamente apreendidos. Em 1902, novo Ato do prefeito procura encontrar novos caminhos para agilizar a destinação dos cães “vagabundos” de raça especial. Em 1900, o Artigo 8.º, do Ato 90, estipulava que:

A venda dos cães [matriculados ou de raça] que não forem procurados pelos donos será feita com a assistência de um inspetor de fiscalização, ou outro qualquer funcionário, em dia e hora previamente determinados.

Parágrafo único. – Quando os cães forem arrematados pelos próprios donos, tornar-se-á efetiva a multa em que tiverem incorrido.³⁹

³⁹ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo de 1900 a 1902*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 249, p. 249.

Após dois anos, o mesmo Artigo 8.º, só que publicado no Ato n. 132, de 31 de março de 1902, Ato que “Altera, consolidando, as disposições [...] sobre apreensão, venda e matança de cães”, disposições essas discutidas e legisladas em 1899 e 1900, foi apresentado aos habitantes da cidade de São Paulo com um teor mais sofisticado. A partir de então, os cães de raça especial, abandonados possivelmente por camadas sociais também “especiais”, eram desalojados dos depósitos da Prefeitura através de atraentes sessões de leilão.

Art. 8.º - Só será permitida a venda, em leilão, dos cães de raça especial, que não forem procurados pelos donos, tendo esse ato lugar na presença de um funcionário municipal, em dias e horas previamente determinados pela Prefeitura.

Parágrafo único. – Não estando o cão matriculado, o arrematante pagará, além da importância do lance, a do imposto, para que possa ter lugar a matrícula. Neste caso, não será cobrada multa alguma, salvo se o cão for arrematado pelo próprio dono.⁴⁰

Menos de dois meses após o início dos leilões de cães “vagabundos” de raça, nova lei é promulgada sobre a prolífera espécie. Assim, em 7 de maio de 1902 esses animais deixaram de ser, pelo menos momentaneamente, caso de polícia ou de higiene pública. Se em 1900 era essa seção municipal que cuidava de matriculá-los, depois, claro, de pago no Tesouro Municipal o imposto referente a tal licença,⁴¹ dois anos depois a Câmara autorizava o prefeito Antonio Prado a incumbir a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais do serviço de registro “e da arrecadação dos respectivos impostos, marcando-lhe, no máximo, a porcentagem de 20 %”.⁴²

Na mesma proporção que a cidade e sua população cresciam, aumentava também a quantidade de cães que “desafiavam” as normas e leis municipais. Nessa mesma direção, os cofres públicos abriam constantemente suas portas na tentativa fugaz de encontrar novas formas para controlar a situação. Os progressos eram escassos. Durante quatro anos não houve alterações na legislação sobre os cães da cidade. Não significava, porém, que os “problemas” tinham sido solucionados. Muito pelo contrário, através de uma lei promulgada em 1906, nota-se o acirramento das relações entre a municipalidade e os cães “vagabundos”. Sentia-se a necessidade de investimentos pesados no setor.

⁴⁰ Idem, p. 305.

⁴¹ Idem, p. 248.

⁴² Idem, p. 182.

Mesmo que outras áreas da administração fossem prejudicadas, havia o imperativo de, uma vez por todas, acabar com aquela imagem “vagabunda” da cidade. Não seria, naquele momento, a falta de verbas a causa da obliteração de um controle que a cada dia se mostrava mais importante.

LEI n.º 909 de 9 de junho de 1906

O Dr. Antonio da Silva Prado, Prefeito do Município de S. Paulo, faz saber que a Câmara, em sessão de 2 do corrente mês, decretou a lei seguinte:

Art. 1.º - Fica o Prefeito autorizado a conceder o auxílio de sete contos de réis (7:000\$000) à “Sociedade União Internacional Protetora dos Animais”, para execução da reforma do depósito municipal a cargo da mesma sociedade, devendo as respectivas obras ser fiscalizadas pela Prefeitura, ou a mandar executar tais obras administrativamente até àquela importância, se assim julgar mais conveniente, depois de firmado entre aquela sociedade e o proprietário do prédio e contrato de arrendamento pelo tempo que for reputado necessário.

Art. 2.º - É concedido à mesma sociedade o aumento de dois contos e quatrocentos mil réis anuais (2:400\$000) na subvenção que atualmente recebe pelos serviços a seu cargo, contratados com a Prefeitura, devendo, porém, ser exigido os necessários aumentos de materiais, para ser feita de modo regular e satisfatório a apreensão de cães nas ruas da cidade e seus arrabaldes.⁴³

É curioso observar que, em São Paulo, a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais, nos seus primórdios, era totalmente atrelada ao poder público municipal. Pelo que se depreende das leis mencionadas aqui e referentes a esta entidade, além de ser subvencionada pela Prefeitura, era ela quem determinava o destino dos animais abandonados nas ruas do município. O problema com os cães era de tal magnitude que, em leis como as citadas anteriormente, são esses os únicos animais mencionados nos itens referentes às obrigações da Sociedade. Sabe-se, porém, que tanto os objetivos do depósito como da própria sociedade protetora dos animais eram inúmeros outros. Não só cães eram recolhidos pela prefeitura. Não só eles “mereceriam” sensibilidades de “proteção”.

Pela lei de 1906 percebe-se que havia uma certa insatisfação, por parte da Câmara e do Prefeito, com as atividades prestadas pela Sociedade Protetora. Provavelmente, na visão do poder público municipal, a apreensão de cães pelas ruas da cidade e de seus arrabaldes, não vinha sendo feita de “modo regular e satisfatório”. Reformando-se o depósito, aumentando-se a subvenção e os

⁴³ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1906*. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1907, p. 30-1.

materiais de trabalho, esperava-se uma mais eficaz atuação. Afinal, nove contos e quatrocentos mil réis não representavam soma desprezível.

Antonio da Silva Prado encerrou sua longa e, em muitas áreas, frutífera gestão frente ao poder público municipal sem conseguir resolver o destino dos cães da cidade de São Paulo. Mesmo com a iniciativa de se aproximar da Sociedade União Internacional Protetora dos Animais, mesmo abolindo o exasperante, violento e injustificado uso de bolas envenenadas, Antonio Prado encerrou sua administração sem encontrar um caminho viável para a sobrevivência dos cães paulistanos. Continuaram ocupando todas as ruas da cidade e, pior ainda, começaram, aos milhares, a ser sistematicamente mortos.

Seu sucessor imediato, Raymundo Duprat, em um de seus primeiros Atos frente à prefeitura de São Paulo, cria a Inspetoria Geral de Fiscalização.⁴⁴ O novo órgão público era formado por 1 inspetor geral, 4 inspetores de fiscalização, 1 primeiro escrivão, 2 segundos escrivães, 1 contínuo servente e um pequeno batalhão de “44 guardas-fiscais”.⁴⁵

O espectro de responsabilidades da Inspetoria era enorme. Sob seu cargo estaria a fiscalização “do serviço de limpeza pública e particular da cidade e irrigação das ruas; a fiscalização das linhas de bondes; do serviço telefônico; do serviço funerário; do transporte de cadáveres para os cemitérios; da matrícula de carregadores e de vendedores ambulantes de bilhetes de loteria; dos serviços referentes a exames e matrículas de cocheiros, motorneiros e “chauffeurs”; da expedição e averbação de cartas para condução de veículos; do registro e numeração de veículos e cobrança dos respectivos impostos e multas; do serviço de iluminação dos lugares onde este não fosse contratado com o Estado; do serviço de publicidade, inscrição ou denominação das casas de comércio; do processo de demolição e reconstrução das edificações particulares em ruína, ou contrárias ao padrão e às leis de higiene; do exame, análise, apreensão e inutilização dos gêneros expostos à venda, ou destinados ao consumo; do exame de fábricas e instalações que se possam tornar perigosas, incômodas ou

⁴⁴ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1911*. 2.^a ed., São Paulo: Graphica Paulista, 1935, p. 169-80.

⁴⁵ Idem, p. 171.

insalubres; do exame de cocheiras, construções de habitação particular e coletiva, serrarias, fundições, curtumes, fábricas, depósitos de fogos e de gêneros explosivos e inflamáveis; da execução de todas as leis e regulamentos de polícia administrativa e sanitária, por meio de imposição de multas, apreensão e praça de objetos e mercadorias oferecidos à venda; da comodidade, sossego, higiene e segurança local; da execução de medidas proibitivas dos abusos, maus tratos e atos de crueldade contra os animais; do processo de intimações para a fatura de passeios e fecho de terrenos, asseio e despacho das servidões públicas, extinção de formigueiros, extermínio de cães, recolhimento de animais soltos, etc, e, finalmente, de tudo que pudesse interessar à vida comum dos munícipes⁴⁶.

Para que a lei fosse cumprida, para que a fiscalização fosse executada, o Artigo 35 dessa mesma lei, por Ato especial, dividiu o município em “40 distritos e estes em 4 zonas, ficando cada zona a cargo de um inspetor de fiscalização e cada distrito a cargo de um guarda-fiscal, podendo cada um desses funcionários acumular a fiscalização de um ou mais distritos ou zonas, quando isso for necessário”⁴⁷. Pobre batalhão de “44 guardas-fiscais” frente a uma empreitada de tal magnitude e envergadura. Simplesmente impossível atingir qualquer objetivo numa realidade urbana marcada fortemente por sérios problemas de infraestrutura, corrupção, favoritismo econômico, elitismo político, injustiça social. Muito provavelmente seriam necessários “44 guardas-fiscais” para tentar resolver os problemas existentes em cada um dos itens apontados acima ou em cada distrito circunscrito pela lei.

O Artigo 17 estipulava detalhadamente as vinte e uma atividades que estavam a cargo dos guardas-fiscais. Se tomarmos apenas o trabalho de fiscalização que direta ou indiretamente envolvia animais, o dispêndio de tempo e energia já ultrapassaria, provavelmente, a capacidade de uma pessoa.

Art. 17. – Aos guardas-fiscais cumpre:

- e) a intimação para a extinção de formigueiros e capinzais; a fiscalização do serviço de apreensão de cães, cujas carroças acompanharão; o recolhimento dos animais soltos, etc.;
- f) a fiscalização do exercício da caça e do respectivo comércio;
- g) a visita das casas de quitandas, hotéis, estalagens, cortiços, botequins, padarias, confeitarias, armazéns de víveres e bebidas, fabricas de produtos alimentícios, curtumes,

⁴⁶ Idem, p. 170-1.

⁴⁷ Idem, p. 179-80.

depósitos e fábricas de sabão, óleos, adubos, torrefações de café, etc., para que sejam regularmente denunciadas e punidas as infrações dos preceitos sanitários;

h) a fiscalização do comércio de carnes, nos açougues e em outros lugares permitidos;

j) a verificação das marcas das vacas leiteiras pelas respectivas cadernetas, e o exame do leite, para que não seja vendido com alteração ou mistura prejudicial à saúde;

l) a execução das medidas tendentes a coibir os abusos, maus tratos e quaisquer atos de crueldade praticados contra os animais;

o) a fiscalização do serviço de desembarque de suínos nas estações das estradas de ferro, de modo a serem conduzidos pela cidade em veículos apropriados;

r) a apreensão de animais, ainda que domesticados, que estiverem sendo exibidos pelas ruas da cidade;

Se um determinado guarda-fiscal fosse responsabilizado de realizar seus trabalhos nos 16.º e 17.º distritos, ele teria que, diariamente, percorrer um imenso e emaranhado itinerário de ruas, avenidas e praças atrás das inúmeras “irregularidades” e infrações.

Ato n. 396, de 6 de maio de 1911

Divide o Município em 40 distritos fiscais e 4 zonas

DISTRITOS

[...] 16.º Começa na rua Dr. João Theodoro canto da rua Canindé, segue por esta até à várzea, e daí por uma reta até à rua Silva Telles, na qual entra e vai até à rua Bresser, que percorre até à avenida Celso Garcia, compreendendo as seguintes ruas e largos: - Visconde Abaeté, Canindé, ambos os lados, Rodrigues dos Santos, Barão de Ladário, Müller, Maria Marcolina, Mendes Júnior, Ponte Preta, Casemiro de Abreu, Mendes Gonçalves, Dr. Euclides da Cunha, Bresser, ambos os lados, Joly, João Boemer, Rio Bonito, Coqueiros, Carlos de Campos, Oleiros, do Trabalho, Silva Telles, ambos os lados, Chavantes, Maria Joaquina, Oriente, Dr. João Theodoro, Elisa Whitacker, Henrique Dias, Mista, Silvio, Conselheiro Belisário, Sayão Lobato, Carlos Botelho, Rubino de Oliveira, José de Alencar, Parayba, Almirante Barroso, Intendência, Travessa Joly e largo da Concórdia e outras ruas sem denominação.

17.º Começa na rua Bresser, canto da avenida Celso Garcia, segue por esta até à travessa da Intendência, que percorre, até o rio Tietê, e daí segue pela várzea até encontrar a rua Silva Telles, compreendendo as seguintes ruas: - avenida Celso Garcia, ambos os lados, ruas Santa Rita, Coronel Rodovalho, almirante Barroso, Sampson, Itapiraçaba, Santa Clara, João Boemer, Rio Bonito, Cachoeira, Joaquim Carlos, Marcos Arruda, Catumby, Prazeres, Arassuahy, Jequitinhonha, Gonçalves Dias, Belisário de Sousa, travessas Catumby e Intendência, ambos os lados, e outras ruas sem denominação.⁴⁸

Como se não bastasse o trabalho de cobrir tão imenso trajeto, esse funcionário público deveria também ser profundo conhecedor da legislação municipal, pois a ele também competia “a aplicação de multas por infração das posturas e leis municipais, observada a lei n. 324, de 22 de setembro de 1897,

⁴⁸ Idem, p. 189.

quanto ao modo de serem lavrados os respectivos autos”⁴⁹. O Código de Posturas de 1886 é composto de 60 páginas, 314 Artigos e do Padrão Municipal.⁵⁰ Conhecer, na íntegra, cada detalhe de um documento como esse, não era tarefa muito fácil. Além disso tudo, e de uma série de outras normas e obrigações que cabiam ao guarda-fiscal, esse era obrigado, “em todos os atos do seu ofício”, a se apresentar com o uniforme que havia sido instituído por lei municipal. Caso não o fizesse, pagaria multas, que seriam descontadas em seu “vencimento mensal”, entre 10\$000 e 20\$000.⁵¹

No longo e minucioso Ato n. 392, de 24 de abril de 1911, não existia mais nenhuma menção à Sociedade União Internacional Protetora dos Animais. Ela continuava atuando na cidade, no entanto afastada das malhas administrativas municipais. Provavelmente, a partir desse período, a Sociedade ficou também sob a fiscalização da Prefeitura. Mais precisamente em 1909 o prefeito Antonio Prado rompeu o acordo que existia com a entidade.

Desde 1899 que se achava confiado à “Sociedade União Internacional Protetora dos Animais” o serviço de apreensão e extinção de cães, bem como a administração do depósito municipal, instalada à rua do Gasômetro, n. 138.

Reconhecida a conveniência de serem feitos esses serviços diretamente pela Prefeitura, entrei em acordo com a referida Sociedade, como vos expus no meu ofício n. 300 de 6 de julho de 1908, no sentido de ser paga à mesma Sociedade a indenização de 5:000\$000 pelas instalações, materiais e despesas realizadas no depósito, que passaram a pertencer à Municipalidade. Recebeu mais a Prefeitura uma carroça grande e outra pequena, em bom estado e dois muarees arreados.

Aberto o crédito preciso pela lei n. 1233 de 26 de abril de 1909, a Sociedade, a 13 de outubro do mesmo ano, assinou o respectivo termo de desistência, mas desde 3 de julho que ela havia deixado de executar o serviço, que lhe fora confiado segundo a lei n. 390 de 31 de março de 1899.⁵²

A partir da década de 10 inicia-se um novo momento na história dos cães da cidade de São Paulo. Nesse período, esses animais, apesar de entrarem em outros níveis de ação e planejamento urbano, eram ainda presença marcante no cotidiano da capital paulista.

⁴⁹ Idem, p. 174-6.

⁵⁰ SÃO PAULO (SP). *Código de Posturas do Município de São Paulo de 1886*. São Paulo: 6 de outubro de 1886.

⁵¹ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Município de São Paulo do Anno de 1911*. 2.^a ed., São Paulo: Graphica Paulista, 1935, p. 177.

⁵² SÃO PAULO (SP). *Relatório de 1909 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado*. São Paulo: Typographia de Vanorden, 1910, p. 21-2

Na imagem inserida a seguir percebe-se a presença de quatro cães livremente soltos entre crianças e adultos. Eram homens e animais que se encontravam na Rua Capitão Salomão em algum ano entre 1905 e 1910. Essa paisagem rapidamente desapareceria das regiões centrais de São Paulo. Com a ampliação do Largo da Sé, realizada entre os anos de 1911 e 1912, essas casas térreas seriam demolidas e parte dessa população de homens e animais afastada dali.⁵³

**Imagem 6 Rua Capitão Salomão entre 1905 e 1910.
Acervo Agência Estado. Jornal O Estado de São Paulo.**

⁵³ José Alfredo Vidigal Pontes. *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*. São Paulo: O Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2003, p. 43.

Ato n. 248 de 9 de janeiro de 1907

Adota uniforme para a guarda-fiscal

O Prefeito do Município de S. Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve que seja adotado para os guardas-fiscais e fiscais de veículos da Prefeitura, o seguinte uniforme:

1.º UNIFORME

Bonnet, dolman e calça de pano fino azul ferrete.

2.º UNIFORME

Bonnet e dolman de pano fino azul ferrete e calça de brim branco, ou pardo.⁵⁴

Ato n. 320, de 6 de fevereiro de 1909

Modifica o ato n. 248, de 9 de janeiro de 1907, que adotou uniforme para a guarda fiscal.

O Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve adota o terceiro uniforme para os guardas fiscais e fiscais de veículos da Prefeitura, constando de brim branco, inclusive o bonnet.⁵⁵

As descrições do uniforme reveladas nos dois Atos da Prefeitura coincidem quase que exatamente com a vestimenta do homem que foi representado de costas na fotografia. Nas normas municipais não foi citada, apenas, a espada que o fotografado portava. Seria ele, de fato, um guarda-fiscal tranqüilamente conversando com outro morador da cidade e totalmente indiferente às “irregularidades”, como os cães soltos, existentes na rua Capitão Salomão? Enquanto o homem, em pé, na esquina, olha para o cachorro que está mais próximo de ambos, o suposto fiscal observa, sem mostras de que estivesse prestes a tomar qualquer tipo de atitude ou medida oficial, o movimento que se desenrola na Rua Capitão Salomão.

Independente de ser ou não um fiscal, tanto ele como todas as outras pessoas que ali se encontravam demonstram não se importarem com a presença dos cães. Por outro lado os cães também não demonstram qualquer tipo de apreensão ou medo provocado pelas pessoas que ali estavam. Eram parte do mesmo cotidiano e calmamente observavam as atividades que estavam se desenvolvendo.

Como já foi mencionado acima, mesmo com a constância e insistência da Lei, os cães continuaram a frequentar livremente os espaços públicos da cidade.

⁵⁴ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1907*. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1908, p. 162.

⁵⁵ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1909*. São Paulo: Casa Vanorden, 1910, p. 144.

Também continuam a dar entrada franca a todos os abusos os executores e zeladores das leis municipais. E, se querem exemplos, citaremos *estes, mais estes, mais aqueles, e mais aqueles outros*, e mais atravessadores de gêneros, e mais as matilhas de cães vadios que percorrem as ruas, e mais uma série indefinida de *cousas censuráveis*, que a falta de tempo manda calar neste momento, mas que ficam reservadas, em todo caso, para qualquer outra ocasião.

Bem se vê: as cousas não vão bem na Paulicéia.

Apesar das leis, dos zelosos fiscais que possuímos, da polícia, das gazetilhas e noticiários dos jornais, e das alfinetadas e mais alfinetadas do *Cabrião*, a felicidade pública e a ventura social, que a constituição garante a todos, não estão nos seus respectivos eixos.⁵⁶

A bem humorada crítica ao cotidiano da cidade feita pelos redatores do *Cabrião* em 1866 poderia, ainda por muitos anos, continuar sendo empregada pelos moradores de São Paulo. Se em 1904, Monteiro Lobato, em uma carta a Godofredo Rangel, faz uma breve e irônica menção de não conseguir concentrar-se em seus estudos porque “o cão do vizinho à esquerda prorrompeu em uivos à lua que nem um poeta”⁵⁷, em 1907, nas “Notícias Diversas” do jornal *O Estado de São Paulo*, era publicada uma reclamação que colocava em xeque todas as atividades da Prefeitura ligadas ao controle, até então, dos cães na cidade.

Cães vadios

Escrevem-nos:

“Peço, como chefe de família, à ilustrada redação do ‘Estado de S. Paulo’, para obter de quem de direito uma providência séria e eficaz, para acabar com o abuso de se conservarem nas ruas cães vadios, que constituem uma ameaça aos transeuntes e uma grave ofensa à decência e moralidade dos nossos costumes públicos.

As carrocinhas, que raramente aparecem para apanhá-los, são denunciadas de longe pelos garotos que as acompanham, dando tempo de sobra para certas pessoas, que não se envergonham com o que os cães fazem, a atraí-los para o interior das casas, soltando-os logo em seguida à passagem dos empregados da câmara.

É um espetáculo deprimente para as famílias honestas, que não podem chegar às janelas sem se transformarem em espectadores de cenas imorais, a que os meninos abandonados, também por falta de polícia que os contenha sem seus excessos e gritarias, dão realce, ajudando-se em grande número para o selvagem e indecente divertimento que os atrai.

Estou certo de que não há uma rua nesta capital onde estes escândalos não se pratiquem constantemente e é incrível que nenhuma providência se queira tomar para reprimi-los de uma vez. [...]”⁵⁸.

⁵⁶ *Cabrião – Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867*. Introdução de Décio Freire dos Santos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2000, Edição fac similar, p. 74.

⁵⁷ *A Barca de Gleyre – 1.º Tomo – Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. 11. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 11), p. 71.

⁵⁸ N/a, “Cães vadios”, *O Estado de São Paulo* (Notícia Diversas), segunda-feira 29 de abril de 1907, p. 3, apud *Vir a Ser Transeunte – Civilidade e Modernidade nas Ruas da Cidade de São Paulo (entre o início do século XIX e o início do XX)*. São Paulo, 2004. Tese Doutorado em Antropologia) – FFLCH, USP, p. 499.

Era esse tipo de situação que vereadores e prefeitos tentavam, de várias maneiras, resolver. É importante observar o tom de ofensa moral e denúncia pública presente nas palavras do leitor. Percebe-se claramente que na opinião desse morador de São Paulo as inúmeras leis e posturas promulgadas desde 1870 de nada mudaram a situação urbana. Tratava-se, para ele, de uma legislação claudicante, de um funcionalismo público tolerante e indolente e de uma população com camadas indecentemente imorais. São colocados na mesma dimensão, ou até em deliberado conluio, cães não castrados, crianças pobres abandonadas, adultos irresponsáveis e fiscais debilitados. Sua afronta era originada a partir de elementos como esses, elementos que remetiam, ou melhor, que exibiam à luz do dia e para uma imensa platéia as contingências e especificidades da modernidade paulistana. Se para algumas famílias paulistanas o quadro simbolizava incômodos, vergonha e indignação moral, para outras, como por exemplo os meninos abandonados citados pelo leitor ou os moradores que abrigavam em suas casas os cães quando a “carrocinha” da prefeitura se aproximava, esses elementos eram parte intrínseca de seus cotidianos. Os cães, que viviam a maior parte do tempo nas ruas da cidade, para essas camadas “sem-vergonha” acabavam por criar laços de solidariedade, sociabilidade, diversão e entretenimento. Era também contra essa enorme parcela da população que o poder público municipal, através de leis, atos, posturas e fiscais, lutava. Cães no cio e meninos pobres, “vagabundos”, eram, na visão de muitos, alguns dos entraves que emperravam a modernização paulistana, que maculavam a grandeza da cidade. Sem qualquer programa oficial de castração ou projetos de bem-estar animal, esses animais reproduziam-se livre e aceleradamente pelos espaços públicos da capital paulista. Instintivamente seguiam o curso da natureza, instinto e natureza que aborrecia muita gente. Até esse período, primeiros anos do século XX, a única medida adotada pelo poder público municipal para controlar a situação era, na medida do possível, recolher esses animais e sacrificá-los em massa. Porém, mesmo para a efetivação dessa radical resolução, os representantes do controle público tinham que lutar não só contra a agilidade dos cães de rua, que tudo faziam para se livrarem da apreensão, mas também com centenas de donos

informais desses animais que, em suas práticas cotidianas, não poupavam esforços para “atrapalhar” a fiscalização dos funcionários da Câmara.

O problema não era, necessariamente, a posse ou não de animais domésticos urbanos. O que estava em jogo era como a imagem dessa relação de posse seria apresentada a partir das últimas décadas do século XIX. Qualquer elemento que remetesse a práticas socioculturais de raízes rurais e coloniais deveria ser eliminada. Os animais soltos pelas ruas da cidade eram a representação notória desse passado “ultrajante”. Por outro, certas atitudes, desde meados do século XIX, também já vinham sendo criticadas e satirizadas, vistas como representantes de um passado que seria importante apagar da memória da cidade.

Imagem 7 *Cabrião*, op. cit., p. 323.

E nem é verdade que pelo ano de 1882 houvesse casmurismo nos hábitos do paulistano. Dizia então, é certo, o viajante Junius que o Dr. Paulo do Vale, professor de retórica no Curso Anexo à Faculdade de Direito, era naquela época o tipo completo do antigo paulista, grave no seu fato escuro, freqüentador de igrejas, respeitador das tradições, inimigo de novidades e modernismos, de teatros e modas. Mas ainda bem que se referiu a época anterior, pois na de que trato, o paulistano já não era assim já não saía ao luar (como desenhava o Cabrião) de braço dado com a matrona, levando por diante toda a prole, a um de fundo, desde a filha mais velha até o caçula, e seguido das crioulas com um moleque desengonçado a encerrar a fila, mais o cachorrinho da casa.

Em 19 de novembro de 1936 Afonso José de Carvalho apresentava, no Clube Piratininga, uma conferência intitulada “São Paulo antigo (1882-1886)”. A

citação acima foi parte dessa apresentação⁵⁹. Escrita em 1936, portanto não totalmente distante do quadro que Carvalho ironicamente pintava, nota-se, no próprio autor, anseios por ver definitivamente São Paulo a caminho de outros patamares de modernidade. Segundo ele, “em 1883 a Paulicéia já sabia divertir-se com muito mais gosto” do que esses passeios em fila indiana pelas ruas da cidade, passeios que exibiam posses da família, da esposa aos filhos, dos escravos aos cães. Para o ano de 1883 Carvalho lembra que os divertimentos tornavam-se melhores porque os moradores da cidade podiam, de forma mais efetiva, entrar em “contato com a alegria dos estudantes provindos de todos os pontos do Império”⁶⁰.

Por todo o século XIX, mais especificamente a partir da segunda metade, os animais de criação doméstica, marcas da São Paulo rural e colonial, eram elementos centrais dessa alegria citada pelo autor. Ernani Silva Bruno lembra que “as brincadeiras e mesmo as rapinagens de estudantes iam longe. Exerciam-se, como é sabido, principalmente sobre galinhas e perus soltos em quintais menos policiados”.⁶¹ Os cães, nessa história, entram como os inimigos, como um dos desafios a vencer nas diversões dos futuros advogados e juristas de São Paulo. “Essa brincadeira”, continua Bruno, “não tinha por objetivo o furto. O seu atrativo maior estava nas emoções provocadas pela aventura. As cautelas que se tomavam, as informações colhidas na véspera sobre o local, os perigos que se arrostavam, a espera na sombra noturna, a possibilidade de ataques de cães ou mesmo de cacetadas e de tiros – tudo isso é que representava, mostrou Almeida Nogueira, o encanto dessas expedições de estudantes aos quintais ou às chácaras de São Paulo”⁶².

No cotidiano da São Paulo em início de transformação os cães estiveram constantemente presentes nas práticas diárias de entretenimento. Eram essas práticas de origem popular, entre uma série de outros fatores, que, de certa forma,

⁵⁹ Afonso José de Carvalho. *São Paulo Antigo (1882-1886)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XLI, p. 47-64, 1942, p. 49.

⁶⁰ Idem, p. 49.

⁶¹ Ernani Silva Bruno. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1984, p. 324.

⁶² Idem, *ibidem*.

quebravam a frieza e tornavam inoperantes as medidas administrativas da Prefeitura. Dos estudantes de direito às crianças abandonadas ou não, passando por adultos de todas as idades, classes sociais e econômicas, adultos de todos os cargos e profissões, esses animais eram um forte referencial urbano, sociocultural e pessoal.

Brincadeira que ficou igualmente assinalada nos anais do bairro foi a referente ao sino da Capela de Nossa Senhora do Belém. Nela não tomaram parte apenas os “anjos de cara suja”, mas muitos adultos, e dos mais respeitáveis.

Certa noite, a pacata gente da redondeza acordou alvoroçada, ao som de um repicar desenfreado e desafinado dos sinos da capela, ao mesmo tempo que se ouviam latidos, uivos e pavorosa algazarra de cães.

Que teria acontecido? Teria morrido algum ilustre prelado ou ocorrido um incêndio? Os moradores da zona, ainda esfregando os olhos sonolentos, formulavam as mais desconstruídas hipóteses. Correram todos para a capela, com o sacristão à frente, e ali ficaram petrificados com o que viram. Que teria acontecido?

Apenas isso: alguns espíritos de porco acharam de bom alvitre apresentar um brinquedo novo para sacudir a pasmaceira em que vivia aquela boa gente. Não se sabe como, haviam atado umas cordas àquelas que estavam presas aos badalos dos sinos e, na ponta de cada uma, prenderam um pedaço de carne ou um osso suculento. Isto feito, soltaram os cachorros que, de longe, pelo faro, perceberam aqueles convidativos petiscos e a eles se atiraram de unhas e dentes. Resultado: os badalos, sacudidos por tantos arrancos, pois cada cão puxava o pitêu para seu lado, passaram a bimbalar como nunca, provocando aquele inconcebível alarme, que tanto pavor causou.⁶³

Nesse relato de Jacob Penteadado é importante observar o aspecto de apropriação profana, carnavalesca e ilegal que perpassa a brincadeira. Os sinos e a igreja, instrumentos sacralizados pelo uso e pela tradição, são “pavorosamente” colocados em evidência por famintos e escandalosos cães. Transformam-se, pelo instinto alimentar dos cães, em objetos de riso, deboche e ridicularização, em uma forma encontrada pela população para “sacudir a pasmaceira” de um bairro paulistano.

Imersos nessa cultura popular, esses animais eram submetidos a inusitadas situações e experiências. Os cães, nesse sentido, não escapavam também de práticas de curandeirismo, simpatias e rituais. Em uma sociedade formada basicamente por migrantes e imigrantes de várias regiões do planeta esses conhecimentos eram cotidianos. “Certa manhã, ao voltar do açougue, Maria Negra entrou em casa às gargalhadas: – Dona Angelina do céu! Vá se preparando e esconda seus cachorros. Dona Luiza, de dona Josefina, vem por aí com novidade.

⁶³ Jacob Penteadado. *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma Época)*. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003, p. 238.

Está com três fatias de toucinho debaixo do sovaco... – Falava e ria ao mesmo tempo.” Era a empregada da família Gattai que retornava das compras diárias trazendo a grande novidade.⁶⁴ Instada para continuar a narrativa, quando ia começar: “ – Bom-dia, dona Angelina. Vim cá lhe procurar pois preciso de sua ajuda: estou a fazer uma simpatia portuguesa, lá de minha aldeia, para curar o meu sobrinho Sílvio. O menino não anda bem, está com mau-olhado e parece que esta aguado também”⁶⁵. Assim, dona Luiza narra a triste história do “pobrezinho, explicando que, provavelmente, ficara com vontade de comer alguma coisa que lhe foi negada provocando o desarranjo”. Pálido e sem apetite não havia fortificantes que resolviam o mal. “Então resolvi fazer a minha simpatia, sem dizer nada, nem a ela [mãe do menino] e nem à Idinha e à Ema. Deus me livre! Elas não acreditam nessas coisas, iriam tentar impedir-me. A senhora é uma pessoa amiga, vai me compreender.”⁶⁶ Dona Angelina Gattai escutava atentamente e observava, meio perplexa, o braço de dona Luiza “preso ao corpo a sustentar as fatias de toucinho”. Na blusa azul espalhava-se, cada vez mais nítidamente, uma grande mancha de gordura proveniente do toucinho.⁶⁷ Instigada pela crescente curiosidade, dona Angelina pergunta:

- Mas diga, por favor, dona Luiza! No que posso lhe servir?
- Pois olhe, dona Angelina, para que meu Sílvio fique bom preciso oferecer, a três cães, fatias de toucinho que trago aqui, debaixo do braço. Comprei-o agora mesmo no açougue de seu Pepino: o toucinho esta fresquinho! Dou-o ao cão e digo-lhe: “Toma lá, toma lá, cão, tu ficarás aguado, meu filho não!” quando o terceiro cão terminar de comer a última fatia, o menino estará curado. Essa simpatia é muito boa. Não falha nunca. Sim, senhor!⁶⁸

Até então, a mãe de Zélia Gattai nada desconfiara. Não podia imaginar que seus dois cães, Flox e Zero-Um, haviam sido os dois primeiros escolhidos pela imigrante portuguesa para iniciar sua simpatia. Na São Paulo dos anos 10 essas práticas envolvendo simpatias, rezas, benzeduras eram feitas sob certa cautela.⁶⁹

⁶⁴ Zélia Gattai. *Anarquistas, Graças a Deus*. 11. ed., Rio de Janeiro: Record, 1984, p. 73.

⁶⁵ Idem, p. 74.

⁶⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷ Idem, ibidem.

⁶⁸ Idem, p. 74-5.

⁶⁹ Sobre essas práticas religiosas e socioculturais na cidade de São Paulo, Cf. Paulo Koguruma . *Conflitos do Imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na metrópole do café, 1870-1920*. São Paulo: Annablume. 2001, e Paulo Koguruma. *A Saracura: ritmos sociais e temporalidades na metrópole do café (1890-1920)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v. 19, n. 38, p. 81-99, 1999.

Dona Luiza, mesmo tendo a opção de dar as fatias de toucinho para três cães dos inúmeros que viviam pelas ruas, preferiu fazer o trabalho em um círculo mais restrito. Na capital paulista práticas como essas começavam a causar certo constrangimento para aqueles que nelas acreditavam.

Dona Luiza preferia fazer o trabalho discretamente, distante de olhares curiosos na rua. Os amigos eram para essas ocasiões. Foi preciso que ela começasse a chamar os cachorros pelos nomes, a estalar os dedos, para que mamãe, de repente, descobrisse a intenção da vizinha. Não conseguindo esconder sua surpresa e sua revolta, deixou timidez e cerimônia de lado e explodiu:

- Mas, dona Luiza, a senhora quer fazer uma coisa dessas com meus cachorros? A senhora então não sabe que o toucinho é um veneno para a saúde dos animais? Aos meus nunca dei nem nunca vou dar. Ataca os intestinos, é quente, provoca diarreias, faz cair o pêlo. Não, dona Luiza, não me peça isso, tenha a santa paciência! Nem insista, por favor!

Ao sentir a reação da vizinha, seu tom irritado que até então desconhecia, dona Luiza, bastante sem jeito, “meteu a viola no saco”, encerrou o assunto. Apenas pediu reserva, que não contassem nada em sua casa. Partiu em seguida, certamente para cumprir mais adiante o que considerava um dever de tia extremosa.⁷⁰

Das simpatias às brincadeiras, dos circos à vagabundagem, dos espaços públicos aos privados, os cães estavam por todas as partes da cidade.⁷¹ Mesmo quando eram de estimação é curioso observar que, principalmente para aqueles que não tinham raça definida, viviam a maior parte do tempo em semiliberdade, vagando sozinhos pelas ruas e praças, ou acompanhando seus donos em passeios, trabalhos ou outras atividades públicas. Havia uma forte proximidade entre as espécies. Há narrativas memorialísticas que mencionam essas múltiplas e complexas relações entre homens e cães na cidade de São Paulo, e que, nas entrelinhas de seus discursos, não deixam de demonstrar certos preconceitos contra as camadas mais humildes da população. É o caso de alguns fragmentos construídos no início da década de 1960 por Jacob Penteadó. Em suas memórias sobre o Belenzinho há um longo capítulo que trata especificamente sobre o rio Tietê. Entre outros assuntos descreve o trabalho dos barqueiros e as viagens que fazia, quando criança, ao lado desses homens. O cão, nessa história dos barqueiros, pode ser visto em duas dimensões: envolvido em uma prática cotidiana de trabalho e utilizado, pelo escritor, para tratar de outros elementos culturais ligados aos negros de São Paulo. Em seu livro há duas passagens em

⁷⁰ Zélia Gattai. *Anarquistas, Graças a Deus*, p. 75.

⁷¹ Nos relatos de memória são comuns as referências aos “cachorrinhos ensinados” que eram exibidos em pequenos circos que se apresentavam na cidade. Cf., por exemplo, Zélia Gattai. *Anarquistas, Graças a Deus*, p. 37-8 e Jorge Americano. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. São Paulo: Edição Saraiva, 1957, p. 127.

que essa “estratégia”, usando-se do mesmo cão, é assumida por Jacob Penteadado. Nas duas, há um desvio do assunto principal que vinha sendo tratado, uma espécie de adendo, no qual eram colocadas pessoas negras.

Havia outro fator que, por vezes, abrihantava as viagens.

Bépi possuía um cachorro. Chamava-se Fido, nome muito comum entre os cães de italianos. Quer dizer fiel. Tinha pêlos castanhos, orelhas grandes caídas, como as dos perdigueiros. Creio, mesmo, que era mestiço, devia descender dessa raça de cães de caça. Inteligente, muito vivo, compreendia o dono pelo olhar. Estava bem treinado para apanhar aves. E assim, quando havia algum galináceo ciscando pelas margens, bastava Bépi assobiar de maneira particular e o cão saltava do barco; nadava velozmente para a barranca e dali voltava célere, trazendo na boca “o pato do dia”.

Algumas vezes, a vítima protestava e seu protesto chegava aos ouvidos dos donos, que acorriam pressurosos, reclamando o que era seu. Então, Bépi, fingindo-se indignado, gritava com o Fido, desferia umas pauladas que nunca atingiam o animal e devolvia a caça. Isto, porém era raro.⁷²

Imediatamente após esse parágrafo o memorialista muda totalmente de assunto. Introduce um segmento que mais nada tem a ver com o rio ou com os barqueiros. Teria uma relação, talvez, com a idéia de caça e presa. Seria um parágrafo dispensável para a história, a não ser que a intenção do autor fosse dar um tom meio que de galhofa ou ironia preconceituosa ao escrito.

Fido tinha verdadeira ojeriza por negros. Muito manso, brincava com todas as crianças da vizinhança, que dele fazem gato e sapato. Mas quando aparecia algum cidadão de cor pela frente de casa, ele saltava, latindo furiosamente, e atacava o pobre “colored”, que, desprevenido, procurava defender-se de qualquer jeito. O local preferido pelo cão, quando mordida, era sempre o fundilho das calças.⁷³

A mesma questão pode ser observada no texto no qual Penteadado trata dos desfiles da Guarda Nacional pelas ruas da cidade.

No dia seguinte, havia alvorada. O inferno começava bem cedo. Toques de corneta, à chegada de cada oficial (mais de 50), rufos de tambor, rojões, um verdadeiro pandemônio. Depois de muitos prós e contras, organizava-se a tropa e tinha início o desfile. À testa, a cavalo, todo marcial, olhando firme para a frente, ia o majestoso Coronel Francisco Inácio Toledo Barbosa, seguindo, a pé a oficialidade, cada qual mais chibante, no seu vistoso e fulgurante uniforme. Atrás da oficialidade, meia dúzia de cabos e sargentos. Por último, fechando a raia, sete ou oito negros ou mulatos, de quepe de lado, exibindo a gaforinha, com os pés em petição de miséria, metidos nas sapatorras ringideiras, olhando, desconfiados, para os lados, com medo daquele cão chamado Fido, de propriedade de um barqueiro que morava na Rua Dr. Clementino, defronte da casa do Coronel Goulart. Esse cachorro não poderia ver negros, atacava-os logo, atingindo-os nos fundilhos. Muitas vezes, ele foi o responsável pelo relaxamento das fileiras.⁷⁴

⁷² Jacob Penteadado. *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma Época)*, p. 150.

⁷³ Idem, p. 150-1..

⁷⁴ Idem, p. 181.

Entre as camadas mais humildes da população sempre houve uma grande quantidade de animais domésticos, principalmente cães. Nas habitações coletivas, como os cortiços do Brás e imediações, eles eram, além de companheiros dos moradores, verdadeiros guardas dos locais.

No romance-memória de Geraldina Marx, *Os Humildes*, vamos encontrar Sansão, velho cão de uma família de espanhóis que viviam da coleta e venda de ferro-velho e do salário dos filhos operários. Moravam em um cortiço na Rua Maria Domitila, na última casa da habitação. Sansão, preso no quintal, facilmente reconhecia quem dali se aproximava. “Num alegre saudar, seu Nicola castanheiro bateu palmas e subiu os degraus atingindo o terreiro, acolhido pelos alegres latidos de Sansão, o cão que representava o seu homônimo através da peluda cabeça, mas que, reconhecendo o italiano, passou a fazer-lhe festas num indizível contentamento enquanto o homem acariciava-o.”⁷⁵ Sansão, cão inteligente, fazia festas apenas aos amigos seu e da família. Ao desconfiar do visitante transformava-se em acirrado e feroz guarda.

O portãozinho de tábuas da entrada rangeu e Sansão, o porteiro canino mais intransigente que havia para certos visitante, recebeu-o aos latidos estridentes chamando a atenção dos donos, que acorreram.

- Passa aqui, Sansão, e Margarita enxotou-o.

- Ele morde?

- Não, senhor.

É melhor prendê-lo – dizia com olhar apreensivo.

- Não morde, não. Entre, seu Demétrio, convidou a menina. – Depois que a gente deixa a pessoa entrar, ele cala.

Surpreso, com a inesperada presença do grego, por sua vez Garcia recolheu-o e ofereceu-lhe uma cadeira de palha onde o senhorio sentou-se. [...]

Garcia mostrava-se amável, mas desconfiado pela visita inusitada do senhorio. Na certa vinha com alguma especulação. E perguntava-se, intrigado: “Que querrá el ladrón?”. O dono por sua vez estava meio inibido, aguardando a oportunidade de desembuchar. [...]

- Vim aqui, seu Garrcia... O senhorr sabe como está a vida. Tudo anda carro. Os impostos subindo. Prrecisamos acerrtar um aumentozinho de aluguel...⁷⁶

Fiel aos donos, Sansão previa que a visita do dono do cortiço a seus inquilinos, não era sinal de afeição, amizade ou simpatia. Fiéis a seu cão, não o abandonavam por pior que fossem as misérias do dia-a-dia, por mais difíceis que se mostrassem as chances de sobrevivência.

- Ei... Ei. Parados. Onde pensam que vão?

⁷⁵ Geraldina Marx. *Os Humildes*. São Paulo: Publisher Brasil, 1996, p. 23.

⁷⁶ Idem, p. 35-7.

A família, ao ver os soldados, esgueirara-se por uma rua lateral que lhes parece livre. Pararam com os pequenos abraçados às pernas do pai.

Três soldados adiantaram-se com carabinas embaladas nas mãos e um ar de ameaça diante daquele grupo assustado. As fardas eram mal ajustadas e denotavam ser adventícios, homens rústicos e naturalmente leigos, arregimentados para compor o batalhão junto dos revoltosos.

Ali ficaram fazendo frente àquela família apavorada, as moças ao lado da mãe, todos juntos com ar humilde juntos à carroça e tendo perto o grande cão. [...]

-Que estão fazendo por aqui? Não sabem o risco que correm?

Voltou a correr os olhos como se estivesse divertindo-se ao ver ali plantadas à sua frente aquela pessoas humildes e de ar submisso.

Januário ia responder quando ele interrompeu-o algo altivo:

- Quem é o chefe?

O negro apontou Garcia.

- E por que ele não fala?

Januário explicou que ele tinha dificuldade de expressar-se por ser espanhol.

- Pretendemos ir para Guarulhos. Vou junto porque sou amigo deles... – falou meio constrangido.

- Guarulhos? Assim a pé?

- Sim senhor.

- E que vão fazer lá?

- Estamos saindo. A casa deles está sendo atacada. Já caiu uma parte do telhado e as casas vizinhas mais abaixo estão sendo bombardeadas. Vamos a procura de parentes dele.

- Não esqueceram nada, hein? Até o cachorro e o violino – falou rindo.⁷⁷

Presença marcante em todos os momentos históricos da cidade, em todos os lances do cotidiano, seis anos depois da Revolução de 24 lá estariam novamente os cães, em 1930, participando de um novo levante revolucionário em São Paulo.

Imagem 8 Grupo de soldados, 1930.

Anônimo / Acervo Instituto Moreira Salles. Código: 002029fPF001.008

⁷⁷ Idem, p. 210-11.

Outras ruas deste tipo eram a Senador Feijó, a da Esperança, a da Caixa d'Água, a Capitão Salomão, a rua da Conceição; eram menos asseadas, e desde o cair da noite surgiam conflitos entre caixeiros. Para os lados dos quartéis, outras, ainda menos asseadas, e nessas os protagonistas dos conflitos eram soldados do exército e da polícia. A bem considerar as coisas, eram várias as categorias de senhoras amáveis. [...] Outra chamava-se Elisa, vivia mais modestamente porque o seu protetor, apesar de muito rico, não desperdiçava dinheiro. Ela possuía um enorme cão, com o qual passeava todas as tardes. Creio que ainda vive, porque não faz muito tempo vi na Avenida Angélica certa velha, de idade entre oitenta e noventa anos, rebocando um enorme cão, ou sendo rebocada por ele.⁷⁸

Para cães de estimação, com ou sem raça definida, não havia qualquer tipo de barreira ou preconceito social. Reconheciam, ficavam ou acompanhavam seus “donos” independentemente de suas condições financeiras, de suas atividades, de seus preconceitos e atitudes perante o mundo, a cidade, o outro. Para muitas famílias eram usados como espécie de seguro para garantia do patrimônio.

**Imagem 9 Palacete Aguiar Barros, na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1910.
Otto Rudolf Quaas / Acervo Instituto Moreira Salles. Código 001OQ003.067**

⁷⁸ Jorge Americano. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*, p. 141-2.

Os cães de guarda, provavelmente, não tinham a mesma sorte e liberdade desse cão flagrado, possivelmente por acaso, pela lente do fotógrafo. É paradoxal e chocante o contraste entre monumentalidade solidez e fragilidade fluidez. Na visão de muitos dessas formas de vida, principalmente aquelas que estivessem para o lado de fora das grades, que não fossem de raça ou propriedade de alguém, não representavam absolutamente nada. “Vagabundos”, simples “vagabundos” que deveriam ser imediatamente eliminados do meio urbano. Atrás de grades de mansões paulistanas, signos da modernidade e do progresso, porém, eles representariam poder, ameaça, respeito e interdição. Por isso, para muitos, seriam detestados, pois eram as barreiras naturais que impedia roubos e invasões.

A partir de fins do século XIX cães de raça começam a ser largamente utilizados para guardar casas, chácaras e estabelecimentos comerciais. “A cidade está infestada de verdadeiras feras, em razão do prazer que se vai desenvolvendo de possuir cães, a título de guardas caseiros.”⁷⁹ Numa cidade em transformação e crescimento pode-se pensar em prazer, mas um prazer mesclado de necessidade.⁸⁰ Em 1924, o Sítio Valverde, em Guarulhos, refúgio da família Garcia durante a fuga da cidade bombardeada pela Revolução, possuía cães como forma de impedir intrusos na propriedade fechada por cercas e portões.

Tocaram o sino, e como a casa ficava distante do portão viram sair um homem que ficou parado olhando ao longe. Até que se decidiu a vir e os cães o acompanhavam, fazendo um barulho terrível. O dono da casa veio até uma certa distância e ficou olhado, desconfiado, aquela turma à frente do portão. Garcia gritou-lhe:

- Olá...Compadre! Somos nosotros. [...]

- Vamos entrar – disse alegremente. – Vamos conversar lá dentro. Conduziu-os até uma larga varanda. Nesse momento um tumulto entre os cachorros formou uma grande balbúrdia. Sansão foi atacado por três enormes cães da casa, que se atracaram nele, mordendo-o enquanto ele rolava se poder defender-se. Ramiro, o dono da casa, tentou separá-los com uma vara, mas custou muito, e era um pandemônio, que assustou terrivelmente os visitantes, que se encolheram dentro da varanda.

- Tragam a mangueira d’água... – gritava a mulher.

Só depois de algum tempo Ramiro conseguiu acalmá-los, esguichado-lhes água e enxotando-os, e eles saíram, embora ainda rosnando. Veio então um mulato com um chicote. Ramiro ordeou:

- Prenda os cachorros.

⁷⁹ N/a, “Cães Bravios”, *Correio Paulistano*, 29 de novembro de 1871, apud Fraya Frehse. *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 212.

⁸⁰ Idem, ibidem. Nessa parte do livro, a autora trata do aumento de roubos na São Paulo de fins do século XIX.

Sansão gemia lamentosamente. De sua orelha escorria sangue e ele manquitolava com esforço. [...]

- Tenho medo desses cachorros – disse Margarita.

- Eu também – Falou choroso Juanito.⁸¹

Para muitos segmentos da sociedade paulista de fins do século XIX e início do XX, particularmente os cães de raça eram associados a uma série de categorias simbólicas e de representação.

Mais um outro tílbur que chega.

Quem dele sai é um moço alto, cheio de corpo, bigodes pretos, cujas guias são longas, trajando um jaquetão preto com a clássica e sóbria elegância britânica. Traz gravata plastrom colada a um colarinho alto de pontas dobradas, calças listadas, sapatos de verniz [...]. É o grande Eduardo Prado. Solene, andar pausado, sobe a escada onde já o esperava, ansioso, o dono da casa [Dr. João Monteiro]. Em sua companhia pula à calçada um cãozinho preto, de raça “basset”. São Inseparáveis.

A reunião é seleta.⁸²

Pequenos cães de raça, de estimação, eram comuns em casas da elite paulistana de fins do século XIX e início do XX, realçando a opulência das construções, e avivando as exuberâncias econômicas das famílias. “Fábio morava na Rua dos Guaianazes numa casa de jardim na frente. Era uma construção que datava do fim do século dezenove. Uma casa assobradada com cinco largas janelas de frente e um longo terraço ao lado. Alfredo apertou o botão níquelado da campainha do portão de ferro. Dois cachorrinhos brancos apareceram e puseram-se logo a latir.”⁸³

O romance *A Cidade Grande*, de Edmundo Amaral, narra as aventuras amorosas e as agruras econômicas do estudante de Direito, Alfredo, na capital paulista do início do século XX. Apesar do tom moralista que perpassa o livro, em várias passagens são contrapostos o luxo da elite e as necessidades das camadas mais empobrecidas da população. Os cães de raça são elementos que entram nesse contraponto. Em uma de suas piores crises financeiras, correndo riscos de ser preso caso não cumprisse um acordo monetário, pensando até mesmo em suicídio, desesperado Alfredo recorre ao Dr. Carlos Alberto, homem economicamente estabelecido, mas que, como outros, aumentando-lhe a apreensão, lhe nega também o dinheiro. “Ele morava na rua Visconde do Rio

⁸¹ Geraldina Marx. *Os Humildes*, p. 217-8.

⁸² Cícero Marques. *De Pastora a Rainha – Memórias*. São Paulo: Rádio Panamericana, 1944, p. 203-4.

⁸³ Edmundo Amaral. *A Grande Cidade*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1950, p. 61.

Branco, num petit hotel com um portão preto. [...] Era um petit hotel muito caiado e com campainha de metal muito areada.”⁸⁴ Ao entrar na habitação vários componentes, como quadros, fotografias, mobiliário, “bibelôs de Saxe”, “pesadas cortinas amarelo oiro”, latidos de cães domésticos, etc., chamaram a atenção desesperada de Alfredo para o refinamento, bom gosto, fartura e riqueza do proprietário.⁸⁵

Alfredo sentou-se então na poltrona ampla e esperou longamente. De dentro vinham ruídos de latidos de cachorro. De repente, a porta branca abriu-se e o Dr. Carlos Alberto apareceu num robe de chambre de seda azul escuro com um cache-col de pintinhas brancas. O acolhimento foi amável e efusivo:

- Bom dia, meu amigo! Há que tempo não nos vemos...

Alfredo levantara-se para cumprimentar o Dr. Carlos que muito amável foi logo dizendo:

- Sente-se, sente-se, meu caro amigo!

Alfredo sentou-se. Mas logo em seguida foi tomado de um acanhamento que o tolhia todo. Só pôde responder a esmo:

- O Dr. Carlos têm ótimos quadros. Muito bonitos!

O Dr. Carlos então pareceu entusiasmado:

- Então já viu este Turner?

Alfredo não conhecia. E o Dr. Carlos Alberto mostrou-lhe a marinha:

- Comprei em Londres, por uma ninharia. Hoje vale uma fortuna. [...]

Houve depois um silêncio em que se ouviu um arranhar na porta:

- É o “Quinzinho”, explicou o Dr. Carlos sorrindo.

Em seguida abriu a porta por onde entrou um cão preto e felpudo que saltou logo para o colo do dono. O Dr. Carlos agradando, dizia baixo para o cachorro:

- Quietinho “Quinzinho”! Tenha modos!

Alfredo sorriu divertido:

- “Quinzinho”? Que nome engraçado”

O Dr. Carlos contou: tinha três cachorros, o “Quinzinho”, o “Correia” e uma cadelinha “Lady”. Mas quase em seguida perguntou:

- Mas a que devo o prazer de sua visita?

Alfredo então muito contrafeito não sabia como começar. Sentia que a conversa e o interesse educado do Dr. Alberto estavam esmorecendo.⁸⁶

Se para muitos, esses animais, além da inegável companhia, eram *usados* publicamente como marca de status e bom gosto, para outros, aqueles que criticavam a riqueza desmesurada dessas camadas sociais, eles eram comparativa e injustamente *acusados* de representar o capital, a espoliação, a injustiça social e econômica. Na linha de fogo, eles eram considerados “coisa”, objeto decorativo, ostentatório, metafórico, ideológico.

A miséria dos ricos

“O que se vê nas feiras-livres” [...]

⁸⁴ Idem, p. 155.

⁸⁵ Idem, p. 156.

⁸⁶ Idem, p. 156-7.

E vai passando adiante com o seu ar de rainha, espalhando perfumes e fazendo frufulejar o seu vestido de seda.

Madama, no firme propósito de saborear uma pitaça de molho pardo, estaciona perto de um vendedor de frangos. O italiano, dono dos galináceos, sorri todo radiante, pensando que vai vender a frangalhada toda.

- Qual é o preço daquele franguinho? – indaga a dama, apontando com o dedo.

Ela diz “franguinho” para desvalorizar o bicho; quando é o contrário, porque o frango apontado é justamente o maior.

- Cinco mil e oitocentos – diz o italiano.

- Se quer três mil-réis, pode pegar.

O mercador, encabulado, pragueja intencionalmente em silêncio por dentro, e arrisca outro preço. Ela, porém, fica firme na sua oferta. Teima: o homem reluta pra ver se consegue mais. Não é possível, apesar do seu modo dócil de tratar a comprante.

E a cheirosa dama, deixando, talvez, um lucrozinho de duzentos réis, acaba levando o frango pelo preço que quis. [...]

Como essa rica senhora, aparecem na feira do largo do Arouche centenares. Todas igualmente mesquinhas, tacanhas e regateadoras. Isto, porém, não admira, porque as mulheres, bem entendido, as ricas só têm o hábito de pagar generosamente um par de meias, uma jóia, um vidro de perfume, quando não dão uma fortuna por um gato Angorá de pêlo morbidamente sedoso, ou um loulou da Pomerânia, cacheadinho, de nariz atrevido.⁸⁷

Simples objetos animados: de riqueza, para a “madame”, e ao mesmo tempo de denúncia, para o escritor! Para ambos, transferência espúria de veleidades e problemas humanos para frágeis espécies “domesticáveis”. “Onde se gasta a mais-valia.” Escreveria Patrícia Galvão em 1933. “Alfredo Rocha lê Marx e fuma um Partagas no apartamento do hotel central. Os pés achinelados machucam a pelúcia das almofadas. Cachorrinhos implicantes. Bonecas. O chic boêmio. Uma criadinha chinesa para servir o casal. A desarrumação.”⁸⁸ Animais de raça, por serem vistos como símbolos de ostentação e riqueza são, ao mesmo tempo, falsamente adorados e injustamente odiados.

Em São Paulo atitudes como essas, com o passar dos anos, se acentuariam cada vez mais e teriam desdobramentos em diversos setores ligados aos animais. Um desses setores eram as leis comentadas no início desse capítulo. Como foi visto a legislação municipal paulista, de certa forma, protegia os cães de raça em detrimento dos “vagabundos”. Os primeiros, até pelo menos

⁸⁷ Sylvio Floreal. *Ronda da Meia Noite. Vícios, misérias e esplendores da cidade de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. (Paulicéia), p. 121-2. Nelson Schapochnik, em nota a esse fragmento, escreveu: “Lulu da Pomerânia é a designação para um membro do grupo dos cães spitz. De porte pequeno, pêlos longos, é um cão de companhia que alcançou destaque maior na Inglaterra por meio da família real. A rainha Charlotte da Alemanha, avó da rainha Vitória, foi que apresentou à sua neta um exemplar que logo foi tomado como símbolo de distinção.” Idem, p. 185, nota 4.

⁸⁸ Patrícia Galvão. *Parque Industrial*. 3. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto; São Paulo: EDUFSCAR, 1994. (Novelas Exemplares), p. 50-1.

1911, não seriam, em hipótese alguma, sacrificados. O valor desses animais, para uma cidade que deveria tornar-se, na visão de alguns, moderna, progressista, higiênica, era muito mais simbólico do que necessariamente monetário.

Os cães, de raça ou não, de qualquer forma tiveram grande importância no sentido de nuançar a rigidez e frieza presente na edificação da cidade moderna. A liberdade e “vagabundagem” que emanava de sua presença e da quantidade incontrolável com a qual surgiam nos mais inusitados espaços e eventos urbanos, quase sempre “invadindo” as lentes da modernidade, melindrava e sensibilizava qualquer etiqueta, programa, projeto ou protocolo modernizador, científico, tecnológico.

Imagem 10 Novos bondes de segunda classe, para operários, 1916.
Guilherme Gaensly / Acervo Instituto Moreira Salles. Código GGB20

Muitos, porém, eram contrários a esse quadro: ordem e progresso X “vagabundagem”. A partir de 1911 iniciava-se novo capítulo na história dos cães da cidade de São Paulo.

Esse cão fotografado em julho de 1916, pelo porte e pelagem, aparenta ser um animal de raça ou mestiço. Nesse período, conforme a legislação municipal, não mais importava essa condição. Como inúmeros outros ele poderia, por lei promulgada alguns meses antes, “contribuir”, de maneira bastante singular, para o “engrandecimento” paulista. Se não servia mais, por sua condição de animal solto e abandonado, para “embelezar” os “jardins” da paulicéia, poderia ser utilizado, se acaso fosse escolhido entre centenas de “voluntários” de sua espécie, para outros modernos projetos paulista.

Um ano antes dessa foto, o Prefeito-historiador Washington Luiz Pereira de Sousa continuava, como seus antecessores, preocupado com a enorme quantidade de cães que viviam soltos pelas ruas da capital, uma cidade que, como nenhum outro, ele queria transformar em símbolo máximo do progresso, da ciência e da tecnologia. Nesse sentido, para resolver de uma vez por todas o incômodo causado pelos cães, promulga a longa e detalhada Lei n. 1882, de 9 de junho de 1915 que regulamentava a “apreensão de animais perigosos ou não, que forem encontrados errantes nas vias públicas e atacados de raiva”⁸⁹.

A lei pode ser dividida em quatro partes. A primeira e terceira tratam respectivamente e exaustivamente de detalhes da matrícula, impostos a serem pagos pelos donos dos animais e procedimentos imediatos para com os cães atacados por raiva. A quarta parte refere-se inicialmente a outros tipos de animais encontrados pelas ruas da cidade e, em breve e rápida menção, escrita no penúltimo Artigo da lei, lembra que “o Prefeito proibirá aos encarregados da execução desta lei o emprego de maus tratos aos animais apreendidos e determinará o processo por que devem ser sacrificados os animais”.⁹⁰ A segunda parte, enfim, aborda especificamente a apreensão de cães.

⁸⁹ SÃO PAULO (SP). *Leis e Átos do Municipio de São Paulo do Ano de 1915*. (Nova edição adaptada à ortografia oficial), São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1934, p. 41-4.

⁹⁰ Idem, p. 44.

Art. 3.º - A Prefeitura manterá um serviço diário de apreensão de cães que forem encontrados vagando nas vias públicas da cidade.

§ 1.º - Os cães apreendidos serão levados ao Depósito Municipal, onde em livro especial, se mencionarão o dia, hora e lugar da apreensão, a raça, o sexo, o pêlo, os sinais característicos e, eventualmente, o número constante da placa mencionada no art. 3.

§ 2.º - Se o animal trouxer a placa, o dono será avisado por escrito, cobrando-se recibo da entrega do aviso.

Art. 4.º Os cães que trouxerem a placa demonstrativa da matrícula, serão conservados no depósito durante 4 dias inteiros; e durante 2 dias inteiros, os que forem encontrados sem placa.

Parágrafo único. – No cálculo dos dias, a que alude este artigo se contará o dia da apreensão.⁹¹

A grande novidade oficializada pelo futuro presidente do Brasil ficou reservada para o breve, quase oculto em meio a tantas normas e obrigação, Artigo 5.º, que dizia respeito à pequena parcela de animais que seriam poupados do sacrifício.

Art. 5.º - Findo, sem reclamação alguma, o prazo estabelecido no artigo anterior os animais serão sacrificados ou cedidos a estabelecimentos científicos para pesquisas."

Estava instituído, de forma oficial, por lei, o fornecimento regular de cobaias vivas para os laboratórios e institutos de pesquisa que se instalavam na cidade. Consultando a coleção de leis do município de São Paulo descobre-se indícios de que tal prática, uso de animais apreendidos para experimentos científicos, já existia pelo menos desde 1895. Porém, não era oficializado pela Prefeitura.

Como dissemos anteriormente, ao tratarmos das bolas envenenadas, naquele ano de 1895 o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Pedro Vicente de Azevedo, promulgou uma detalhada lei que proibia os "abusos e maus tratos contra os animais em geral".⁹² Falamos, naquele momento, que havia um certo mistério envolvendo os dois parágrafos no qual estipulava-se a suspensão imediata do uso das bolas envenenadas e as multas e punições aos infratores da lei.⁹³ Esses parágrafos estão, sem qualquer tipo de explicação, ligados ao Artigo 6.º da Lei de proteção aos animais, ou seja, tem-se a impressão que parte da questão não foi mencionada, parecendo que partes na lei foram suprimidas. Na íntegra, o estranho fragmento foi assim publicado:

⁹¹ Idem, p. 41-2.

⁹² SÃO PAULO (SP). *Leis, Resoluções e Actos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1894 a 1895*, p. 184-7.

⁹³ Idem, p. 186.

Art. 6.º - Aos animais destinados às experiências científicas de viviseção e outras, serão aplicados anestésicos e mais meios apropriados em ordem e minorar-lhe quanto possível, os sofrimentos.

§ Os cães vagabundos e sem dono serão recolhidos ao depósito e ali sujeitos à morte instantânea, ficando abolido o processo bárbaro e repugnante do emprego de bolas envenenadas até aqui em uso.

§ 2.º - Os contraventores incorrerão nas penas estipuladas no art. 3. § único – os infratores incorrerão nas penas de 30\$000 de multa ou 3 dias de prisão, e nos casos de reincidência 50\$000 de multa ou 8 dias de prisão.⁹⁴

Presume-se que em 1895 e nos anos próximos que o antecederam já se praticavam na cidade, institucionalmente ou não, “experiências científicas de viviseção e outras”. É importante observar que data de 1895, a mesma data da lei, a fundação do Museu Paulista tendo como seu primeiro diretor o médico e zoólogo Hermann von Ihering. No ano anterior, 1894, havia sido fundada a Escola Politécnica, que oferecia, entre outros, o curso de Engenheiro Agrônomo com várias disciplinas relacionadas à criação animal. Muito provavelmente as primeiras cobaias usadas nos laboratórios dessas instituições vinham das ruas de São Paulo, seja pelas mãos da municipalidade, mesmo não existindo legislação para isso, seja por “caçadores” arregimentados pelos novos cientistas. Vinte anos mais tarde, Washington Luis “moralizou”, oficializou e regulamentou a prática.

Se acompanharmos, por exemplo, os dados estatísticos sobre apreensões de cães existentes nos Relatórios de Prefeitos do período percebe-se que, a partir do início da prefeitura de Washington Luis, novo dado é acrescentado. Em 1914, no item “Depósito Municipal” consta que os fiscais da prefeitura haviam recolhido das ruas da capital 1.097 animais, 513 veículos e 1.251 volumes. A população de cães era tão grande que, nas estatísticas, esses vinham, desde muitos anos, citados separadamente. Nesse ano, sob a regência de Washington Luis, foram apreendidos 5.643 cães, dos quais, apenas 842 foram retirados pelos seus donos após o pagamento das matrículas, sendo que o restante, 4.801, foram sacrificados.⁹⁵ Nas tabelas de 1916 encontram-se os seguintes dados: cães apreendidos: 7.264; sacrificados: 6.708; matriculados: 0; retirados: 556; para

⁹⁴ Idem, p. 186.

⁹⁵ SÃO PAULO (SP). *Relatório de 1914 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa*. São Paulo: Casa Vanorden, 1915, p. 116.

estudos: 0.⁹⁶ Essas estatísticas começam a mudar em 1917, conforme pode-se perceber na tabela a seguir.⁹⁷

Relatorio do Deposito Municipal				
Mappa do movimento de cães no Deposito Municipal, durante o anno de 1917				
MEZES	Apprehendidos	Sacrificados	Retirados	Fora estudo
Janerio	570	505	18	40
Fevereiro	585	534	—	—
Março	610	610	97	36
Abril	610	640	32	22
Maior	718	674	12	14
Junho	721	622	12	52
Julho	528	430	9	12
Agosto	574	501	63	29
Setembro	522	494	11	17
Outubro	606	590	—	31
Novembro	550	591	—	20
Dezembro	600	520	8	42
Total	7.421	6.890	190	315
RESUMO				
Cães apprehendidos	7.421			
— sacrificados	6.890			
— retirados	190			
— fora estudo	315			
— em deposito	42			

Imagem 11 Tabela. SÃO PAULO (SP).
Relatório de 1917 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo
pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa.
São Paulo: Casa Vanorden, 1918, s.p.

⁹⁶ SÃO PAULO (SP). Relatório de 1916 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1917, p. 293.

⁹⁷ SÃO PAULO (SP). Relatório de 1917 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.

Apesar de representar apenas 4,24 % do total de cães apreendidos, é importante observar que em certos meses, como junho de 1917, por exemplo, 52 cães foram enviados para os laboratórios de pesquisa científica. Essa quantidade é considerável quando se leva em conta o reduzido número de laboratórios de pesquisa estabelecidos na cidade, pois, a Escola Politécnica data de 1894; o Museu Paulista de 1895; o Instituto Butantan de 1899; a Faculdade de Medicina de 1912; o Instituto de Engenharia de 1917; o Laboratório de Higiene e, depois, Escola de Higiene e Saúde Pública de 1918; o Instituto de Veterinária de 1919; o Instituto Biológico de 1927; o Parque da Água Branca de 1929; o Instituto de Psicologia e o Departamento de Zoologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de 1934. Outro fator que também não pode ser esquecido é que essas quantidades representam apenas o número oficial anunciado pelas estatísticas governamentais.

“Servir” à ciência foi uma forma de “dignificar” os cães “vagabundos” e amenizar um problema que desde muitos anos onerava os cofres públicos; desafiava prefeitos, vereadores e fiscais; burlava leis, atos e posturas; desmoralizava representantes da elite e principalmente maculava o esplendor e progresso da “cidade do futuro”.⁹⁸ Aliando à ciência formas mais eficazes e técnicas de sacrifício em massa, Washington Luis achava ter encontrado a solução, há muito tempo almejada pela municipalidade, de eliminar os cães das ruas da cidade. Para se ter apenas uma idéia aproximada da “eficiência” do novo

⁹⁸ Em tom irônico, mas nem por isso, talvez, menos sincero, escreveu Jorge Americano sobre os cães da cidade em 1962:

“CARROCINHAS DE CACHORROS.

Pensei que não havia mais, porém há tempos ainda vi uma.

Cachorros de comportamento execrável, que costumam latir a agredir sem motivo, viravam da esquina de onde vinha o perigo e pretendiam fazer amizade de última hora com a gente que passava.

A explicação, eu tive ao chegar à esquina. Homens perseguiam-nos com grandes laços, no que eram atrapalhados propositadamente pelos moleques da rua.

Enquanto isso, da carrocinha parada saíam uivos desesperados de cães de todas as idades, temperamentos, tamanhos, qualidades de focinhos e de orelhas, cores, e espessuras de pêlos, maltratados, com falhas que exibiam o curo pelado. Eles, que sempre viveram inúteis, à cata de um osso nas latas de lixo, sem terem onde cair mortos, desesperavam-se diante da perspectiva honrosa de morte digna, que os transformaria em sabão de lavar roupa!” Jorge Americano. *São Paulo Atual (1935-1962)*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d., p. 141.

prefeito, em três anos, 1916, 1917 e 1918, foram apreendidos 25.811 cães, sacrificados 22.563 e usados em pesquisas 535.

Mesmo dispondo de melhores mecanismos de apreensão, controle e sacrifício, a municipalidade continuou, por anos a fio, na sua incessante e interminável luta contra o crescimento da população canina de São Paulo. Parte da população, por sua vez, sempre encontrou meios de burlar esses mecanismos oficializadores e dar oportunidades para que muitos desses cães, “vagabundos” por natureza e instinto, continuassem a perambular pelas ruas da cidade.

Encontram-se, na literatura, nas crônicas e memórias, relatos candentes de sensibilidade na luta em defesa e proteção de animais abandonados e feridos, perseguidos e maltratados por fiscais, crianças ou outros moradores da cidade. “Pelo nosso enorme portão, aberto de par em par, entravam, procurando guarida, cães abandonados ou escorraçados por moleques da rua. Penalizada, mamãe recolhia e tratava quantos aparecessem por lá.” Assim iniciam-se os envolventes relatos de Zélia Gattai sobre o cão da família, Flox.⁹⁹

Flox apareceu um dia, fugindo das pedradas de um bando de meninos. Machucado, atingido numa das patas traseiras, sangrando, corria com dificuldade, sustentado por três pernas apenas. Encontrou o providencial portão aberto, entrou, escondeu-se debaixo de um automóvel estacionado na garagem. Morta de pena, como sempre, mamãe o acolheu; conquistou a confiança do animal assustado, oferecendo-lhe água fresca, falando-lhe com carinho. [...]

Tratado com todo o carinho, adotado, Flox tornou-se o nosso melhor e mais fiel amigo; em nossa companhia, viveu cerca de oito anos, eficiente guardião das crianças, sempre atento, a defendê-las se fosse preciso. Seu único e grande defeito era gostar de rua.¹⁰⁰

Flox, como a maior parte dos cães, seguia a família, que morava na antiga Alameda Santos, a vários e distantes lugares da cidade. Correndo atrás dos bondes e automóveis não era raro encontrá-lo, sem fôlego, parado no portão do Jardim da Luz, local que, conforme a memorialista, a prefeitura proibia a entrada de animais domésticos.

Situação tragicômica: os passageiros do bonde, rindo às gargalhadas dos gritos em coro e da esperteza do cão, enquanto mamãe, agoniada, temia o animal fosse atropelado. E assim seguimos até nosso destino: mamãe aflita, os passageiros divertindo-se, o animal atrás, arfante, com um palmo de língua pendurada de fora.

Quando finalmente desembarcamos, Flox aproximou-se, cauda abanando. No portão do Jardim da Luz um letreiro proibia a entrada de cães.¹⁰¹

⁹⁹ Zélia Gattai. *Anarquistas, Graças a Deus*, p. 69.

¹⁰⁰ Idem, p. 69-70.

¹⁰¹ Idem, p. 70.

O retorno para a casa era no bonde “caradura”, único veículo na década de 1910 que transportava, além de animais domésticos, objetos, pequenas cargas e pobres operários.¹⁰² Por ser uma região muito próxima à Avenida Paulista, cartão postal da cidade e zona residencial da elite paulistana, a vizinha Alameda Santos era constantemente vigiada por fiscais e funcionários da Prefeitura. “Ao chegar alguém ao portão avisando que o cachorro havia ‘embarcado’ novamente, a casa vinha abaixo! A choradeira da meninada querendo o cão de volta punha mamãe doida, atarantada, impotente, sem encontrar um meio de ensinar ‘aquele besta’ a não sair de casa ou, pelo menos, a fugir dos malvados.”¹⁰³

Muitos moradores de São Paulo, principalmente donos informais de cães, gatos e outros animais domésticos, tinham verdadeiro asco à “carrocinha de cães”. “Eu detestava os ‘homens da carrocinha’ [...]. Quando os via acuando um cão – dois e três homens, armados de laços, contra pobre e indefeso animal – sentia ódio dos covardes. Muitas vezes agarrava-me ao bichinho, sem jamais tê-lo visto antes, para evitar que fosse laçado.”¹⁰⁴ Como Zélia Gattai, existiam pessoas que faziam de tudo para dificultar as atividades desses funcionários públicos, pelas ruas da cidade.

Uma vez, enquanto os laçadores, distraídos no afã de alcançar sua presa, correndo em disparada, distanciaram-se deixando a carrocinha repleta e desprotegida, Tito, um amigo e eu aproveitamos a ocasião para, num abrir e fechar de olhos, abrir a porta da jaula, soltando os cães que nos acompanharam em desabalada carreira. Temendo ser perseguida, olhei para trás e divisei um cãozinho, todo aparvalhado, sem saber que rumo tomar, onde meter-se. Voltei rapidamente e agarrei-o a tempo de impedir que fosse laçado novamente pelos homens encolerizados. Esbravejando, eles avançavam em minha direção, dispostos a arrebatar-me o animal:

- Este cachorro é meu! – gritei, chorando, o animalzinho apertado contra o peito. – Ninguém leva o meu cachorro!

As pessoas paradas em torno da disputa tomavam minha defesa, não escondendo sua animosidade contra os “inimigos”, que não tiveram outra alternativa senão desistir. Eu já era sua conhecida de aventuras passadas e por isso me detestavam. Se pudessem me laçavam também, como aos cães.¹⁰⁵

No cotidiano da cidade em transformação sempre existiram camadas da população mais sensíveis no cuidado com os animais e não deixavam de representar espécie eficaz de “resistência” aos projetos modernizantes e autoritários de “limpeza” da cidade. Por seus animais de estimação, aqueles que

¹⁰² Idem, p. 71.

¹⁰³ Idem, ibidem.

¹⁰⁴ Idem, ibidem.

¹⁰⁵ Idem, p. 71-2.

financeiramente podiam, pagavam multas, matrículas e faziam longas caminhadas para reaver seus cães das garras da Prefeitura. Quando Flox não conseguia se safar da “carrocinha” era levado, com outros cães, para um depósito localizado na Ponte Pequena, nas proximidades do Clube Regatas Tietê. Quando não havia, na linha de bondes, o “caradura”, não restava outra opção a não ser levar o cão, pela coleira, do depósito municipal até os locais de residência. Taxistas, por sua vez, preocupados em manter a limpeza interna do automóvel, também não transportavam animais. “Chegávamos em casa exaustas, mas pelos seus cães mamãe enfrentava tudo, modificava até sua maneira de ser – normalmente cordial e cerimoniosa”¹⁰⁶. Porém, em uma cidade em ritmo acelerado de transformações as contingências de um cotidiano em descontrolada ebulição muitas vezes extrapolavam os limites, condicionalidades e capacidades humanas.

- Moça – era um homem avisando –, seu cachorro foi atropelado...

Sáímos todos correndo. Lá estava Flox estendido no meio da rua, ensangüentado, morto. Um carro passara sobre sua cabeça quando procurava fugir dos laçadores da carrocinha de cachorro. [...]

Em torno, juntavam-se curiosos. Alguns paravam rapidamente, olhavam e seguiam seu caminho, na maior indiferença, nada demais havia acontecido... Eu chorava, consumida de tristeza, quando ouvi o comentário de um homem apressado: “... não foi nada, não! É um vira-lata que morreu atropelado...”¹⁰⁷

O couro e o aço. Para a construção da São Paulo moderna, vidas efêmeras, frágeis e fugidias como a de Flox, mostravam-se um tanto quanto inconciliáveis, indesejáveis. Resultados sombrios da união entre “planejamento urbano” e tecnologia. No entanto, na história dos animais da cidade de São Paulo, sempre houve formas de nuançar e, para alguns, macular a avassaladora marcha da “cidade que mais cresce no mundo”.

O animalzinho [uma cadelinha de raça maltesa] fora encontrado vagando pelas ruas, sem rumo certo, uma orelha enorme inflamada, contrastando com seu corpo pequeno. A ferida aberta purgava.

Dado seu tamanho, a princípio pensamos tratar-se de um filhote. Como de hábito, mamãe se encheu de pena e a recolheu: “Gente sem coração, abandonar na rua um bicho nesse estado!...” Cadelinha linda, de pêlos lisos e sedosos, bege quase rosa, parecia de brinquedo. Depois de examinar bem a ferida, dona Angelina deliberou: “vou salvar essa pobrezinha.”¹⁰⁸

¹⁰⁶ Idem, p. 73.

¹⁰⁷ Idem, p. 139-40.

¹⁰⁸ Idem, p. 140.

Machucado, separado do amigo, Quincas Borba vai então deitar-se a um canto, e fica ali muito tempo, calado; agita-se um pouco, até que acha posição definitiva, e cerra os olhos. Não dorme, recolhe as idéias, combina, relembra; a figura vaga do finado amigo passa-lhe acaso ao longe, muito ao longe, aos pedaços, depois mistura-se à do amigo atual, e parecem ambas uma só pessoa; depois outras idéias...

Mas já são muitas idéias, – são idéias demais; em todo caso são idéias de cachorro, poeira de idéias, – menos ainda que poeira, explicará o leitor. Mas a verdade é que este olho que se abre de quando em quando para fixar o espaço, tão expressivamente, parece traduzir alguma coisa, que brilha lá dentro, lá muito ao fundo de outra coisa que não sei como diga, para exprimir uma arte canina que não é a cauda nem as orelhas. Pobre língua humana!

Afinal adormece. Então as imagens da vida brincam nele, em sonho, vagas, recentes, farrapo daqui remendo dali. Quando acorda, esqueceu o mal; tem em si uma expressão, que não digo seja melancolia, para não agravar o leitor. Diz-se de uma paisagem que é melancólica, mas não se diz igual coisa de um cão. A razão não pode ser outra senão que a melancolia da paisagem está em nós mesmos, enquanto que atribuí-la ao cão é deixá-la fora de nós. Seja o que for, é alguma coisa que não a alegria de há pouco; mas venha um assobio do cozinheiro, ou um gesto do senhor, e lá vai tudo embora, os olhos brilham, o prazer arregala-lhe o focinho, e as pernas voam que parecem asas.

Machado de Assis. *Quincas Borba*, p. 662-3.

**Imagem 12 Mulher com criança no colo, c. 1910.
Vincenzo Pastore / Acervo Instituto Moreira Salles. Código: 004VP021-27**

Cabrião, op. cit., p. 88.

1.3 – A Guerra dos Paulistas

Estamos em presença de um elemento de resposta à questão levantada a partir de modelos ecológicos, a do limite à complexidade. O cálculo mostra que, quanto mais complexo é um sistema, maiores são as possibilidades de, em qualquer caso, certas flutuações serem perigosas. Houve quem perguntasse como é possível que conjuntos da complexidade das organizações ecológicas ou humanas possam manter-se e como escapam eles ao caos permanente. É provável que nos sistemas muito complexos, em que as espécies ou os indivíduos interagem de maneira muito diversificada, a difusão, a comunicação entre todos os pontos do sistema seja igualmente muito rápida. Nesse caso, o limiar de nucleação muito elevado das flutuações perigosas assegura uma certa estabilidade ao sistema. Assim, a rapidez da comunicação é que determinaria a complexidade máxima que a organização de um sistema pode atingir sem se tornar demasiado instável.

Ilya Prigogine e Isabelle Stengers. *A Nova Aliança*, p. 132.

MEDIDA URGENTE – A pedido de alguns cidadãos, e em atenção ao interesse de todos lembramos à municipalidade o seguinte alvitre: a decretação de um prêmio de 10\$000 rs. aos Fiscais por todo o formigueiro que descobrirem no município.¹

Ou São Paulo acaba com a saúva, ou a saúva... Parodiando frase atribuída a Saint-Hilaire, talvez pudesse ser este um dos principais lemas dos administradores paulistas em suas batalhas para governar a cidade e, dos moradores, como no caso dos redatores do *Cabrião*, em suas batalhas para nela viver.

Considerada, por muitos, uma das piores pragas em florestas, plantações e cidades, as saúvas em particular, e as formigas em geral, podem ser colocadas, ao lado dos cães, como uma das espécies de animais que foram ao mesmo tempo as mais controladas e aquelas a que mais fugiram do domínio público.² Sob a “moderna” cidade de São Paulo, constantemente ameaçando ruir seus frágeis alicerces, existia uma poderosa, complexa, frágil e porosa “cidade” subterrânea.³ “Que gente incansavelmente ativa é essa, como é aborrecida sua aplicação ao trabalho!”⁴

Odair Rodrigues Alves, além de jornalista, bacharel e licenciado em história, editor de educação no Diário Popular também era, até 1986 pelo menos, redator na Assessoria de Imprensa do Governo do Estado de São Paulo. Esses dados biográficos são importantes para perceber tanto a formação de Alves, como sua atuação e principalmente as intenções que estão por trás de uma de suas principais obras. Em seu livro *Os Homens que Governaram São Paulo*, publicado em 1986 através de uma parceria entre uma editora comercial, a Nobel, e uma pública, a Editora da Universidade de São Paulo, faz um apanhado dos principais feitos, na sua opinião, de todos os governantes paulistas, partindo do Capitão-

¹ *Cabrião – Semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867*. Introdução de Décio Freire dos Santos. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 2000. Edição Fac-similar, p. 3, n. 1.

² Sobre a destruição causada por formigas na Mata Atlântica brasileira, Cf. Warren Dean. *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 45 e 124-7.

³ Houaiss, em suas pesquisa filológicas sugere que no final do século XIX, mais precisamente em 1899, a palavra cidade tinha um uso informal e regionalista, relacionada à entomologia, que tinha por significado “formigueiro grande constituído de muitas panelas”. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0.

⁴ Franz Kafka, *Um Artista da Fome / A Construção*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Obras Completas de Franz Kafka, v. 4), p. 87.

General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1709, e chegando até Orestes Quércia e Néfi Tales.⁵ Seria o livro produto de seu trabalho como redator no Governo do Estado? É bem provável. Lendo as pequenas biografias dos inúmeros homens que governaram São Paulo sobressai pungente o grande heroísmo paulista, desperta incontinente o “bravo espírito bandeirante”.

Um dos governantes citados por Alves é D. Bernardo José Maria de Lorena e Silveira. Por volta de 1788, época em que era capitão-general de São Paulo, entre outras grandes medidas mencionadas pelo autor, Lorena e Silveira “foi o primeiro governante que decidiu enfrentar a sério o flagelo da saúva, [...]”. Nesse passado um tanto quanto distante, analisa Alves, “o inseto era tão voraz que comia mais pastos do que toda a pecuária”. “Brotando” do solo como cogumelos depois da chuva, os insetos eram tantos e incomodavam de tal maneira, que até grandes autoridades do período não passaram impunes à vigilância e controle impostos pelo capitão-general. Verificar-se-á que com o passar dos anos o combate às formigas na capital paulista transformou-se numa espécie *sui generis* de guerra. Foi esse o processo na qual se viu envolvido o padre Manoel Duarte do Rego. Denunciado sobre a existência de um enorme formigueiro em seu quintal ele foi intimado a destruí-lo no prazo máximo e improrrogável de oito dias. Alves não menciona as penalidades ou multas impostas caso a regra não fosse cumprida. Porém, a população desses insetos desenvolvia-se com tal volume e rapidez que não só os clérigos tinham por dever extinguir e combater esses animais, a obrigatoriedade, instituída por Lorena e Silveira, atingia todos os moradores de São Paulo. Entre 1788 e 1797, período de seu governo em São Paulo, os habitantes da cidade eram coagidos a extinguirem imediatamente todos formigueiros que aparecessem “dentro de seus muros e valados”⁶. Presume-se que a partir desse final do século XVIII os formigueiros e seus milhões de habitantes tenham de fato entrado oficialmente nos assuntos da pauta governamental e abalado constantemente suas estruturas. A temporada de combate estava aberta, sem data muito precisa para encerrar.

⁵ Odair Rodrigues Alves. *Os Homens que Governaram São Paulo*. São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

⁶ Idem, p. 33.

Em 1830 São Paulo era pois quase uma “formosa sem dote”, como a chamou Freire de Andrade, devendo sua formosura somente à notável beleza de sua situação, e de seu horizonte visual. Circundada de campos estéreis, inçados de saúva, apenas matizados de capões e restingas, a lavoura circunvizinha, limitada à cultura de mandioca e de poucos cereais não lhe oferecia elementos de riqueza, dando-se o mesmo quanto à indústria pastoril.⁷

A partir da segunda metade do século XIX o assunto começa a tomar um vulto maior nas decisões da Câmara Municipal. Em 1870, por exemplo, existia no Orçamento Municipal uma verba anual específica de 500\$000 destinada exclusivamente à “Extinção de formigueiros e animais daninhos.”⁸ Na lei não se mencionava que espécies estariam incluídas nesses animais daninhos, porém, por outro lado, pode-se presumir que eram as formigas aquelas que mais incomodavam. Esse item das despesas orçamentárias municipais foi religiosamente repetido por anos a fio e as verbas destinadas para a extinção de formigueiros e animais daninhos foi exaustivamente aplicada: 1879, 200\$000; 1881, 1:000\$000; 1882, 1:000\$000, etc.⁹

Além de altas verbas orçamentárias, medidas mais enérgicas tiveram que ser tomadas e, nos primeiros anos da década de 1870, momento no qual a cidade iniciava um processo mais acentuado de urbanização e crescimento, os formigueiros e suas formigas receberam certo destaque na construção da cidade que se modernizava. Criou-se um verdadeiro corpo legislativo para combater o problema.

Em 1873 o Presidente da Província de São Paulo João Theodoro Xavier decretou a Resolução N.º 93 na qual lançava as bases e grande parte do conteúdo do Código de Posturas da Cidade de São Paulo que seria oficialmente

⁷ Francisco de Assis Vieira Bueno. *A Cidade de São Paulo – Recordações Evocadas da Memória – Notícias Históricas*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976. (Coleção Biblioteca Academia Paulista de Letras, 2), p. 15.

⁸ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1870*. São Paulo: Typographia Americana, 1870, p. 283.

⁹ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1879*. São Paulo: Typ. da Tribuna Liberal, 1879, p. 56. SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1881*. São Paulo: Typ. da Tribuna Liberal, 1881, p. 10. SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1882*. São Paulo: Typ. do Diário da Manhã, 1882, p. 42.

instituído em 1875.¹⁰ No Título III, “Da Polícia Administrativa”, após uma série de outros artigos que tratam especificamente de animais na cidade, João Theodoro reservara às formigas os seguintes espaços:

Art. 60. É proibido a conservação de formigas saúvas nas ruas e terrenos públicos e particulares. A Câmara é obrigada a extingui-las na sua parte, e os particulares, em seus terrenos e quintais, no prazo assinado pelo Fiscal, nunca excedente há dois meses, estando os formigueiros em terrenos cultivados, e ao de seis meses, estando em terrenos incultos. O infrator será obrigado a pagar a multa de 10\$000, e os formigueiros serão tirados pelos Fiscal, à custa do proprietário ou do inquilino, salvo o direito deste haver daqueles as despesas feitas.

O conteúdo legislativo aprovado por João Theodoro em 1873 se comparado àquele instituído pelo Código de Posturas publicado em 31 de maio 1875 passou por sutis e estratégicas alterações em sua redação e portanto nas normas que prescrevia. No que se refere ao controle às formigas o Vice-presidente da Província Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade aprovou uma postura que talvez João Theodoro, afastado a poucos meses do governo, não concordasse. Gonçalves de Andrade inicia o primeiro artigo no qual trata das saúvas com as seguintes prescrições: “Art. 70. Todos os proprietários ou inquilinos de casas, chácaras, sítios ou terrenos da Cidade e suas povoações até à distância de 1 quilômetro, são obrigados a extinguir as saúvas em suas ditas propriedades, dentro do prazo que for assinado pela Câmara, que não poderá exceder dois meses, em terrenos cultivados e suas proximidades, e de seis meses em terrenos incultos e distantes do lugar da plantação”.¹¹ Na redação de Gonçalves de Andrade desapareceram as obrigações delegadas à Câmara dois anos antes. João Theodoro havia iniciado o tratamento do combate às formigas dizendo: “É proibido a conservação de formigas saúvas nas ruas e terrenos públicos e particulares. A Câmara é obrigada a extingui-las na sua parte, e os particulares, em seus terrenos e quintais”.¹² Coerente com seus ideais administrativos, cujas propostas e medidas eram pautadas por uma preocupação maior com justiça,

¹⁰ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 165-80.

¹¹ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1875*. São Paulo: Typographia Americana, 1875, p. 127-8.

¹² SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1873*, p. 170.

João Theodoro, governando uma província que começava a entrar em um grande processo de transformação, sentida principalmente em cidades como São Paulo, procurava agir de forma exemplar. Em sua concepção o governo deveria ser o primeiro a demonstrar, de forma eficaz, quais eram os seus deveres, o que deveria ser feito pelo poder público para o bem da cidade e de toda a população. Muito provavelmente os membros da Câmara em 1875 não concordavam inteiramente com as visões de João Theodoro sobre suas responsabilidades. Em 1875 a única menção ao que caberia à Câmara está presente no parágrafo único do Artigo 72: “Todas as vezes que o Fiscal tiver de, por parte da Câmara fazer a extinção das formigas nas ruas, pátios, largos e terrenos públicos, procurará combinar com o proprietário ou inquilino da propriedade, onde esteja o principal formigueiro, afim de, simultaneamente, empregarem os meios necessários para sua completa extinção”.¹³ Assim, as obrigações da Câmara diluíam-se nessa proposta de combinação entre as partes e trabalho simultâneo.

Essas pequenas alterações existentes nas escritas das Resoluções de 1873 e de 1875 apesar de aparentemente insignificantes para a vida na cidade são profundamente importantes para se compreender, pode-se dizer, o retrocesso ocorrido nas formas de sociabilidade, urbanidade e civilidade, por um lado, e por outro, as atitudes do homem frente aos animais e à natureza em geral. Em 1873, João Theodoro promulgou:

Art. 61. Sempre que o Fiscal suspeitar a existência de formigueiros em terrenos ou quintais particulares que estejam fechados, pedirá ao proprietário ou inquilino licença para verificá-los, e quando lhe seja negada, requisitará ordem legal para esse fim; e verificada a existência de formigueiro, será o infrator multado em 30\$000 e lhe será marcado um prazo razoável para extingui-lo; sendo na reincidência multado no duplo.

Art. 62. Todo aquele que for prejudicado pelo dano das formigas e souber de onde vêm os formigueiros, deverá participar ao Fiscal, para que este providencie como lhe compete.¹⁴

Em 1875, seu substituto, Gonçalves de Andrade, decretou:

Art. 71. Sempre que o fiscal tiver notícia de algum formigueiro em terreno particular, se entenderá com o proprietário para verificar e preveni-lo da obrigação imposta pelo artigo antecedente.

¹³ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1875*, p. 128.

¹⁴ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1873*, p. 170.

Verificada a existência do formigueiro, quer pelo exame que se fizer, se este for permitido, quer pelo testemunho de dois vizinhos, ficará o proprietário obrigado a extingui-lo dentro de segundo prazo que lhe for concedido na forma do Art. 70, § único.¹⁵

É perceptível e inquietante como, em dois anos, o discurso e a prática administrativa da cidade de São Paulo sofreram alterações. Calcado no incentivo à delação, que lembram práticas “inquisitoriais”, tinha início o grande projeto de modernização da cidade. Há grandes diferenças entre, por um lado, “suspeitar”, pedir “licença”, “requisitar”, “participar” e conceder “um prazo razoável” e, de outro, ter “notícia”, prevenir, “obrigação imposta”, “testemunhos” de vizinhos e prazos definidos. Os fiscais tiveram suas ações, atitudes e responsabilidades modificadas.

As normas referentes ao controle de formigas estabelecidas pelo Código de Posturas de 1875, repetidas no Código de 1886, vigoraram pelo menos até 1892. Neste ano, foi promulgada a Lei n. 9 que, em mais de 200 artigos, estabelecia o “Regimento interno da Câmara Municipal do Estado de São Paulo”. No Título III, Capítulo II foram estabelecidas as competências da Intendência de Polícia e Justiça. Entre outras atribuições, como promover exposições de “plantas e animais de qualidade superior para melhorar as raças”; zelar dos “jardins botânicos e zoológicos”; “fiscalizar as matas e florestas, regulando o seu corte; a caça, a pesca, a conservação de águas, rios, pedreiras, barreiros, e áreas para uso comum da população”, caberia-lhe também “tratar da extinção de formigas, cães e outros animais daninhos”¹⁶. Como acontecera com os cães, as formigas também se transformaram em caso de polícia e justiça. Porém, essas duas forças unidas não conseguiram debelar o problema e, doze anos mais tarde, na prefeitura de Antonio da Silva Prado, para “cuidar” do inseto promulgou-se uma lei específica sobre a extinção de formigas e expediu-se um regulamento detalhado para normatizar os futuros trabalhos.

A Lei n. 784, de 26 de outubro de 1904, autorizava o Prefeito a “regulamentar o serviço de extinção de formigueiros, estabelecendo as taxas

¹⁵ SÃO PAULO (SP). *Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1875*, p. 128.

¹⁶ SÃO PAULO (SP). *Leis e Resoluções da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893*. São Paulo: Typographia a vapor Pauperio & Comp., 1897, p. 59.

sobre cada extinção por conta da Câmara ou do proprietário do terreno, modificando para isso as disposições vigentes sobre a matéria, *ad referendum* da Câmara”. Esta lei também autorizava Antonio da Silva Prado “a contratar a execução do referido serviço com quem mais vantagens oferecer, e pela forma que julgar mais conveniente”.¹⁷

Pela seriedade com que essas medidas legislativas foram tomadas é possível compreender o grau do problema. Apesar do constante extermínio levado à frente pelos poderes públicos municipais, vários fatores podem ter contribuído para, ao invés de diminuir, aumentar ainda mais a proliferação de insetos, entre eles as formigas: internamente, a capital do início do século XX era ainda uma cidade com inúmeros pontos com características rurais, apresentando casas com enormes quintais de terra e jardins, chácaras e sítios; externamente, não muito distante da zona central, grandes áreas cobertas de matas e bosques circundavam a região urbana; o crescimento da cidade e de sua população conseqüentemente ocasionou o aumento da produção de resíduos. Se compararmos os artigos e parágrafos das normas sobre a destruição de formigueiros estabelecidas nos Códigos de Posturas de 1875 e 1886 e no Regulamento expedido pelo Prefeito Antonio da Silva Prado percebe-se uma certa semelhança. Contudo, há entre essas leis duas diferenças significativas que demonstram a preocupação do governo em eliminar mais esse elemento da cultura rural e colonial da “progressista” cidade, a tentativa de coibir o aumento incontrolável desses insetos no meio urbano e, por fim, uma nova estratégia para alcançar esses objetivos. Essa estratégia diz respeito à forma de encarar o problema. Nos dois Códigos de Posturas falava-se em “extinguir as formigas saúvas” enquanto que, no Regulamento do Conselheiro Antonio Prado, procura-se atingir a fonte geradora do “mal”, ou seja, fala em “extinguir os formigueiros”. A outra diferença não é menos importante. Para atingir seus fins a prefeitura diminuiu drasticamente o tempo dado para que os formigueiros, após descobertos, fossem destruídos. Em 1875 e 1886 dava-se dois meses para acabar com as saúvas que se encontrassem em terrenos cultivados e suas proximidades e, para

¹⁷ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1904*. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia, 1905, p. 60-1.

os terrenos incultos e distantes de locais de plantação, o prazo estendia-se para seis meses. Com Antonio Prado a mudança da ação foi radical.

Regulamento

Art. 1.º - Todos os proprietários, arrendatários ou inquilinos de casas, chácaras, sítios ou terrenos da cidade e suas povoações, até à distância de 1 quilômetro da cultura mais próxima, são obrigados a extinguir os formigueiros que existirem em tais propriedades.

Art. 2.º - Para esse fim, serão intimados por escrito, dado-se-lhes o prazo de 24 horas para o início do serviço e o de 48 horas para a sua conclusão.

§ único. – Esses prazos poderão ser maiores, a juízo do Prefeito, conforme a situação do terreno e a quantidade dos formigueiros.

Art. 3.º - Se, findo os prazos determinados no art. antecedente, não estiver começado ou terminado o serviço, a fiscalização imporá a multa de 10\$000 e do dobro na reincidência, recebendo a respectiva importância, ou lavrando o auto da infração cometida.

Art. 4.º - As intimações dos ausentes serão feitas aos seus procuradores, ou prepostos, com o prazo de cinco dias, por edital publicado na imprensa, dado-se-lhes da mesma forma conhecimento das penas impostas.

Art. 5.º - Se, depois de aplicadas as multas, não forem cumpridas as intimações feitas, será o serviço de extinção dos formigueiros executado pela Câmara, que cobrará do responsável a quantia que depender e mais o acréscimo de 20 % pelo trabalho de fiscalização e cobrança.

§ único. – O preço da extinção de cada formigueiro será o que for estabelecido no contrato que se fizer com o encarregado do serviço.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.¹⁸

Por volta de dezesseis anos esse Regulamento vigorou sem modificações. Porém, muitas mudanças ocorreram nas estruturas administrativas às quais ficou atrelada a fiscalização dos formigueiros. Em 1910 é restabelecido o “Posto Fiscal” com base numa legislação de 1899 e, a este posto, estavam ligados os “guardas-fiscais” que, entre inúmeras outras atribuições, tinham que fazer a “intimação para a extinção de formigueiros e capinzais” que continuavam a ruralizar a cidade.¹⁹, Contudo, as formigas, nesse período, ainda tomavam conta de São Paulo incomodando, de forma até inusitada, seus moradores. “Os candidatos a entrada franca [em um circo, no Belenzinho] colaboravam também com o empresário, de outras formas, distribuído programas de casa em casa ou carregando a tabuleta, postando-as nas esquinas até a hora da função. Muitos deles, porém, jogavam os programas num matagal ou vendiam-nos a um negociante qualquer, para embrulho. Outros preferiam entrar por baixo do pano, varar. Tentei uma vez tal prática, mas fui azarado, pois caí bem em cima de um formigueiro de primeira

¹⁸ Idem, p. 132-3. A Lei n. 802, de 11 de fevereiro de 1905, aprovou o Regulamento de Antonio da Silva Prado. SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1905*. São Paulo: Casa Vanorden, 1918, p. 3.

¹⁹ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1910*. São Paulo: Casa Vanorden, 1911, p. 101.

classe e não ganhei nem para as ferroadas das formigas.”²⁰ Um ano depois, em 1911, o trato com esses insetos foi transferido para a “Inspetoria Geral de Fiscalização”, órgão subordinado à “Secretaria Geral da Prefeitura” e que agrupou, em uma só repartição, os serviços da fiscalização municipal e da “Inspetoria de Viação”.²¹ Em 1916 assume a incumbência do controle de insetos a “Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene”, nova repartição da recém regulamentada “Diretoria Geral da Prefeitura”.²²

Apesar das constantes mudanças de endereço as tentativas de controle foram todas em vão e a cidade modernista dos anos 20 continuava, para arrepio de muitos, repleta de saúvas, formigas e formigueiros. Em 20 de março de 1920 a Câmara Municipal decide, através da lei n. 2274, autorizar o Prefeito a reorganizar o “serviço de extinção de formigueiros”. A grande novidade, em comparação com o Regulamento de 1904, foi o aumento de 500 % no valor das multas cobradas caso as intimações não fossem cumpridas, de 10\$000 passaram a 50\$000.²³ Era uma nova tentativa, também frustrada, de resolver a incômoda situação. Passou a década de 20 inteira, a Semana de Arte Moderna, as Revoluções de 24 e 32 e, indiferente a multas, polícia, justiça, administração e higiene, as formigas continuavam sendo presença indesejada em todos os locais da cidade, em todas as mentes modernizantes. “Escola Normal do Brás. Reduto pedagógico da pequena burguesia. O estudo não é muito caro. Os pais querem que as filhas sejam professoras, mesmo que isso custe comer feijão, banana e broa todo dia. O prédio grande, amarelo e sujo. O jardim de formigas do jardineiro José. Eternas serventes.”²⁴

²⁰ Jacob Penteadó. *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma Época)*. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003, p. 169-70.

²¹ SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de São Paulo do Anno de 1911*. 2.^a ed., São Paulo: Graphica Paulista, 1935, p. 169-80.

²² SÃO PAULO (SP). *Leis e Actos do Municipio de S. Paulo do Anno de 1916*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936, p. 233.

²³ SÃO PAULO (SP). *Leis e Átos do Municipio de S. Paulo do Ano de 1920*. (Nova edição adaptada à ortografia oficial), São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1934, p. 36.

²⁴ Patrícia Galvão. *Parque Industrial*. 3. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto; São Paulo: EDUFSCAR, 1994. (Novelas Exemplares), p. 32.

Em 1935, o Prefeito Fábio da Silva Prado revoga a Lei de 1920 e resolve desferir novo golpe aos insistentes insetos. Nova tática é utilizada: tornar a extinção de formigueiros gratuitas e de responsabilidade da Prefeitura.

Ato n. 898, de 1.º de Agosto de 1935

O Prefeito do Município de São Paulo, [...],

Decreta:

Art. 1.º - O serviço de extinção de formigueiros será feito pelo sistema que for julgado mais conveniente e por pessoal contratado pelo Prefeito.

Art. 2.º - Conhecida a existência de qualquer formigueiro e julgada necessária a sua extinção, a Prefeitura fará, gratuitamente, um ataque e um repasse.

§ único – Esse serviço será feito, de preferência, nos terrenos cultivados e nos que estiverem próximos aos mesmos.

Art. 3.º - O proprietário ou ocupante do terreno onde existir o formigueiro que se opuser ou impedir a realização do serviço, ficará sujeito à multa de rs 100\$000 e do dobro, na reincidência, sem prejuízo das taxas referidas no artigo 5.º.

Art. 4.º - Executado o serviço referido no artigo 2.º, caberá ao proprietário ou ocupante do respectivo terreno impedir que se formem novos formigueiros, sob pena de incorrer na multa do artigo anterior.

Art. 5.º - Verificada a existência de novos formigueiros, a Prefeitura, fará a extinção, mediante o pagamento, pelo proprietário ou ocupante do terreno, da taxa de 12\$000 por operário empregado no serviço, por dia ou fração de dia de trabalho.

Art. 6.º Este ato que entra em vigor na data de sua publicação, revoga a lei n. 2274, de 6 de março de 1920 e demais disposições em contrário.²⁵

O aparecimento de formigueiros era muito mais rápido do que o sistema adotado pela prefeitura e particulares para destruí-los. Em cinco anos, 1902, 1903, 1905, 1907 e 1908 foram exterminados 520 formigueiros na cidade, ou seja, a média de 104 por ano.²⁶ Além de exaustiva legislação a respeito, anualmente cada prefeito comentava as iniciativas tomadas na incansável batalha. Em 1905, por exemplo, o prefeito Antonio Prado explicava detalhadamente o que havia tentado fazer.

²⁵ SÃO PAULO (SP). *Actos do Município de S. Paulo do Anno de 1935*. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1936, p. 343-4. Essa lei vigorou até 1969 sem alterações em sua redação e sem resultados práticos alcançados. Nesse ano o prefeito Paulo Salim Maluf, através da Lei N. 7.300, retoma a questão alterando muito pouco o teor da lei promulgada em 1935. SÃO PAULO. *LEX Coletânea de Legislação – Ano XXXIII – 1969 – Legislação do Estado de São Paulo e da Prefeitura da Capital*. São Paulo: LEX Ltda, s.d., p. 150.

²⁶ SÃO PAULO (SP). Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado. São Paulo: Typographia de Vanorden & CO., 1903, p. 11. SÃO PAULO (SP). *Relatório de 1903 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado*. São Paulo: Typographia de Vanorden & CO., 1904, p. 6. SÃO PAULO (SP). *Relatório de 1905 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado*. São Paulo: Typographia de Vanorden & CO., 1906, p. 9. SÃO PAULO (SP). *Relatório de 1907 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado*. São Paulo: Typographia de Vanorden & CO., 1908. SÃO PAULO (SP). *Relatório de 1908 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado*. São Paulo: Typographia de Vanorden & CO., 1909, p. 27.

De acordo com a autorização da lei n.º 784, de 26 de outubro de 1904, baixei o ato n.º 192 regulamentando o serviço de extinção de formigueiros nas ruas, estradas, servidões e terrenos públicos e particulares, ato esse que aprovastes pela lei n.º 802, de 11 de fevereiro de 1905.

Em 8 de março, contratei por um ano com o Snr. João Xavier Pinheiro a execução desse serviço, que correm regularmente e em boas condições.

Até 31 de dezembro de 1905 foram extintos, pelo contratante, 89 formigueiros em terrenos públicos e 3 em terrenos particulares, sendo estes cobrados dos respectivos proprietários e aqueles pagos pela Câmara, na importância de 1.440\$000.

O serviço de extinção é atualmente feito sem contrato, porém pelo mesmo processo e nas mesmas condições, por pessoa competente.²⁷

O vertiginoso crescimento da cidade de São Paulo a partir de 1920 e a conseqüente destruição da paisagem vegetal, de milhares de insetos, aves, pássaros e animais como tatus e tamanduás que se alimentavam de formigas, ocasionou um aumento progressivo desses animais no meio urbano. Além desses fatores naturais, o aumento populacional e a má qualidade dos serviços públicos de coleta e destinação do crescente lixo urbano, podem também ter contribuído seriamente para o aumento de formigas na cidade.²⁸ Frente a tal situação o poder público municipal procurou rearticular a estrutura e as estratégias para a extinção de formigueiros.

Em 1923, o prefeito Firmiano de Moraes Pinto, em seu relatório de governo, afirmava, não com muita convicção, que o “serviço de extinção de formigueiros e reclamações, durante o ano findo, foi executado com toda a regularidade, não obstante os imprevistos que constantemente aparecem”²⁹. Que imprevistos eram estes. A equipe de Firmiano Pinto, nesse ano, era formada por um extintor de formigueiros; um auxiliar extintor; dois operários da turma permanente, para auxiliar a limpeza dos formigueiros; e um operário carroceiro.³⁰ Em 1905, “foram dadas informações em 852 processos e reclamações” sobre formigueiros existentes na cidade. Desse total, apenas 227 foram extintos em terrenos particulares, 105 em vias públicas e 44 em terrenos do governo e asilos.³¹ Rapidamente, a formiga se transformou em negócio, lucrativo, para a prefeitura.

²⁷ SÃO PAULO (SP). *Relatório de 1905 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado*. São Paulo: Typographia de Vanorden & CO., 1906, p. 9.

²⁸ Janes Jorge. *O Rio que a Cidade Perdeu: O Tietê e os Moradores de São Paulo, 1890-1940*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, USP, p. 134.

²⁹ SÃO PAULO (SP). *Relatório de 1923 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto*. São Paulo: Casa Vanorden, 1924, p. 114.

³⁰ Idem, ibidem.

³¹ Idem, ibidem.

“Dos 227 formigueiros extintos em terrenos particulares, a arrecadação importou em 4:477\$200.”³²

Fato curioso ocorreu no ano seguinte, 1924, ano da Revolução. Apesar de Firmiano Pinto continuar com a mesma equipe e de ter atacado apenas 180 formigueiros existentes em terrenos particulares, quantidade menor à registrada no ano anterior, a arrecadação da prefeitura com essa atividade duplicou, pois o montante foi de 8:753\$400.³³ Nesse mesmo ano pode-se perceber a total displicência e irresponsabilidade do poder público municipal com relação ao meio ambiente da cidade e à saúde pública de sua população e de seus animais. Na legislação paulistana existem vários exemplos desse descaso, medidas que privilegiaram certos empreendimentos particulares em total detrimento das outras formas de vida, constantemente envenenadas e sem nem ao menos saberem por quais tipos de produtos e quem os “inventou”. Realizado, relata o prefeito: “nos grandes formigueiros o encarregado emprega um ingrediente, de sua fabricação, cujas drogas constituem segredo seu, estando comprovado que os formigueiros não resistem à ação do poder destruidor”³⁴. No ano da Revolução de 24, nada mais sintomático de que, até formicidas lembrarem o catastrófico evento: “Nos pequenos formigueiros é empregada a formicida ‘Independência’, que também tem dado ótimos resultados”³⁵.

Não era recente o uso desses produtos químicos no Brasil. Como também não foi nos anos 20 que se descobriu a lucratividade de aplicações financeiras em negócios como aqueles relacionados à extinção de pragas sinantrópicas, como por exemplo as formigas.

A química e historiadora da ciência Nadja Paraense dos Santos, do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, descobriu que entre 1830 e 1891 “foram dados no Brasil 1.924 privilégios industriais [...]”. Do total, 381 eram voltados para a química e nada menos que 25 estavam destinados diretamente

³² Idem, *ibidem*.

³³ SÃO PAULO (SP). Relatório de 1924 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1925, p. 113.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

para o combate às formigas saúvas”³⁶ Conforme descobertas da pesquisadora, desses 25 o único que conseguiu impor seu produto no solo brasileiro foi o nobre e doutor em ciências físicas e matemáticas Guilherme Schüch, o famoso Barão de Capanema. “O barão não fez nenhum grande desenvolvimento científico ou tecnológico nesse caso. Ele apenas descobriu que o dissulfeto de carbono poderia ser aplicado contra as saúvas”, explica a pesquisadora. O “Formicida Capanema”, como ficou conhecido, transformou-se em monopólio e foi largamente utilizado no Brasil por mais de 30 anos, de 1850 a 1880. Amigo pessoal de D. Pedro II, o que lhe valeu a constante renovação de privilégios – como, por exemplo, a exclusividade no comércio de gelo no país – o Barão de Capanema era o único empresário autorizado a fabricar e vender formicida.³⁷

Na cidade de São Paulo o formicida e outros produtos químicos como, por exemplo, dinamites e explosivos em geral, foram itens freqüentes na legislação municipal. Em 1882 previa-se uma receita, para os cofres públicos, de 1:420\$000 provenientes de impostos a serem cobrados de proprietários de depósitos nos quais eram vendidos esses produtos.³⁸ A regulamentação oficial desse ramo de atividade, comércio de gêneros explosivos e inflamáveis, entre eles os formicidas, foi feita em 1898.³⁹ Quatro anos antes, em 1894, a Câmara foi obrigada a aprovar uma lei referente a um ato do Intendente do período que havia motivado diversas despesas municipais. Entre essas despesas urgentes consta a compra de uma caixa de formicida, por Vinte Mil Réis, na Casa Lebre Irmão & Mello, para ser utilizado na administração dos cemitérios da cidade. A situação era tão alarmante que, em 1891, inventou-se um aparelho denominado “combustor de formigas”.⁴⁰ O couro e o aço.

³⁶ Eduardo Geraque. Privilégios Imperiais. *Agência Fapesp*, São Paulo, 25/05/2006. [http://www.agencia.fapesp.br/boletim_print.php?data\[id_matéria_boletim\]=5532](http://www.agencia.fapesp.br/boletim_print.php?data[id_matéria_boletim]=5532).

³⁷ Idem, *ibidem*.

³⁸ SÃO PAULO (SP). Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1882. São Paulo: Typ. do Diário da Manhã, 1882, p. 6.

³⁹ SÃO PAULO (SP). Leis, Resoluções, Actos e Actos Executivos da Camara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 1897 a 1899. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 136-9.

⁴⁰ Angela Marques Costa; Lilia Moritz Schawarcs. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. (Virando séculos), p. 138.

Por mais esforços e recursos que tenham sido empregados pelo poder público municipal muito pouco se conseguiu no combate às formigas em São Paulo. Continuaram sendo vistas, por anos e anos, como uma “praga” que continuamente corroia física e mentalmente o orgulho paulistano. As formigas, e as saúvas em particular, penetraram de tal forma no cotidiano e na cultura da cidade que até os dias de hoje elas continuam rendendo assunto, discussões, opiniões. Contudo, a gestação desse desconforto, físico e moral, encontra-se naquele momento da história da cidade em que as leis comentadas acima foram colocadas em prática. A partir das últimas décadas do século XIX tanto a presença biológica desses insetos, na sua faina incansável de “destruição” de plantações e jardins, como principalmente a enorme carga de significados simbólicos e socioculturais que a eles foram associados – representação do passado indígena, rural e colonial da cidade – começaram a destoar, para algumas mentalidades, do ideal de modernidade que se queria imprimir à cidade.

Podemos encontrar referências e esse estado de espírito já em meados do século XIX. Álvares de Azevedo, em uma das inúmeras cartas que enviou de São Paulo para sua mãe, quando freqüentava o curso jurídico, ironiza a cidade e suas tradições.

A propósito de suas cartas – Você me manda dizer que a perda do cão evitaria questões – Saiba pois Você, que não só (contrariamente ao que disse tio Ignacio) não só Tio José não gosta de cães, mas até tem cão em casa – e não é de fila destinado para guardar o quintal. [...]

Diga-lhe mais que tive muito prazer em saber do nascimento da minha futura noiva – e que enquanto aos presentes estou esperando o tempo das formigas de asas (içás) porque na minha terra só há formigas e caipiras – (Contudo) Além das formigas há um presente [...] que se pode fazer da Ilma. pátria dos Tibiriçás, Buenos, e Bobadellas, e é o doce – condição essencial *sine qua non* das formigas.⁴¹

Como no caso dos cães, mas muito mais difíceis de controlar do que eles, as formigas foram constante motivo de reclamação por parte da população da cidade. Incontinentes, elas “invadiam” todos os espaços do cotidiano paulista, minando seus alicerces, “extraviando” seus recursos.

O Capitão Antonio Bernardo Quartim, inspetor do Jardim [Botânico, na Luz], no seu relatório apresentado ao Dr. Antonio José Henriques, que, como seu presidente administrou a Província de São Paulo desde 17 de novembro de 1860 até 14 de maio de 1861, tratando do mesmo Jardim, diz que a água, que o abastecia vinha do tanque denominado Reúno, no Bexiga,

⁴¹ ÁLVARES DE AZEVEDO. *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976. (Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1), p. 61-2.

de onde, depois de passar por muitos quintais das casas do Piques e Santa Ifigênia, chegava ao Jardim bastante diminuída, porque, correndo por um rego despido de ladrilho e feito, em grande parte, por um terreno em declives extraviava-se, não só pelos buracos dos formigueiros e desmoronamento, que naturalmente eram feitos pela torrente e pelo estrago de animais domésticos daqueles quintais.⁴²

Vinte e cinco anos antes, por volta de 1834, a edilidade já enfrentava problemas com a escassez de água e com desperdícios de toda a ordem. “Observou esse fiscal ainda – como causas da insuficiência de água nos chafarizes – o entupimento deles [tubos de papelão revestidos de asfalto] em muitos lugares e às vezes a existência de formigueiros enormes por onde a água se escoava.”⁴³

As saúvas, com toda a carga de significados negativos que lhe foi atribuída, teve uma presença marcante na produção literária paulista. Moteiro Lobato foi um dos escritores paulistas que mais utilizou o inseto com símbolo do arcaísmo, atraso e ruralismo, acompanhando-o, em suas reflexões, por muitas décadas. Em suas cáusticas opiniões, escritas, por exemplo, em 1908, todo o universo que envolvia esses animais, representava a antítese do progresso, a demonstração cabal do atraso em que estavam mergulhadas diversas cidades brasileiras e suas pobres populações. É interessante observar, principalmente nesses primeiros escritos, a realização de uma espécie de contraponto entre cidades como as do Vale do Paraíba, as “cidades mortas”, e centros em processo de transformação com a capital paulista. Eram sarcásticas, irônicas e nuançadas por um certo humor e preconceito suas opiniões sobre a fictícia *Oblivion* e os elementos de “atraso” e “passadismo” que nela existiam.

O silêncio em *Oblivion* é como o frio nas regiões árticas: uma permanente. Não se compreende a segunda sem o primeiro. Ele a completa; ela o define.

Durante a noite aquele silêncio faz-se inteiriço como a escuridão. Por mais que se apurem, os ouvidos nada ouvem a não ser um vago e remoto ressoar, que lembra miríade de grilos microscópicos em imperceptível surdina chiadeira.

Durante o dia, porém, a integridade do silêncio em *Oblivion* sofre lesões. Uns tantos rumores, sempre os mesmos e periodicamente repetidos, constelam-no de quebras de continuidade. O velho inimigo do Silêncio, o Som, a espaços berra, dentro dele gritos sediciosos, tal o relâmpago que momentaneamente destrói o império das trevas. Mas o Silêncio logo subjuga e absorve o intruso.

⁴² Antonio Egydio Martins. *São Paulo Antigo, 1554-1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo; 4), p. 190.

⁴³ Ernani Silva Bruno. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1984, (3 v.), p. 658.

À frente desse grupo de Irreverências está o Sino da igreja. Repicando missa aos domingos ou chorando a defunto, alegre ou fúnebre, é o Sino o mais violento perturbador do Silêncio em Oblivion.

Outra, é a capina trimensal das ruas: o raspar das enxadas perturba o silêncio com a insistência do coxar do sapo-ferreiro.

Outra, é o fim das aulas. Quando soam quatro horas o portão do Grupo Escolar borbota um fluxo de meninos rompido em algazarra, a berrar, a cantar – e adeus, silêncio.⁴⁴

Na segunda parte do conto o autor descarrega todo seu descontentamento, toda sua angustia, apatia e rejeição pelo meio em que se encontrava, sobre uma outra fonte de retrocesso, e esta era, em suas palavras, “deveras notável”.

O carrinho da Câmara constitui o veículo mais importante de Oblivion – que além dele só conta mais um, o Zé Burro, sólido preto mina empregado no transporte das coisas pesadas. E é o principal por várias razões ponderosas, entre as quais a de ser ele todo de ferro, ao passo que o outro é de carne. Verdade que o carrinho só tem uma roda e o preto tem duas pernas... Mas como a roda do carrinho é bem centrada e as pernas do Zé são cambaias, aquela superioridade desaparece e o carrinho instala-se de vez no primado.

Mas esta questão de primazias não vem ao caso. O caso é a perturbação do Silêncio determinada pelo carrinho, fato que se dá da seguinte maneira. Como o carrinho tem pouco serviço e passa a mór parte do tempo a cochilar no depósito, a ferrugem, insidiosa inimiga da inação, subrepticamente vem pintar de vermelho o eixo das rodas, de modo que, mal sai à rua o veículo, o pobrezinho do eixo grita como um gotoso, geme, range, ringe – perturbando lamentavelmente o silêncio de Oblivion.⁴⁵

À medida que o registro literário vai se desenvolvendo é possível notar a progressão gradativa do incômodo sentido por Lobato. Não eram nada lisonjeiras suas opiniões sobre o pobre condutor do barulhento “carrinho da Câmara”.

Quando Isaac Fac-Totum – um mulato retaco, grosso e curto como certas taturanas – recebe ordem para ir a tal parte atacar um olheiro de saúvas, o rolete d’homem mete as garrafas de formicida, a enxada e o fósforo dentro do carrinho e, imagem da Compenetração, símbolo da Convicção Inabalável, parte, *nhem-nhim, nhem-nhim*, através das vias principais da cidade, em busca do mal aventurado olheiro.

De sobrececho carregado, Isaac leva o olhar atentamente fito à frente – para ‘evitar algum desastre’. Nas ruas desertas apenas um ou outro cachorrinho se estira ao sol. Isaac, a vinte passos, divisando o vulto de um, pára, ergue a mão em viseira, firma os olhos.

- Diabo! À mó que é o *Joli* do Pedro Surdo? E com uma pedra o espanta: ‘Sai porquê! Não *ouve* o carro? Não tem medo de morrê masgaiado?’

E, convencido de que salvou a vida a um cristão, Isaac-Garrafa-de-Licor-de-Cacau retoma os varais e lá segue por Oblivion afora, *nhem-nhim, nhem-nhim*, com solenidade de dalai lama do Tibet.

Às janelas acode gente. Crianças repimpadas no peitoril gritam para dentro:

- Mamãe, o carrinho ‘evem’ vindo!

Muita moça nervosa deixa a costura e tapa os ouvidos:

- Que inferneira! Não se pode com essa barulhada!

Não obstante, o terrível veículo passa, indiferente à admiração como à censura, garboso, todo de ferro e ferrugem, *nhem-nhim, nhem-nhim*, empurrado pela dignidade infinita de Isaac-Toco-de-Vela.

⁴⁴ MONTEIRO LOBATO. *Cidades Mortas*. 11. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 2), p. 15-6.

⁴⁵ Idem, p. 16.

Enquanto o carrinho da Câmara não torna ao depósito municipal, o Silêncio não reentra na posse dos seus domínios.⁴⁶

Tanto neste, como em inúmeros outros trabalhos de Lobato, são enumerados diversos elementos que, na visão do escritor, contribuíam para a “inércia” do país. Às saúvas, ou melhor, à ineficiência geral em não conseguir eliminá-las, constantemente foram pensadas em sua obra.⁴⁷ No início dos anos 20, através de uma crítica aberta ao meio sociocultural no qual vivia, à vacuidade dos discursos e proclamações, declarava irritado:

A Palavrosidade

O tempo, o papel e a tinta gastos em glosar o melhor modo de “fazer” patriotismo e salvar esta Pátria, se os aplicássemos no estudo das coisas prosaicas da vida de que tudo mais deflue, redundaria em uma forma de patriotismo prático de tremendo alcance. Quanto se disse por aí este ano [1923] sobre o sorteio militar, a crise do caráter e os males vários da alma nacional, não vale para a vida e futuro do país um caracol de bichado; no entanto, a difusão pela imprensa do combate às saúvas pela batata de arroba, se a prática vier confirmá-lo, far-nos-á caminhar uma passada gigantesca para a frente.⁴⁸

Seguindo as propostas e tendo sentimentos muito parecidos com aqueles desenvolvidos por mais de vinte anos por Monteiro Lobato, em 1928, com o escritor paulista Mário de Andrade as saúvas entram de fato para o âmbito da literatura brasileira, da cultura letrada e de elite, através da voz de Macunaíma, “o herói sem nenhum caráter”.

Porém, senhoras minhas, inda tanto nos sobra, por este grandioso país, de doenças e insetos por cuidar!... Tudo vai num descalabro sem comedimento, estamos corroídos pelo morbo e pelos miriápodes! Em breve seremos novamente uma colônia da Inglaterra ou da América do Norte!... Por isso e para eterna lembrança destes paulistas, que são a única gente útil do país, e por isso chamados de Locomotivas, nos demos ao trabalho de metrificarmos um dístico, em que se encerram os segredos de tanta desgraça:

“POUCA SAÚDE E MUITA SAÚVA, OS MALES DO BRASIL SÃO.”

⁴⁶ Idem, pp. 16-7.

⁴⁷ MONTEIRO LOBATO. *Mundo da Lua e Miscelânea*. 11. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 10), p. 120-1 e 168. MONTEIRO LOBATO. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. 11. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964 (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 8), p. 331. MONTEIRO LOBATO. *América*. 11. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 9), p. 78. MONTEIRO LOBATO. *Na Antevéspera*. 11. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 6), p.135, 239-48 e 240. MONTEIRO LOBATO. *Negrinha*. 12. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1964. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 3), p. 145-7, etc.

⁴⁸ MONTEIRO LOBATO. *Mundo da Lua e Miscelânea*, p. 112.

Este dístico é que houvermos por bem escrevermos no livro de Visitantes Ilustres do Instituto Butantã, quando foi da nossa visita a esse estabelecimento famoso na Europa.⁴⁹

Nicolau Sevcenko, em um artigo intitulado “O Brasil e as saúvas”, faz uma síntese sobre esse uso metafórico da saúva enquanto um animal que representava incômodos.⁵⁰ Partindo do *slogan* largamente utilizado por toda uma geração de políticos e intelectuais do início do século XX, ou seja, o famoso bordão, “Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil” e chegando até os dias atuais quando se verifica o surgimento e consolidação da cultura hip-hop vista como um dos sintomas principais do fracasso do neo-liberalismo brasileiro, o autor, nesse artigo, traça uma panorama crítico da história republicana do Brasil destacando quatro de seus períodos marcantes e de que maneiras cada um deles procurou classificar e eliminar suas “saúvas”: a elite agrária do início do século XX e o Jeca Tatu; Getúlio Vargas e a campanha contra o malandro; o regime militar e a repressão contra as vozes que destoavam de seus ideais; o neo-liberalismo, a economia de mercado, a desqualificação profissional e o desemprego em massa. Segundo o autor, “há uma longa tradição de, diante de um problema social premente, estigmatizá-lo, demonizando as personagens que ele decanta, em vez de enfrentar a raiz histórica da questão”⁵¹.

No caso da cidade de São Paulo, o tema discutido por Sevcenko, principalmente na primeira parte do artigo, adquire, para esta investigação, conotação especial, seja no sentido metafórico – a saúva como representação contumaz de uma realidade eminentemente agrária – seja, por mais inusitado que possa parecer, no sentido ecológico da questão.

Todos hão de lembrar, por terem estudado, uma espécie de slogan desenvolvimentista precoce, que hoje pode soar ingênuo a ponto do ridículo, mas que foi o grande estribilho de toda uma geração de políticos e intelectuais do início do século XX: “Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil”. Pode soar engraçado a partir de nossa perspectiva tão distante, mas na época era tido como questão da maior seriedade. Ele trazia em si duas grandes implicações. A primeira era a aceitação tácita de que o País estava destinado a uma incontestável vocação agrícola, sendo a questão da produtividade agrária o tema de sumo interesse nacional.

⁴⁹ Mário de Andrade. *Macunaíma – O Herói sem Nenhum Caráter*. 14. ed., São Paulo: Martins, 1977, p. 105-6. Em várias partes desta obra, Mário de Andrade fez menção às saúvas. Cf. Idem, p. 62, 89, 116, 177, 208 e 217.

⁵⁰ Nicolau Sevcenko. O Brasil e as saúvas. *Revista Carta Capital*, São Paulo, n. 221, p. 62-65, 25/12/2002.

⁵¹ Idem, *ibidem*.

A segunda inferência embutida nesse bordão era de natureza metafórica. Através da figura diminuta, mas multiplicativa e antipática da saúva, as elites da época visavam a simbolizar processos gerais de parasitismo que comprometiam a lucratividade dos campos. Dentre esses parasitas se destacava, em especial, o caso dos sitianteiros posseiros, imortalizados na figura patética do Jeca Tatu, a saúva humana. Agarrado à sua economia de subsistência, seu roçado, algumas galinhas e porcos, ele resistia a se enquadrar no regime de salário e exploração do trabalho que os grandes fazendeiros lhe propunham. Para completar suas necessidades, dispunha dos recursos abundantes que a natureza pródiga do Brasil punha à sua disposição. Foi, por isso, elevado à condição pouco honrosa de inimigo público número 1 da nação.⁵²

Muitos dos políticos e intelectuais do início do século XX, que moravam em São Paulo, eram constantemente lembrados do estribilho “Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil”. Dada a quantidade crescente de formigas na cidade era praticamente impossível esquecer tais insetos, o sentimento da vocação agrícola do país e todos os elementos socioculturais que isso representava. Em jornais como *O Estado de São Paulo*, conforme pesquisas realizadas por Janes Jorge, as “Queixas e Reclamações” contra esses e outras espécies de animais, em locais nobres da cidade, eram freqüentes.⁵³

Diversos prejudicados reclamam à prefeitura de um terreno vago, que possui extenso formigueiro, na rua Monte Alegre 35 e que se transformou em depósito de lixo, e onde se soltam animais a pastar, durante a noite, o que muito incomoda toda a vizinhança, pois que tais animais destroem os cercados existentes penetrando nas hotas vizinhas, onde tudo destroem, deixando ainda caminho aberto aos vagabundos que lhes completam a obra, indo ali furtar tudo quanto encontram.

Essa notícia foi publicada em 9 de fevereiro de 1919.⁵⁴ Quase dez anos depois a situação mostrava-se ainda mais crítica.

Queixas e Reclamações. Com a prefeitura. Escreve-nos um morador da rua Frei Caneca: A grande quantidade de formigas que está invadindo vários bairros da nossa capital assume já caráter de verdadeira praga. Tais insetos, em grande quantidade, penetram pelos domicílios causando enorme série de danos e toda sorte de aborrecimentos. As casas da rua Frei Caneca, que dão fundo para o vale do Anhangabaú, por onde deverá passar a avenida do mesmo nome são as mais atingidas por essa praga. Os formigueiros acham-se localizados em terrenos de propriedade da Companhia City, que é obrigada por lei a mandá-los exterminar, por conta próprio ou pagar à Prefeitura a despesa feita pela extinção.

Esse mal dia a dia toma maiores proporções, ameaçando se propagar pela cidade inteira. Urge, pois, que sejam tomadas sérias e imediatas providências.⁵⁵

Janes Jorge chama a atenção para o fato de que essas reclamações eram contra um terreno desocupado, à espera de valorização, que pertencia a

⁵² Idem, *ibidem*.

⁵³ Janes Jorge. *O Rio que a Cidade Perdeu: O Tietê e os Moradores de São Paulo, 1890-1940*, p. 133-4.

⁵⁴ OESP, 9/2/1919, p. 5. Apud Janes Jorge, *idem*, p. 133.

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

milionária Companhia City, empresa do ramo imobiliário de altíssimo padrão e responsável “pelos mais elegantes e caros loteamentos residenciais da cidade”⁵⁶. Na seqüência o autor lembra um paradoxo da modernidade: “Um efeito inesperado da especulação imobiliária. Ironicamente, a cidade, para muitos símbolo maior da afirmação humana frente ao mundo natural, favorecia a proliferação de espécies incômodas aos seus habitantes”⁵⁷. O couro e o aço!

Acreditamos, porém, que não eram as características e comportamentos biológicos apresentados pelas formigas na cidade o principal motivo que levou governantes e intelectuais paulistas e brasileiros a declarar uma verdadeira guerra contra esses animais. Uma outra ordem de elementos – muito mais sutis e profundos do que uma ferroada ou um desgosto financeiro frente à destruição de jardins e plantações – envolveu e determinou as complexas relações estabelecidas entre esses insetos e os paulistas ao longo da história da cidade. Para combater esses elementos, fundamentados em resistentes hábitos culturais, sociais e cotidianos, difícil seria descobrir os venenos, aplicar os antídotos. Não haveria, por mais autoritária que fosse, lei capaz de modificá-los. Eram especificamente esses elementos que contribuíam para ofuscar o brilho, o requinte e o esplendor da claudicante e contingencial da modernidade paulistana, das tentativas frustradas de impor uma nova imagem da cidade.

As saúvas ou içás penetraram todas as camadas urbanas, sociais e culturais da cidade de São Paulo, determinando atitudes, estabelecendo comportamentos, insólitos, quando não extraordinários. Em sua ânsia por dominar a natureza, as plantas e os animais, o homem não tinha limites. Por volta de 1876 os habitantes de São Paulo encontraram uma forma extraordinária de diversão usando essas formigas.

Evocando a São Paulo do século passado escreveu Cerqueira Mendes. “Na rua das Sete Casinhas e no beco dos Minas, caipiras e pretas africanas, com insistências interesseiras, apregoavam verduras frutas e gulodices, e saúvas torradas, e isso com grande magoa de Jules Martin, que preferia escravizá-las e vesti-las pelos figurinos de sua imaginação delicada...”⁵⁸

⁵⁶ Idem, ibidem.

⁵⁷ Idem, p. 134.

⁵⁸ Idem, p. 1137.

Ao lermos esse registro, nos perguntamos: que tipo de diversão era essa que o famoso Jules Martin se dedicava? Bruno não apresenta maiores informações. Jorge Americano, em *São Paulo naquele Tempo*, apesar de não gastar muito mais linhas acrescenta algumas informações sobre a capacidade humana de utilizar outros animais para fins absolutamente dispensáveis. Nota-se, neste caso, que as protagonistas da ação eram religiosas de São Paulo.

Ali por 1912, era no tempo dos içás. Desciam em tardes quentes, ao por do sol, perdiam as asas e enfiavam-se na terra para fundar formigueiros.

As freiras reclusas do Conventinho da Luz pegavam-nos, e vestiam-nos de noivinhas e noivinhos e mandavam vendê-los a benefício da cera da igreja.⁵⁹

Sergio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*, afirma que:

A içá torrada venceu todas as resistências, urbanizando-se mesmo, quase tão completamente como a mandioca, o feijão, o milho e a pimenta da terra. Pretende-se que os jesuítas, no intuito de livrarem as lavouras da praga das saúvas, tivessem contribuído para disseminar entre paulistas o gosto por essa iguaria. Nada há de inacreditável em tal suposição, uma vez que já os primeiros escritos de missionários inacianos em terra brasileira mencionam a içá como prato saboroso e saudável. Nos meses de setembro e outubro, em que saem aos bandos essas formigas aladas, buscava-as com sofreguidão, nos seus quintais, a gente de São Paulo, e ainda em pleno século XIX, com grande escândalo para os estudantes forasteiros, eram apregoadas elas no centro da cidade pelas pretas de quitanda, ao lado das comidas tradicionais: biscoitos de polvilho, pés-de-moleque, furundum de cidra, cuscuz de bagre ou camarão, pinhão quente, batata assada ao forno, cará cozido...⁶⁰

Essas “pretas de quitanda” continuaram a vender suas içás torradas ao longo de todo o século XIX e primeiros anos do XX. Elas faziam parte de uma rede complexa e peculiar de economia informal, ou, conforme as precisas conceituações da historiadora Maria Inez Machado Borges Pinto, de uma “economia invisível” e de “formas marginais de sobrevivência” que as aproximava das camadas mais pobres da população - ex-escravos, imigrantes, migrantes e desempregados em geral.⁶¹ A autora, ao reconstruir a prática dos inúmeros pequenos trabalhos e das mais diversas ocupações que os habitantes pauperizados desenvolviam pelos espaços públicos da cidade, oferece um amplo painel compreensivo tanto do difícil cotidiano dessas populações como das relações que muitos deles mantinham com os animais envolvidos em suas formas

⁵⁹ Jorge Americano. *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*. São Paulo: Edição Saraiva, 1957, p. 491.

⁶⁰ Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 56-7.

⁶¹ Maria Inez Machado Borges Pinto. *Cotidiano e Sobrevivência: a Vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. (Coleção Campi, 18).

de sobrevivência ou entretenimento. Nesse sentido, apesar do livro como um todo ser importante para compreender o cotidiano do período estudado – 1890-1914 –, o terceiro capítulo em particular, para esta pesquisa - “Pequenas Ocupações Autônomas e Trabalho Informal: A Economia Invisível” - é o mais representativo de todos.⁶² Nele vemos desfilar, pelas ruas de uma cidade em transformação, toda sorte de vendedores ambulantes, prestadores de serviços rápidos, músicos, artistas, contadores de história, adestradores de animais, tocadores de realejo, meninos jornaleiros, cada qual buscando, com sua criatividade, habilidades, produtos e serviços, formas específicas de sobrevivência. Foi nesse universo de improvisado e engenhosidade que proliferou o comércio e o consumo das içás torradas na capital paulista.

Era ali aos pés da Igreja [da Misericórdia], na sua escadaria de pedra fruste que se reunia todas as noites a turba pregoeira das negras de quitanda.

Aqui a Rita Cachinguelê – preta cassangue e lustrosa, que gemia numa melopéia africana e triste, içás torrados e pinhão quente. Ali a Genoveva – mulata baiana, muito dengue, muito airosa, embrulhada no seu pano da Costa, e que apregoava recamada de corais e figas, cús-cús de palmito e acarajés; acolá Maria Cabinda, cafusa da mesma nação que vendia farofa de amendoim e bolos de bacalhau, trombuda e solene chupando o pito.

Um sino geme a magoa antiga de uma novena. Vultos de mulheres de mantilhas caminham para a igreja; um tropeiro em mangas de camisa dá de beber no chafariz de pedra do largo, a uma besta enfeitada de alamares vermelhos, e sob a claridade encardida do azeite dos lampiões, uma tropa com seus cangalhos longos, e os seus canastros pendentes toma aparência sobrenatural de animais fabulosos e pacíficos.

- Oia o pinhão miquiquerê!

- Oia o içá p'ra vassuncê!⁶³

As formigas, dessa forma, estavam presentes no cotidiano da cidade e de sua população tanto em sua faina laboriosa, cortando e carregando um mundo para o centro de seus formigueiros, como a partir do momento que se transformavam em iguaria.

Iguaria curiosa – apreciada pela “arraia miúda”, no dizer de Spencer Vampré – era o içá: formiga torrada, cuja vulgarização entre as classes pobres de São Paulo, como também a da canjica e a do pinhão cozido, diziam as lendas que se devia à carência do sal nos tempos primitivos. Saint-Hilaire, em sua *Viagem ao Espírito Santo*, contou que não era só naquela província que o povo gostava de comer grandes formigas aladas. “Asseguraram-me – escreveu ele – que são vendidas no mercado de São Paulo, sem o abdômen e fritas; eu mesmo comi um prato delas, preparado por uma mulher paulista, e não achei que tivessem gosto desagradável.”⁶⁴

⁶² Idem, p. 109-182.

⁶³ Edmundo Amaral. *Rótulas e Mantilhas. Evocações do passado paulista*. Ilustrações de Belmonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 76-7.

⁶⁴ Ernani Silva Bruno. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1984, p. 273.

A “urbanização da saúva”, apontada por Sérgio Buarque de Holanda, enquanto opção alimentar no século XIX deu-se também, conforme Ernani Silva Bruno, por representar mais uma alternativa no parco cardápio do paulista.⁶⁵ A pouca carne que existia para consumo era, na maior parte do tempo, de baixa qualidade dada as precárias condições higiênicas do matadouro e dos açougues. Alimentavam-se, também, de produtos da caça, pesca, frutas, doces e quitutes. O pão de trigo começou a ser adotado como alimento a partir de 1840. Além desses gêneros o paulista consumia, “bichos estranhos que os índios haviam ensinado a comer” e a “saúva torrada – cujo valor nutritivo provavelmente ainda não foi estudado... – consumida ainda em meados do século dezenove inclusive por pessoas de famílias importantes”⁶⁶.

Esse último aspecto apontado por Bruno, de que o consumo de iças atingia as mais variadas camadas sociais, também foi registrado por memorialistas de São Paulo. É importante observar, principalmente nos registros de memórias, que essas informações, ao serem descritas, são meio que nuançadas por um certo ar de ironia, comprometimento e cumplicidade, pois todos gostavam de comer o inseto, mas, com o passar dos anos, assumir isso publicamente ia se tornando constrangedor e vergonhoso, visto que denotava sinal de atraso e que incondicionalmente remetia seus apreciadores a práticas coloniais e indígenas que não condiziam com uma cidade que se modernizava. Afinal de contas, içá era originalmente comida de índio. Jacob Penteado, em seu *Belenzinho, 1910*, trata da questão no capítulo “Tipos populares”, em forma de adendo, uma vez que o assunto reportado não era especificamente sobre hábitos alimentares. “Por falar em praga, no mesmo período, S. Paulo foi invadida por enxames de içás. Estes, porém, foram comidos torradinhos, com farofa, por muita gente de proa. Não é à-

⁶⁵ Ernani Silva Bruno. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 626, p. 626.

⁶⁶ Idem, ibidem. Afonso Taunay, em *Monstros e Monstregos do Brasil*, ao analisar a obra de Frei Ivo chama a atenção para os costumes alimentares dos índios do Maranhão no século XVII. D'ESCRAGNOLLE-TAUNAY, Afonso. *Monstros e Monstregos do Brasil. Ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII*. Org. Mary Del Priore. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Coleção Retratos do Brasil), p. 100.

toa que os velhos paulistas eram chamados “comedores de içá”.⁶⁷ Somente os “velhos paulistas”.

Esse mal estar causado por ingerir um inseto parece ter se originado bem cedo, no início do século XIX, o que mais uma vez comprova que não só os taubateanos eram “comedores de içás”.⁶⁸

Também se completava a dieta da população com os doces e com toda espécie de quitutes preparados em muitas casas e negociados nas ruas, em frente das igrejas e do teatro, pelos caipiras e pelas negras quitandeiras, Caipiras e negras – as da rua das Casinhas e outras – que também vendiam ainda saúva-fêmea torrada. Deve-se recordar que o personagem de uma comédia de Martins Pena nessa época – Marcelo – tipo em que se procurou fixar o paulista, é chamado, por outro personagem, de “papa-formigas”, o que é bem significativo. “Quando eu era rapaz se comia em São Paulo – escreveu Couto de Magalhães, que nascera em 1837 – tanajura ou içá nas melhores famílias, vendidas em tabuleiros pelas ruas”. Mais tarde a saúva só era consumida, entre essas famílias, às escondidas – acrescentou esse escritor – e isso depois que o poeta estudante Júlio Amando de Castro, em pleno teatro de gala, pois era um Sete de Setembro, bateu palmas e recitou:

*“Comendo içá, comendo cambuquira,
vive a afamada gente paulistana...”*⁶⁹

Esses versos, segundo Affonso A. de Freitas, vinham de época anterior, 1830, e foram recitados por outro acadêmico em também uma noite de teatro. Freitas apresentou uma versão mais completa da poesia, tornando-a ainda mais ofensiva para o brio paulista.

A este último gênero pertence a muito conhecida quadrinha, escandalosamente recitada pelo acadêmico Francisco José Pinheiro Guimarães em pleno teatrinho da Ópera numa noite de concorridíssimo espetáculo:

Comendo içá, comendo cambuquira
Vive a afamada gente paulistana,
E os tais a quem chama 'caipira'
Que parecem não ser da raça humana.

Isto foi em 1830: a versalhada era longa mas a platéia, justamente melindrada, não permitiu que o estouvado estudante fosse além da primeira estrofe.⁷⁰

Foi em meio a práticas cotidianas e socioculturais como essas que o poder público municipal, através de suas leis, tentou exterminar as formigas e seus formigueiros dos espaços públicos e privados da cidade. Tais práticas envolviam esses animais em camadas profundas de tradição e remetiam a cidade para um

⁶⁷ Jacob. *Belenzinho, 1910 (Retrato de uma Época)*. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003, p. 210-11.

⁶⁸ J. A. Dias Lopes. Caviar de Taubaté. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 outubro 2001. Caderno 2, p. D7.

⁶⁹ Ernani Silva Bruno. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, p. 638.

⁷⁰ Affonso Antônio de Freitas. *Tradições e Reminiscências Paulistanas*. 3. ed., São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Coleção Paulística, 9), p. 83.

passado que, na visão das elites e de muitos intelectuais, era necessário apagar, pois se tratava de um tempo não muito honroso, marcado por costumes indígenas, rurais e populares que não mais condiziam, na visão de alguns, com o “progresso” representado pela metrópole do café.

Na história das formigas da cidade de São Paulo o fato mais importante a ser observado não é a ineficácia do poder público em não conseguir controlar uma “praga” natural. Muito pelo contrário, aquilo que mais chama a atenção no período estudado é o fato de que o consumo de um alimento, descoberto por índios, tenha atraído tantos apreciadores, muita “gente de proa”, representantes de “importantes famílias”. Talvez fosse isso o que mais irritava governantes e todos os promotores da modernização paulistana, que eram também, possivelmente, “comedores de formigas”. O grande problema não era encontrar formas eficazes e exterminar os insetos, mas sim encontrar meios para apagar um elemento cultural fortemente enraizado. Todos envergonhavam-se, constrangiam-se em consumir o “Caviar de Taubaté”, mas muito poucos resistiam.

A quitanda também era uma espécie de mercado sedentário de muita originalidade, formado por uma aglomeração de pretas sentadas a um lado da rua, cada qual com seu tabuleiro, vendendo variedade de doces, e biscoitos, amendoim torrado, pinhão cozido, e outras gulodices apreciadas pela arraia miuda, que naquele tempo, com uma moeda de cinco réis, podia comer de qualquer delas. Na estação em que as formigas saúvas fazem sair seus enxames não faltava o içá torrado.

Disto dou eu testemunho, pois, sem ter vergonha, o confesso, cheguei a provar a coisa.

Queriam por nos jesuítas mais essa culpa da introdução desse uso, como meio de diminuir a multiplicação das terríveis saúvas. Porém o mais natural é que viesse dos indígenas, que comiam coros (bichos do esterco), bichos de paus podres, etc. Do que não posso dar testemunho, porque não vi, e somente ouvi, é que tempo houve em que se vendiam clisteres de petinçoba (era-de-bicho) com pimenta, remédio para uma moléstia dos negros africanos, chamada corrução.⁷¹

Nem Monteiro Lobato, o defensor paulista número um do progresso, da ciência e da tecnologia, criador de personagens como Jeca Tatu, que alegavam não plantar porque a saúva destruiria tudo aquilo que semeassem,⁷² mesmo ele, em 1903, não rejeitava a guloseima.

Não és capaz, nunca, de adivinhar o que estou comendo. [escreveu ele em uma carta para Godofredo Rangel] Estou comendo... Tenho vergonha de dizer. Estou comendo um companheiro daquilo que alimentava São João no deserto: içá torrado! Sabe, Rangel, que o içá torrado é o que

⁷¹ BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A Cidade de São Paulo – Recordações Evocadas da Memória – Notícias Históricas*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976. (Coleção Biblioteca Academia Paulista de Letras, 2), p. 25-6.

⁷² MONTEIRO LOBATO. *Na Antevespera*. 11. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 6), p. 135.

no Olimpo grego tinha o nome de ambrosia? Está diante de mim uma latinha de içá torrado que me mandam de Taubaté. Nós, taubateanos, somos comedores de içás. Como é bom Rangel! Prova mais a existência do Bom Deus do que todos os argumentos do Porfírio de Aguiar. Só um ser Onipotente e Onisciente poderia criar semelhante petisco.⁷³

Mesmo contando com apreciadores da estatura de um Saint-Hilaire ou Monteiro Lobato não foi possível eliminar a aversão que a formiga causava. Mesmo apreciando-a enquanto “petisco” ou, aliás, independentemente dessa situação, Lobato não deixaria, em duas oportunidades posteriores, de relacioná-la ao atraso, ruralismo, colonialismo e barbárie, situação mais ou menos permanente, na visão do autor, tanto na locomotiva, como principalmente em todos os vagões que compunham a nação.

Na primeira, de 1927, bastante peculiar, o içá torrado surge como o contraponto da escrita ou, mais sintomático ainda, do livro impresso que era considerado, para muitos, com a representação do progresso e da alta cultura de elite. Em “A morte do livro”, Lobato critica o governo brasileiro pela taxaço excessiva do papel utilizado para impressão por editoras. Depois de várias comparações, ironias e denúncias, encerra o artigo de forma caustica e bastante preconceituosa para um homem que, a menos de vinte anos, era um apreciador, embora envergonhado, de içá torrada.

A estrangulação da indústria editora é o primeiro passo; o segundo virá com a supressão das escolas. Depois... Depois é regressarmos à tanga, ao içá torrado, ao bicho de pau podre, à rede, ao anzol de osso, à zarabatana. Araras e tucanos pelo ar, um pagé no Catete, vinte feiticeiros no Monroe - e todo mundo a mascar milho para fornecer cauim ao Alvear. Que felicidade!⁷⁴

Na segunda, publicada pela primeira vez em 1948, vinte e um anos depois da “Morte do Livro”, o autor de *Idéias de Jeca Tatu* abandona a idéia de formiga enquanto metáfora de atraso e passadismo, para tratá-la de maneira física, biológica, como uma das grandes responsáveis pelos problemas da lavoura nacional.

A vida de Zé Brasil era a mais simples. Levantar de madrugada, tomar um cafezinho ralo (“escolha” com rapadura) com farinha de milho (quando tinha) e ir para a roça pegar no cabo da enxada. O almoço ele o comia lá mesmo, levado pela mulher; arroz com feijão e farinha de

⁷³ *A Barca de Gleyre – 1.º Tomo – Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. 11. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 11), p. 34-5.

⁷⁴ MONTEIRO LOBATO. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. 11. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964 (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 8, p. 186.

mandioca, às vezes um torresmo ou um pedacinho de carne-seca para enfeitar. E depois, cabo da enxada outra vez, até a hora do café do meio-dia. E novamente a enxada, quando não a foice ou o machado. A luta com a terra sempre foi brava. O mato não pára nunca de crescer, e é preciso ir derrubando as capoeiras e capoeirões porque não há o que se estrague tão depressa como as terra de plantação.

Na frente da casa, o terrerinho, o mastro de Santo Antônio. Nos fundo, o chiqueirinho com um capadete engordando, a árvore onde dormem as galinha, e a “horta” – umas latas velhas num jirauzinho, com um pé de cebola, outro de arruda e mais remédios – hortelã, cidreira, etc. No jirau, por causa da formiga.

- Ah, estas formigas me matam! Dizia o Zé com cara de desânimo. Comem tudo que a gente planta.

E se alguém da cidade, desses que na entendem de nada desta vida, vinha com histórias de “matar formiga,” Zé dizia: “Matar formiga!... Elas e que matam a gente. Isso de matar formiga só para os ricos, e muito ricos. A formicida está pela hora da morte – e cada vez pior, mais falsificada. E que me adianta matar um formigueiro aqui neste sítio, se há tantos formigueiros nos vizinhos? Formiga vem de longe. Já vi um olheiro que ia sair a um quilômetro de distância. Suponha que eu vendo a alma, compro uma lata de formicida e mato aquele formigueiro ali do pastinho. Que adianta? As formigas do Chico Vira, que é o meu vizinho deste lado, vêm alegrinhas visitar as minhas plantas.”⁷⁵

⁷⁵ *Conferências, Artigos e Crônicas*. 3. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1. Série, Literatura Geral, 15), p. 327-8.